

**Instituto Politécnico de Coimbra**

Instituto Superior de Contabilidade  
e Administração de Coimbra

Filipe dos Anjos Sá Cancela

## **O Processo Especial de Revitalização (PER) - Novo Paradigma: contributos para o seu estudo**

O Processo Especial de Revitalização (PER) – Novo Paradigma: contributos para o seu estudo

Filipe dos Anjos Sá Cancela

ISCAC | 2018

Coimbra, novembro de 2018





**Instituto Politécnico de Coimbra**

Instituto Superior de Contabilidade  
e Administração de Coimbra

Filipe dos Anjos Sá Cancela

## **O Processo Especial de Revitalização (PER) – Novo Paradigma: contributos para o seu estudo**

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Solicitadoria – Especialidade em Solicitadoria de Empresa**, realizada sob a orientação da Professora Rita Gonçalves Ferreira da Silva.

Coimbra, novembro de 2018

## **TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Declaro ser o autor desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus avós por tudo o que fazem por mim

Aos meus pais que estão sempre presentes

À minha irmã por todo o apoio

## AGRADECIMENTOS

Um enorme agradecimento a toda a minha família, em especial aos meus avós, Francisco e Gracinda, por acreditarem sempre em mim, pelo apoio e encorajamento que me transmitiram e que sem eles nada disto seria possível.

Aos meus pais, José e Elisa, por todo o apoio que me deram, por todos os carinhos que me deram a cada fim-de-semana, depois de várias semanas de distância, um obrigado é pouco.

Um agradecimento especial à minha irmã, São, por ter acreditado sempre em mim, por me fazer lutar cada vez mais dia após dia, e chegar a esta etapa e ver o meu esforço recompensado.

Aos meus tios, primos e padrinhos por me terem sempre feito acreditar que tudo é possível, e que desistir dos nossos objetivos nunca é solução, um enorme obrigado.

À Professora Rita Silva, minha orientadora, os meus sinceros agradecimentos pela sua orientação, pelos seus sábios conselhos e disponibilidade demonstrada ao longo da realização da presente dissertação.

A todos os amigos que Coimbra me deu: Sílvia Cardoso, Duarte Rodrigues, Rúben Matos, Frederico Areias, Marina Tomás, Mariana Antunes, Samuel Lopes, Pedro Furtado, Vanessa Simões, Sónia Brás, Bárbara Marques, um enorme obrigado por todos os momentos vividos ao longo desta etapa. Entre nós ficará a lembrança de todos os encontros e desencontros, das lutas e decepções, mas a certeza é que a amizade nunca será esquecida. A todos eles, um enorme obrigado.

Aos amigos de sempre, Vânia Jacinto, Pedro Galvão, Marlene Teixeira, Ruben Pires, João Gonçalves, Catarina Carvalho e Leonardo Tinhela, por todo o apoio e incentivo, e principalmente por nunca terem deixado que a distância interferisse na nossa amizade.

A todos os docentes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, por todo o conhecimento que me transmitiram e que de alguma forma contribuíram para o meu enriquecimento profissional e pessoal.

O último agradecimento vai para o meu tio Afonso, pelo orgulho que depositava em mim e por sempre me ter incentivado nesta minha etapa, eterno amigo, eterna saudade.

## **RESUMO**

Face à constatação do facto de as empresas portuguesas continuarem a apresentar uma forte dependência de financiamento externo e ainda às problemáticas relativas ao mecanismo de recuperação de empresas, no ordenamento jurídico português, motivou que o legislador português procedesse a uma alteração quer no Código da Insolvência e Recuperação de Empresas, quer no Código das Sociedades Comerciais quanto ao instituto do PER.

Assim, o presente estudo terá como objetivo fundamental abordar o processo especial de revitalização, designadamente a sua aplicabilidade exclusivamente a empresas, bem como o plano especial para acordo de pagamento e o novo instrumento de recuperação de empresas extrajudicial (RERE).

**Palavras-chave:** PER - revitalização - empresas - recuperação extrajudicial

## **ABSTRACT**

The portuguese companies continue to be heavily dependent on external financing and there are legal issues about the business recovery mechanism, on the portuguese legal order. Because if that the portuguese legislator decided to change either the Code of Insolvency and Recovery of Companies either the Commercial Companies Code.

Thus, the present study will have as fundamental objective the special processo f revitalization, specially the aplicability of these mechanism to company, as well as the special payment agreement and the new instrument of recovery of extrajudicial companies (RERE).

**Key-words:** PER – Revitalization – Company – Recovery Extrajudicial



# ÍNDICE GERAL

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O PER - PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO: SEU ENQUADRAMENTO E EVOLUÇÃO LEGISLATIVA.....</b>	<b>3</b>
1. Contextualização no ordenamento jurídico português.....	3
1.1 A Resolução n.º 11/2012, de 3 de fevereiro: o Programa Revitalizar .....	6
1.1.1 A Lei n.º 16/2012, de 20 de abril: a alteração ao CIRE que instituiu o Processo Especial de Revitalização .....	9
1.2 A Resolução n.º 42/2016, de 18 de agosto: o Programa Capitalizar .....	11
1.2.1 Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho .....	13
2. A origem do PER em alguns ordenamentos jurídicos estrangeiros.....	15
<b>CAPÍTULO II – O PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO À LUZ DA REFORMA DE 2017 .....</b>	<b>17</b>
1. Características, finalidades e formas processuais .....	17
2. Pressupostos de aplicação.....	19
2.1 Pressupostos objetivos .....	20
2.2 Pressuposto subjetivo.....	24
3. Tramitação do processo .....	26
3.1 Suscetibilidade de recurso do despacho inicial.....	29
3.2 Efeitos de nomeação do Administrador Judicial Provisório (AJP) .....	31
3.2.1 Efeitos substantivos.....	31
3.2.2 Efeitos Processuais.....	32
3.3 Reclamação de créditos, lista provisória, impugnações e período de negociação .....	33
3.4 Aprovação e Homologação do plano de recuperação.....	36
3.5 Não homologação do plano de recuperação .....	38
3.6 Garantias convencionadas e financiamentos .....	39

4.	Homologação de acordos extrajudiciais de recuperação de empresas .....	41
5.	Encerramento do PER e cessação de funções do AJP .....	42
<b>CAPÍTULO III - O PER E OUTROS INSTRUMENTOS PREVISTOS NO CIRE .....</b>		<b>44</b>
1.	Reserva do PER a empresas.....	44
1.1	Plano Especial de Acordo de Pagamento .....	46
1.1.1	Homologação Judicial de acordos extrajudiciais no PEAP .....	48
2.	Regime extrajudicial de recuperação de empresas (RERE) .....	49
2.1	Aplicação objetiva .....	50
2.2	Aplicação subjetiva.....	50
2.3	Tramitação .....	52
2.3.1	Protocolo de negociação .....	52
2.3.2	Acordo de reestruturação .....	53
2.3.2.1	Efeitos do acordo.....	55
2.3.2.1.1	Efeitos sobre as garantias e <i>new money</i> .....	55
2.3.2.1.2	Efeitos Processuais.....	56
2.3.2.1.3	Efeitos Fiscais e Societários.....	57
2.3.2.2	Articulação com o PER.....	58
2.4	RERE versus PER.....	59
3.	O Estatuto do Mediador de Recuperação de Empresas .....	60
3.1	Requisitos gerais .....	61
3.2	Nomeação do Mediador.....	62
3.2.1	Listas Oficiais de Mediadores de Recuperação de Empresas .....	63
<b>CAPÍTULO IV- O PAPEL DA GESTÃO NA RECUPERAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE EMPRESAS COMERCIAIS.....</b>		<b>65</b>
1.	Nota Introdutória.....	65
1.1	A gestão da empresa no PER.....	65

1.2 A importância dos sócios e dos gestores na gestão das sociedades comerciais .....	67
2. Estatísticas dos processos de falência, insolvência, recuperação de empresas, processos especiais de revitalização e processos especiais para acordo de pagamento nos tribunais judiciais de 1ª instância .....	68
<b>CONCLUSÃO</b> .....	72
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	76
<b>JURISPRUDÊNCIA</b> .....	80

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Processos de falência, insolvência e recuperação de empresas nos tribunais de 1ª instância, 2º trimestre .....	68
<b>Figura 2</b> - Processos de falência, insolvência e recuperação de empresas nos tribunais de 1ª instância, 3º trimestre .....	68
<b>Figura 3</b> - Processos Especiais de Revitalização nos tribunais judiciais de 1ª instância, 2º trimestre .....	69
<b>Figura 4</b> - Processos Especiais de Revitalização nos tribunais judiciais de 1ª instância, 3º trimestre .....	69
<b>Figura 5</b> – Termos dos processos especiais de revitalização no 2º trimestre de 2017 ...	70
<b>Figura 6</b> - Termos dos processos especiais de revitalização no 3º trimestre de 2017 ...	70
<b>Figura 7</b> - Tipo de pessoa envolvida nos processo especiais de revitalização no 2º trimestre de 2017 .....	70
<b>Figura 8</b> - Tipo de pessoa envolvida nos processo especiais de revitalização no 3º trimestre de 2017 .....	70
<b>Figura 9</b> – Processos especiais para acordo de pagamento nos tribunais judiciais de 1ª instância, 3º trimestre .....	71

## Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

<b>Ac.</b>	Acórdão
<b>AJP</b>	Administrador Judicial Provisório
<b>al./als.</b>	Alínea/ Alíneas
<b>Art. /arts.</b>	Artigo/artigos
<b>BCE</b>	Banco Central Europeu
<b>CC</b>	Código Civil
<b>CE</b>	Comissão Europeia
<b>CEJ</b>	Centro de Estudos Judiciários
<b>Cfr.</b>	Conferir
<b>CIRC</b>	Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
<b>CIRE</b>	Código da Insolvência e Recuperação de Empresas
<b>CIVA</b>	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
<b>CPC</b>	Código Processual Civil
<b>CPEREF</b>	Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência
<b>CRCCom.</b>	Código do Registo Comercial
<b>CSC</b>	Código das Sociedades Comerciais
<b>DGPIJ</b>	Direção-Geral da Política de Justiça
<b>DL</b>	Decreto-Lei
<b>EMCE</b>	Estrutura de Missão para a Capitalização de Empresas
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b><i>ex vi</i></b>	por força de
<b>FGS</b>	Fundo de Garantia Salarial
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>IAPMEI, I.P.</b>	Agência para a competitividade e inovação I.P.

***Ibidem /idem*** No mesmo lugar/ o mesmo autor

***In/ in fine*** Em/ No fim

**INOSOL** *International Association of Restructuring, Insolvency & Bankruptcy Professionals* (Associação Internacional de Reestruturação, Insolvência e Falência Profissionais)

***InsO*** *Insolvenzordnung*

**LOSJ** Lei da Organização do Sistema Judiciário

***Mid Cap*** Empresas de média Capitalização

***MOU*** *Memorandum of understanding* (Memorando de Entendimento)

**n.º /nrs.º** número/números

**p. / pp.** Página/ Páginas

**PEAP** Plano Especial para Acordo de Pagamento

**PEC** Procedimento Extrajudicial de Conciliação

**PER** Processo Especial de Revitalização

**PME** Pequenas e Médias Empresas

**Proc.** Processo

**SIREVE** Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial

**STJ** Supremo Tribunal de Justiça

**TJUE** Tribunal de Justiça da União Europeia

**TRC** Tribunal da Relação de Coimbra

**TRE** Tribunal da Relação de Évora

**TRG** Tribunal da Relação de Guimarães

**TRL** Tribunal da Relação de Lisboa

**TRP** Tribunal da Relação do Porto

**UE** União Europeia

***Vide*** Veja

**Vol.** Volume

## **INTRODUÇÃO**

Com a entrada em vigor da Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, que instituiu o denominado Processo Especial de Revitalização (PER), verificou-se uma alteração de paradigma no CIRE, dado que introduziu um novo mecanismo que dava especial atenção à recuperação do devedor em detrimento da sua liquidação.

Porém, a introdução de tais alterações legislativas determinaram o surgimento de questões, quer na doutrina, quer na jurisprudência, muito relevantes.

Por outro lado, face à constatação do facto de as empresas portuguesas continuarem a apresentar uma forte dependência de financiamentos externos, o que permitia concluir pela sua não aptidão para se capitalizarem autonomamente, determinou que o Governo instituisse através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016, de 18 de agosto, o Programa Capitalizar.

No seguimento da Resolução do Conselho de Ministros supramencionada e da proposta de lei n.º 85/XII, de 18 de maio de 2017, o Governo aprovou o Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho, que alterou o Código de Insolvência e Recuperação de Empresas (CIRE) e o Código das Sociedades Comerciais (CSC).

De entre essas alterações iremos destacar as introduzidas no âmbito do processo especial de revitalização, que passou exclusivamente a aplicar-se a empresas, melhor definidas no art.5.º do CIRE.

É neste contexto que surge a elaboração do presente estudo tendo como objetivo abordar o novo paradigma do PER, nomeadamente as principais modificações legislativas.

Primeiramente, versaremos sobre o surgimento deste mecanismo no nosso ordenamento jurídico, bem como a sua evolução e as respetivas alterações legislativas. Comparativamente, abordaremos sucintamente o surgimento do PER em outros ordenamentos jurídicos estrangeiros, nomeadamente na Alemanha, em Espanha e ainda nos Estados Unidos da América.

Seguidamente no Capítulo II, analisaremos o “novo” PER à luz da reforma legislativa de 2017, assim como as suas características, finalidades e formas processuais fundamentais, os seus pressupostos de aplicação e a sua tramitação.

Iremos destacar a suscetibilidade de recurso do despacho inicial e os vários efeitos da nomeação do Administrador Judicial Provisório (AJP), bem como as problemáticas relativas à reclamação dos créditos, à aprovação e homologação do plano de recuperação ou não homologação do mesmo. Ainda incidiremos sobre as garantias e financiamentos resultantes do plano.

Neste Capítulo II iremos aludir a uma forma processual mais simples face à prevista nos arts. 17.º-A a 17.º-H do CIRE, ou seja, à homologação de acordos extrajudiciais de recuperação de empresas (art.º 17º-I do CIRE), bem como ao aditamento do art.17º-J do CIRE ao regime do PER, que consiste no encerramento do mesmo e na cessação das funções do AJP.

No terceiro capítulo, focar-nos-emos nas questões relativas à reserva do PER exclusivamente às empresas e na criação de um novo mecanismo direcionado para as pessoas não coletivas, o denominado Plano Especial para Acordo de Pagamento (PEAP). Também realizaremos uma abordagem ao novo mecanismo de recuperação extrajudicial de empresas – o RERE - e a consequente criação da figura do mediador de recuperação de empresas.

Por último, trataremos sumariamente do papel da gestão na recuperação e reestruturação de empresas comerciais, evidenciando a gestão da empresa no PER e a importância dos sócios e gestores nas sociedades comerciais.

Ao longo do presente estudo não iremos analisar as questões relativas às pessoas singulares, nem ao processo de insolvência.

A escolha do tema prendeu-se com a relevância que o PER teve e tem na economia e nas empresas portuguesas, sendo, em meu entender, uma área de estudo relevante, bem como uma possível área de atuação dos Solicitadores.



## **CAPÍTULO 1 - O PER - PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO: SEU ENQUADRAMENTO E EVOLUÇÃO LEGISLATIVA**

### **1. Contextualização no ordenamento jurídico português**

Tendo em conta o tema em estudo, importa contextualizar a sua introdução no nosso ordenamento jurídico.

Neste sentido, a nossa atenção direciona-se para o Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e da Falência (CPEREF)<sup>1</sup>, aprovado em 1993, que por sua vez foi o primeiro diploma a codificar o regime da falência em Portugal.

O CPEREF detinha na sua essência a salvaguarda da economia através da recuperação de empresas economicamente viáveis<sup>2</sup>, ao qual dava privilégio à recuperação ao invés da insolvência, de modo a consagrar o primado da recuperação no sistema falimentar português.<sup>3</sup> No entanto, este regime não conquistou o resultado inicialmente pretendido, o que se traduziu num processo demasiado lento face ao regime da falência.<sup>4</sup>

Como tal, em 2004, com a aprovação do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE)<sup>5</sup> influenciada pelos ideais traduzidos na *InsO*, assistiu-se a uma alteração de paradigma, ou seja, retornou-se à primazia da liquidação do património dos devedores ao invés da recuperação dos mesmos<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Decreto-Lei n.º 132/93, de 23 de abril. E ainda sobre este, FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, (1999), *Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e da Falência – Anotado, Quid Juris*, Lisboa.

<sup>2</sup> O sistema de falência-saneamento começou a dar os primeiros sinais durante o processo de revisão ao CPC de 1961 com a previsão de meios preventivos da declaração da falência. Cfr. SERRA, Catarina, (2010), *O Novo Regime Português da Insolvência – Uma Introdução*, 4ª Edição, Coimbra, Almedina, p.18.

<sup>3</sup> ASCENSÃO, José Oliveira de, (2005), *Insolvência: Efeitos sobre os negócios em curso*, in “Direito e justiça”, Vol.19, tomo 2, Lisboa, p.233-261.

<sup>4</sup> SERRA, Catarina, (2012) *O Regime Português da Insolvência*, 5ª Edição, Coimbra, Almedina, p.23.

<sup>5</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março e alterado pelo DL n.º 200/2004, de 18 de agosto e posteriormente pelo DL n.º 76º-A/2006, de 29 de março, pelo DL n.º 282/2007, de 7 de agosto, pelo DL n.º 116/2008, de 4 de julho, pelo DL n.º 185/2009, de 12 de agosto, pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro. Cfr. LEITÃO, Luís M. T. Menezes, (2015) *Direito da Insolvência*, 6ª Edição, Coimbra, Almedina, pp. 70-71.

<sup>6</sup> LEITÃO, Luís M. T. Menezes, (2015) *Direito da Insolvência*, 6ª Edição, Coimbra, Almedina, p.71.

Todavia, permanecia a necessidade de se proceder a novas políticas focadas na recuperação ao invés da liquidação, motivadas pelo contexto económico e financeiro que se pressentia.

Deste modo, o programa de auxílio a Portugal (*Portugal Memorandum of Understanding on Specif Economic Policy Conditions*), celebrado em 2012 pelo Governo, o Banco Central Europeu (BCE), a Comissão Europeia (CE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), antecedeu uma solução de implementação de mecanismos, através de legislação que previam a possibilidade de reestruturação de empresas ou particulares sendo que esta reestruturação poderia ser requerida de forma voluntária ou pelo meio extrajudicial.

No que respeita ao enquadramento legal da reestruturação de dívidas de empresas e particulares, o Memorando de Entendimento pressupunha a alteração do Código de Insolvência, com o propósito de “*facilitar a recuperação efetiva de empresas viáveis*” e “*introduzir uma maior rapidez nos procedimentos judiciais de aprovação de planos de reestruturação*”<sup>7</sup> (medida 2.17.); elucidava os princípios gerais respeitantes à reestruturação voluntária extrajudicial (medida 2.18.); dotava a administração fiscal e a segurança social de mecanismos relativos à reestruturação de créditos e procedia à retificação da lei tributária, com o intuito de cessar “*impedimentos à reestruturação voluntária de dívidas*”<sup>8</sup> (medida 2.19.); modificava os procedimentos de insolvência singulares com vista à reabilitação destes, com o auxílio dos credores (medida 2.20); e, por último, comunicava estes novos instrumentos através de sensibilização, formação e novos meios informacionais (medida 2.21).<sup>9</sup> Na verdade, destas mediadas mencionadas algumas ficaram por realizar.

Assim, o primeiro ato de execução do Memorando foi a Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2011, de 25 de outubro<sup>10</sup>, que estabeleceu um conjunto de

---

<sup>7</sup> Medida 2.17, do Memorando de Entendimento, *in* tradução do conteúdo do Memorando de Entendimento, (...), p.9.

<sup>8</sup> Medida 2.19, do Memorando de Entendimento, *in* tradução do conteúdo do Memorando de Entendimento, (...), p.10.

<sup>9</sup> Medidas 2.17 a 2.21, do Memorando de Entendimento, *in* tradução do conteúdo do Memorando de Entendimento, (...), pp.9 e10.

<sup>10</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2011, de 25 de outubro, publicada em Diário da República, 2ª série, n.º 205, de 25 de outubro de 2011.

“Princípios orientadores da recuperação extrajudicial de devedores”<sup>11</sup>. Estes princípios têm como fonte de inspiração os princípios plasmados no “*Global Statement of Principles for Multi-Creditor Workouts*”<sup>12</sup>, elaborados pela *International Association of Restructuring, Insolvency & Bankruptcy Professionals* (INOSOL) e publicados em outubro de 2000.<sup>13</sup>

O segundo ato de execução do Memorando diz respeito à Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2012, de 3 de fevereiro<sup>14</sup>, que estabeleceu o Programa Revitalizar. Este programa tinha como objetivo principal a “*criação de apoios e incentivos à reestruturação e revitalização do tecido empresarial*”<sup>15</sup>, por forma a revitalizar empresas viáveis. Para dar cumprimento a esse objetivo, aquela Resolução pretendia criar um “*ambiente regulamentar e tributário adequado*”<sup>16</sup>, cujo projeto-lei já estava em curso – o PER – e além disso, proceder à alteração do CIRE.

A estes dois atos de execução do Memorando, meramente programáticos, seguiu-se a alteração ao CIRE, estabelecido pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril<sup>17</sup>, que introduziu um novo processo, o PER. Note-se que a criação de procedimentos de revitalização não é nova no nosso ordenamento jurídico, sendo que o PER tem

---

<sup>11</sup> Como referem CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA, “boa parte desses princípios têm expressão direta no conjunto do normativo que regula o processo e, assim sendo, perdem a natureza de orientação e assumem a de vinculação com o alcance das regras em que se concretizam. É o caso, v. g., dos princípios quarto, quinto, sétimo e oitavo, no seu conjunto replicados nos n.ºs 6 e 11 do artigo aqui em anotação e nos n.ºs 1 e 6 do art.º 17.º-E; do princípio sexto, salvaguardado pelo regime emergente do art.º 17.º-E, n.ºs 2 a 5, e do art.º 17.º-C, n.º 3, al. a), na parte em que se determina a aplicação do art.º 33.º” in FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, (2015), *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 3ª Edição (atualizada de acordo com o Decreto-Lei n.º 26/2015, de 6 de fevereiro, e o Código de Processo Civil), *Quid Juris* – Sociedade Editora Lda., Lisboa, p.158.

<sup>12</sup>In

<https://www.insol.org/files/Publications/StatementOfPrinciples/Statement%20of%20Principles%20II%2018%20April%202017%20BML.pdf>

<sup>13</sup> SERRA, Catarina (2012), *Emendas à (lei da insolvência) Portuguesa – primeiras impressões*, in “Direito das Sociedades em Revista”, Vol. VII, Ano 4, Coimbra, Almedina p.131.

<sup>14</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2012, de 3 de fevereiro, publicada em Diário da República, I série, n.º 25, de 3 de fevereiro de 2012.

<sup>15</sup> Preâmbulo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2012, de 3 de fevereiro.

<sup>16</sup> Preâmbulo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2012, de 3 de fevereiro.

<sup>17</sup> Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, publicada em Diário da República, 1.ª série, n.º 79, em 20 de abril de 2012.

semelhanças e objetivos idênticos com o Procedimento Extrajudicial de Conciliação (PEC)<sup>18</sup>.

Porém, a grande diferença entre os procedimentos anteriormente criados e o ora aprovado prende-se com o facto de que antes existia uma entidade como mediadora entre o devedor e os seus credores, enquanto no PER as negociações ocorrem diretamente entre o devedor e os seus credores, com a tutela do administrador judicial provisório e a supervisão do tribunal.<sup>19</sup>

### **1.1 A Resolução n.º 11/2012, de 3 de fevereiro: o Programa Revitalizar**

Em cumprimento das exigências do memorando, de modo a fomentar o recurso ao procedimento extrajudicial de recuperação de empresas e contribuir para o aumento do número de negociações concluídas com sucesso, o Governo aprovou inicialmente um conjunto de princípios orientadores da recuperação de devedores, considerado um instrumento útil para promover a eficácia dos procedimentos extrajudiciais de recuperação.<sup>20</sup>

Dessa forma, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2012, de 3 de fevereiro, surgiu o Programa Revitalizar<sup>21</sup> na tentativa de dar uma resposta estratégica global à necessidade de preservar o tecido empresarial português.

Este programa constitui o segundo ato de execução do *Memorandum of Understanding (MoU)*<sup>22</sup> e trata-se de um programa protagonizado pelo Governo que materializa diferentes ministérios<sup>23</sup> e que teve o propósito de “*otimizar o*

---

<sup>18</sup> Decreto-Lei n.º 201/2004, de 18 de agosto que altera o Decreto-Lei n.º 316/98, de 20 de outubro, que institui o procedimento extrajudicial de conciliação para viabilização de empresas em situação de insolvência ou em situação económica difícil.

<sup>19</sup> VALÉRIO, Mafalda P. C. (2015), *O Processo Especial de Revitalização – Novo Paradigma no Direito da Insolvência*, coord. Maria do Rosário EPIFÂNIO, pp.16 e 17.

<sup>20</sup> PEREIRA, João Aveiro, (2014), *O Processo de Insolvência e as Ações Conexas*, Revisão de Edgar Lopes Taborda e Joana Caldeira, Série: Formação Contínua, Edição Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, dezembro, in [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Processo\\_insolvencia\\_acoes\\_conexas.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Processo_insolvencia_acoes_conexas.pdf), pp. 25 e 26.

<sup>21</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2012, de 3 de fevereiro, publicada em Diário da República, 1ª Série, n.º 25, em 3 de fevereiro de 2012.

<sup>22</sup> Trata-se do Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica, também conhecido apenas por Memorando de Entendimento ou *Memorandum of Understanding*.

<sup>23</sup> A implementação deste programa faz-se através da Comissão de Dinamização e Acompanhamento Interministerial, coordenada pelo Ministério da Economia e do Emprego, que integra representantes dos Ministérios das Finanças, da Justiça e da Solidariedade e da Segurança Social, e através de uma Comissão

*enquadramento legal, tributário e financeiro em que o tecido empresarial desenvolve a sua atividade, de modo a encorajar projetos empresariais operacionalmente viáveis, mas em que a componente financeira se encontra desajustada ao modelo de negócio e ao atual condicionalismo económico-financeiro geral”.*<sup>24</sup>

Porém, a dita Resolução não é suficientemente esclarecedora quanto ao seu objetivo primordial. Se por um lado limitou-se a criar o Programa Revitalizar e a estabelecer os objetivos prioritários deste<sup>25</sup>, por outro lado, aparenta que a sua criação se dedica a instrumentos de revitalização das empresas, ou seja, a “*revitalizar empresas viáveis*”<sup>26</sup>.

Com efeito, a 8 de fevereiro de 2012, ocorria a apresentação pública deste Programa e se subsistiam incertezas quanto aos seus objetivos, essas foram clarificadas na sua apresentação na qual se pode interpretar que o “*Programa Revitalizar é uma iniciativa do Governo que tem por missão otimizar o ambiente legal, tributário e financeiro do tecido empresarial português, tendo em vista a revitalização de empresas economicamente viáveis, que se encontram num situação financeira desfavorável ou desajustada do seu modelo de negócio*”.<sup>27</sup>

Contudo, este programa não era rígido, muito pelo contrário, era um programa de execução contínua, ou seja, ainda não tinham sido estabelecidas todas as medidas. Na

---

Técnica Interministerial, com representantes dos Ministérios da Economia e do Emprego, das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social.

<sup>24</sup> O objetivo deste programa conforme o IAPMEI, I.P., in <https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Revitalizacao-Transmissao/Revitalizacao-Empresarial/PER-Processo-Especial-de-Revitalizacao.aspx>.

<sup>25</sup> Os objetivos prioritários deste programa eram os seguintes: “a) A execução de mecanismos eficazes de revitalização de empresas viáveis nos domínios da insolvência e da recuperação de empresas; b) O desenvolvimento de mecanismos céleres e eficazes na articulação das empresas com o Estado, em particular com a Segurança Social e a Administração Tributária, tendo em vista o desenho de soluções que promovam a viabilização daquelas; c) O reforço dos instrumentos financeiros disponíveis para a capitalização e reestruturação financeira de empresas, com particular enfoque no capital de risco e em outros instrumentos que em simultâneo concorram para o desenvolvimento regional; d) A facilitação de processos de transação de empresas ou de ativos empresariais tangíveis ou intangíveis; e) A agilização da articulação entre as empresas e os instrumentos financeiros do Estado e os do sistema financeiro, com vista a acelerar processos decisórios e a assegurar o êxito das operações de revitalização empresarial.” in Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2012, de 3 de fevereiro.

<sup>26</sup> De acordo com a Resolução, o Governo Português considera que a criação de apoios e incentivos à reestruturação e revitalização do tecido empresarial “*promove externalidades positivas*”, tais como “a criação de postos de trabalho, o crescimento de exportações, o fomento do desenvolvimento regional, em particular das zonas mais carecidas, o dinamismo das entidades da economia social, bem como o contributo para a estabilização do sistema da segurança social”.

<sup>27</sup> Programa Revitalizar – Apresentação Pública de 8 de fevereiro de 2012, Ministério da Economia e do Emprego, Lisboa, 2012, p.1, in [http://www.gren.pt/np4/file/1418/4\\_Programa\\_Revitalizar.pdf](http://www.gren.pt/np4/file/1418/4_Programa_Revitalizar.pdf).

verdade, as medidas definidas na apresentação pública deste programa eram, particularmente a aplicação da fase inicial do mesmo, das quais destacamos as seguintes:

*“1. Revisão do Código de Insolvência e Recuperação de empresas (CIRE), tornando-o um importante veículo de estímulo à revitalização empresarial através da criação do Processo Especial de Revitalização (PER), com similitude ao Chapter 11 dos EUA;*

*2. Aprovação do Sistema de Recuperação de Empresas pela Via Extrajudicial (SIREVE) que permitirá as empresas regularizarem os compromissos assumidos para com os credores, assegurando a estabilização da sua situação financeira;*

*3. Revisão do enquadramento legal dos Administradores de Insolvência;*

*4. Harmonização das regras de regularização de dívidas de empresas para com as entidades do Estado, de que já é um exemplo o alargamento;*

*5. Criação de Fundos de Revitalização e Expansão Empresarial de base regional e orientados para PME;*

*(...)”<sup>28</sup>*

Assim sendo, neste âmbito surgiu o processo especial supramencionado, o PER<sup>29</sup>.

Além disso, o Programa Revitalizar assegurava que, o PER era uma alternativa à insolvência, fundamentado no sistema norte-americano<sup>30</sup> *Chapter 11*, tratando-se de “uma solução para a reestruturação de empresas, em que simultaneamente se defendem

---

<sup>28</sup> Programa Revitalizar – Apresentação Pública, de 8 de fevereiro de 2012, p.5.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p.5, ponto 1.

<sup>30</sup> O *Chapter 11*, do *United States Bankruptcy Code* – Capítulo 11, da Lei das Falências dos EUA – é um procedimento que permite a “recuperação e reorganização económica e financeira do devedor, através de um plano de recuperação aprovado pelos credores e homologado pelo tribunal”, tendo sido, uma realidade já adotada em países como o Reino Unido, a Espanha e a França. Além deste procedimento, o *United States Bankruptcy Code* dispõe, ainda, de mais dois procedimentos idênticos aos nossos, os procedimentos de exoneração do passivo restante (art.235.º do CIRE) e do plano de pagamentos (art.251.º do CIRE). São eles o *Chapter 7* e o *Chapter 13*, respetivamente. Nesta matéria, MARTINS, Luís M.(2013), *Recuperação de Pessoas Singulares*, Coimbra, Almedina, p.19.

*os ativos e a lei do mercado, através da aprovação e supervisão dos credores do plano de reestruturação, diminuindo a intervenção em tribunal e o tempo de decisão*”<sup>31</sup>.

Face a isto, o resultado deste processo especial visava manter a empresa em atividade, defendendo a “*capacidade produtiva e postos de trabalho, suspendendo a cobrança de créditos*”<sup>32</sup> e estabelecer com os respetivos credores, um plano de recuperação exequível, “*a reestruturação da dívida, a recapitalização e um novo modelo de negócio*”, permanecendo os mesmo ligados<sup>33</sup>.

### ***1.1.1 A Lei n.º 16/2012, de 20 de abril: a alteração ao CIRE que instituiu o Processo Especial de Revitalização***

No âmbito do Programa Revitalizar, o PER<sup>34</sup>, apenas, foi instaurado pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, que alterou o CIRE.<sup>35</sup> Este processo materializa-se nos termos dos artigos 1.º, n.º 2 e 17.º-A a 17.º-I do CIRE, artigos estes que foram acrescentados no CIRE.

Com a entrada em vigor da lei mencionada, assistiu-se a uma alteração do paradigma do CIRE, ou seja, se por um lado subsistia o paradigma da liquidação do património do devedor como forma de satisfação dos interesses dos credores, por outro lado adquiriu-se um novo paradigma que visa a recuperação do devedor em detrimento da liquidação, sendo este último, recentemente, a solução mais adotada nos processos de insolvência.<sup>36</sup>

---

<sup>31</sup> Programa Revitalizar – Apresentação Pública de 8 de fevereiro de 2012, p. 2.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>34</sup> De acordo com o Ac. do Tribunal da Relação do Porto (TRP), proc. n.º 4257/12.6TBVFR-B.P1 de 13-05-2013, relatado pelo Juiz Desembargador CAIOMOTO JÁCOME, “*O processo especial de revitalização visa, pois, a viabilização ou recuperação do devedor. Num CIRE cujo fim precípua era a satisfação dos direitos dos credores, o aditamento introduzido pela referida Lei na sua sistemática traduz uma mitigação de tal finalidade e um retorno ou colagem à anterior legislação falimentar na qual se previam figuras tendentes à consecução de tais propósitos (recuperação de empresa).*”

<sup>35</sup> Proposta de Lei n.º 39/XII, publicada em Diário da República II Série - A, n.º 91, de 4 de janeiro de 2012.

<sup>36</sup> De acordo com Luís M. MARTINS, este paradigma foi abandonado com a revogação do CPEREF, embora no seu parecer esta alteração terá sido apenas aparente, in MARTINS, Luís M. (2013) *Recuperação de Pessoas Singulares*, Coimbra, Almedina, pp.16 e 17. Mais acrescenta PESTANA de VASCONCELOS que considera esta mudança de paradigma do regime insolvencial apenas como uma alteração de fundo, uma vez que não é acompanhada de outras modificações que a implementem, in VASCONCELOS, Luís M. Pestana de, (2013), *Modificaciones Recientes en el Derecho Concursal Português*, in “*Revista de Derecho Concursal e Paraconcursal*”, n.º 18, La Ley, Madrid, p.438.

O certo é que o PER apresenta-se como um sistema alternativo ao processo de insolvência, sendo menos burocrático e tendo uma intervenção reduzida do Tribunal, propondo evitar que a empresa tenha que se apresentar à insolvência e, em última instância, à liquidação.

Além do mais, o legislador assumiu objetivamente que este processo deveria promover-se com uma grande eficiência e celeridade do sistema judicial ao qual poderiam usufruir todos os devedores que se encontrassem em situação económica comprovadamente difícil ou em situação de insolvência iminente, quando ainda seja suscetível de recuperação.

No que respeita ao conceito de insolvência iminente, LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA consideram que este conceito caracteriza-se pela *“ocorrência de circunstâncias que não tendo ainda conduzido ao incumprimento em condições de poder considerar-se situação de insolvência já atual, com toda a probabilidade a vão determinar a curto prazo, exatamente pela insuficiência do ativo líquido e disponível para satisfazer o passivo exigível.”*<sup>37</sup>. Por outro lado, com uma definição mais simplificada, temos CATARINA SERRA que estabelece que *“a insolvência iminente é a situação em que o devedor antevê que estará impossibilitado de cumprir as suas obrigações quando elas se vencerem, no futuro próximo”*.<sup>38</sup>

Relativamente ao PER, FÁTIMA REIS SILVA destaca que este surge *“como forma de tornear uma característica congénita do CIRE e que, seria justificada ao tempo, pelo menos aos olhos do legislador, nos tempos atuais e desde o despoletar da crise globais”*<sup>39</sup>.

Assim, em resultado da exposição de motivos da proposta de lei<sup>40</sup> que deu lugar à Lei n.º 16/2012, podemos afirmar que o principal objetivo desta alteração ao CIRE consistia em reorientar este diploma legal para a recuperação de empresas devedoras,

---

<sup>37</sup> FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João (2015), *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 3ª Edição (atualizada de acordo com o Decreto-Lei n.º 26/2015, de 6 de fevereiro, e o Código de Processo Civil de 2013), *Quid Juris* – Sociedade Editora Lda., Lisboa, p.87.

<sup>38</sup> SERRA, Catarina, (2013), *Revitalização – A designação e o misterioso objeto designado. O Processo Homónimo (PER) e as suas ligações com a Insolvência (situação e processo) e com o SIREVE*, in “I Congresso de Direito da Insolvência”, Coimbra, Almedina, p.91.

<sup>39</sup> SILVA, Fátima Reis (2014), *Processo Especial de Revitalização – Notas Práticas e Jurisprudência Recente*, Porto Editora, p.15.

<sup>40</sup> Proposta de Lei n.º 39/XII, publicada em Diário da República II Série - A, n.º 91, em 4 de janeiro de 2012.



*“privilegiando-se sempre que possível a manutenção do devedor no giro comercial, relegando-se para segundo plano a liquidação do seu património sempre que se mostre viável a sua recuperação”*<sup>41</sup>.

## **1.2 A Resolução n.º 42/2016, de 18 de agosto: o Programa Capitalizar**

Embora em Portugal, “as micro, pequenas e médias empresas (PME)”<sup>42</sup> representem cerca de 99 % do número total de empresas, 80 % do total de emprego e cerca de 60 % do total do volume de negócios das sociedades não financeiras”<sup>43</sup>, as sociedades financeiras continuam a apresentar níveis excessivos de endividamento e uma forte dependência do crédito bancário, principalmente a curto prazo. Por outro lado, o fenómeno de concentração bancária em Portugal tem vindo a contribuir para as limitações no acesso ao crédito. Com o acesso limitado aos mercados de capitais, as PME veem-se, assim, privadas da principal fonte de financiamento, o que compromete seriamente a retoma do investimento empresarial e, por conseguinte, o relançamento da economia portuguesa e o crescimento económico<sup>44</sup>.

Face a este enquadramento, a estratégia do XXI Governo Constitucional passou pela criação de medidas que, por um lado, agilizem o acesso a soluções de financiamento das PME e do segmento de empresas designado *Mid Cap*<sup>45</sup> e, por outro lado, promovam a sua capitalização, nomeadamente através de uma maior estabilidade das respetivas estruturas financeiras.

O Governo, igualmente, assumiu entre os seus objetivos essenciais a redução dos passivos das empresas economicamente viáveis, bem como a melhoria de condições para o investimento das empresas<sup>46</sup>. Além disso, estes objetivos têm subjacente o

---

<sup>41</sup> PINHEIRO, Pedro Montes (2013), *Segunda Oportunidade, um guia prático para trazer empresas de volta à vida (O Processo Especial de Revitalização (PER) passo a passo com todos os detalhes que você precisa para fazer renascer o seu negócio)*, 1ª Edição, Oficina do Livro, p.26.

<sup>42</sup> A definição de micro, pequenas e médias empresas encontra-se devidamente normalizada, por se encontrar legalmente consagrada no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 143/2009, de 16 de junho, e que corresponde à definição prevista na Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003.

<sup>43</sup> Preâmbulo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016, de 18 de agosto.

<sup>44</sup> Preâmbulo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016, de 18 de agosto

<sup>45</sup> No Programa Capitalizar existem objetivos de promoção de acesso a soluções de financiamento que se destinam a micro, pequenas e médias empresas (PME), bem como a empresas de pequena-média capitalização (*Small Mid Cap*) e a empresas de média capitalização (*Mid Cap*).

<sup>46</sup> De acordo com o Decreto-lei n.º 77/2017, de 30 de junho, prevê-se que sejam adotadas as medidas indispensáveis à concretização desse objetivo com base no Programa Capitalizar.

pressuposto de que o investimento empresarial deve assumir um papel preponderante para assegurar uma recuperação forte e sustentada do crescimento económico<sup>47</sup>.

De forma a dinamizar todos os parceiros sociais e agentes económicos para a construção de uma estratégia que dê cumprimento aos propósitos constantes do programa, o Governo criou, segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2015, de 23 de dezembro<sup>48</sup>, a Estrutura de Missão para a Capitalização de Empresas (EMCE), com a missão de propor o desenvolvimento das linhas orientadoras fixadas pelo Governo e a identificação das iniciativas a prosseguir.

Como tal, a EMCE desenvolveu uma análise abrangente da economia e da realidade empresarial nacional, com vista à conceção de medidas de apoio à capitalização de empresas, tendo identificado e apresentado ao Governo um conjunto de 131 medidas enquadradas em cinco eixos estratégicos de intervenção: Simplificação Administrativa e Enquadramento Sistémico, Fiscalidade, Reestruturação Empresarial, Alavancagem de Financiamento e Investimento e, por último, Dinamização do Mercado de Capitais.<sup>49</sup>

Com base nos referidos eixos estratégicos de intervenção e no âmbito do Programa Nacional de Reformas<sup>50</sup>, o Governo, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016, de 18 de agosto<sup>51</sup>, aprovou o Programa Capitalizar<sup>52-53</sup>. Este traduz-se num programa estratégico de apoio à capitalização das empresas, à retoma do investimento e ao relançamento da economia<sup>54</sup>. Aliás, o objetivo deste é promover estruturas financeiras mais equilibradas, reduzindo os passivos das empresas economicamente viáveis, ainda que com níveis excessivos de endividamento, bem como

---

<sup>47</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016, de 18 de agosto.

<sup>48</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2015, de 23 de dezembro, publicada em Diário da República, 1.ª série, n.º 250, em 23 de dezembro de 2015.

<sup>49</sup> Programa Capitalizar – Nota de enquadramento, 16 de março de 2017, p.4, disponível in <https://www.portugal.gov.pt/media/26218493/20170316-mj-meco-capitalizar.pdf>.

<sup>50</sup> Programa Capitalizar – Nota de enquadramento, de 16 de março de 2017, pp. 3 e 4, disponível in <https://www.portugal.gov.pt/media/26218493/20170316-mj-meco-capitalizar.pdf>.

<sup>51</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016, de 18 de agosto, publicada em Diário da República, 1.ª série, n.º 158, em 18 de agosto de 2016.

<sup>52</sup> Decreto-Lei n.º 81/2017, de 30 de junho.

<sup>53</sup> O objetivo deste programa conforme o IAPMEI, I.P., in <https://www.iapmei.pt/Paginas/Programa-Capitalizar-Medidas.aspx>.

<sup>54</sup> Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 81/2017, de 30 de junho.

de melhorar as condições de acesso ao financiamento das PME e do segmento de empresas designado *Mid Cap*<sup>55</sup>.

### **1.2.1 Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho**

A grande flexibilidade da utilização do PER e principalmente o número de sujeitos que beneficiaram deste regime, tornou-o num verdadeiro caso de sucesso da legislação portuguesa, tendo-se criado um processo célere e eficaz na sua tramitação, por forma a possibilitar a recuperação de cerca de 50% dos devedores que recorreram ao mecanismo, quer sejam pessoas singulares, quer sejam empresas.<sup>56</sup>

Porém, com as alterações efetuadas ao regime das insolvências e da recuperação de devedores em 2012, a aplicação deste possibilitou que fossem detetados certos aspetos a carecer de intervenção legislativa, no sentido de se otimizar a utilização do PER, centrando-o na revitalização de empresas. Apesar disso, o regime padecia de uma escassez de filtro que permitisse separar os processos verdadeiramente instituídos para permitir a recuperação de devedores, daqueles que apenas visavam o propósito de dilatar a recuperação de insolvência de um dado devedor.<sup>57</sup>

Deste modo, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016, de 18 de agosto, afirmou a necessidade de se tomarem diversas medidas no sentido de se adaptar o regime insolvencial à recuperação de empresas.

Neste intuito, a exposição de motivos da Proposta de Lei n.º 85/XII, de 18 de maio de 2017, é clara quanto à necessidade de assegurar que a empresa que se encontre em situação de incumprimento perante os seus credores, possa conhecer um modo mais célere de reestruturação do respetivo balanço e o reforço dos capitais. Tal modo que a maioria de credores possa propor uma conversão de créditos em capital social, sendo por vezes a única forma de adequar a situação financeira da empresa à sua capacidade funcional.

Na sequência da referida Resolução do Conselho de Ministros e da Proposta de Lei, conjugaram-se propósitos para preparar as medidas a adotar, de forma a concretizar

---

<sup>55</sup> Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 81/2017, de 30 de junho.

<sup>56</sup> GONÇALVES, Renato (2017), *Recuperação de empresas – um desígnio continuado*, in “IV Congresso de Direito da Insolvência”, coord. Catarina SERRA, Coimbra, Almedina, p.382.

<sup>57</sup> *Idem ibidem*, p.384.

o objetivo inicial. Com efeito, em 30 de junho, foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei n.º 79/2017, que aprovou um conjunto de alterações significativas ao CIRE e ao Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Face a isto e direcionando o nosso foco para as alterações ao CIRE, pode-se afirmar que este diploma veio introduzir um novo paradigma do PER, ou seja, constata-se que o processo especial de revitalização passou a aplicar-se exclusivamente a empresas, que constem do artigo 5.º do mesmo Código com semelhança nos arts. 17.º-A a 17.º - I, pondo termo à controvérsia jurisprudencial que vinha adquirindo contornos ameaçadores da segurança e certezas jurídicas.

Se por um lado, o referido diploma redefine um PER apenas para as empresas, por outro lado, o diploma veio também introduzir um novo mecanismo legal, denominado por Plano Especial para Acordo de Pagamento (PEAP), destinado aos devedores excluídos do PER, ou seja, todos aqueles que não sejam empresas.<sup>58</sup>

Posto isto, o legislador aproveitou esta alteração legislativa para inclusive adaptar a legislação da insolvência ao novo Regulamento Europeu existente neste domínio (Regulamento (UE) 2015/848 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de maio de 2015)<sup>59</sup>, o qual ainda carece de normas que ajustem a sua execução à nossa realidade.

Diante disso, o presente regulamento pretende não só assegurar uma maior eficácia e eficiência aos processos de insolvência que produzem efeitos transfronteiriços, como também contribuir para uma segunda oportunidade dos devedores (Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho nº 2016/0359 (COD), de 22-11-2016, (COM (2016) 723 final), e que altera a Diretiva 2012/30/UE) e para a melhoria do funcionamento do mercado interno, bem como promover a recuperação

---

<sup>58</sup> De acordo com o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho, apostou-se na credibilização do PER enquanto instrumento de recuperação, reforçando a transparência e a credibilização do regime e desenhando um PER dirigido às empresas, sem abandonar o formato para as pessoas singulares não titulares de empresa ou comerciantes.

<sup>59</sup> Nesta matéria, o Regulamento de Execução (UE) 2017/1105 da Comissão, de 12 de junho de 2017, estabelece os formulários referidos no Regulamento (UE) 2015/848 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de maio de 2015 relativos aos processos de insolvência. Com base nesta revisão, passou a incorporar-se em Lei a mais relevante jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) e que foi sendo proferida quanto ao Regulamento (CE) n.º 1346/2000 do Conselho que é agora reformulado.

económica, o crescimento sustentável e relançar o espírito empresarial na Europa, tal como previsto na Estratégia Europa 2020 e no Plano de Ação Empreendedorismo 2020.

Com efeito, o novo regulamento, acompanhado da Recomendação da Comissão, de 12 de março de 2014, sobre uma nova abordagem em matéria de falência e de insolvência de empresas e da Comunicação (COM (2012) 742 final), favorece a recuperação e revitalização de empresas viáveis. Com base nesta revisão, passou a incorporar-se em Lei a mais relevante jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), sendo esta proferida quanto ao Regulamento (CE) n.º 1346/2000 do Conselho, que é agora reformulado.

## **2. A origem do PER em alguns ordenamentos jurídicos estrangeiros**

Embora o processo especial de revitalização (PER) só apareça no nosso ordenamento jurídico através da Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, este regime já era recorrente noutros ordenamentos jurídicos estrangeiros, nomeadamente na “*Insolvenzordnung*” do Direito alemão e na “*Ley Concursal*” do Direito espanhol.<sup>60</sup>

No que respeita ao regime jurídico consagrado em Espanha e nos termos do art.5.º bis da *Ley Concursal*<sup>61</sup> é permitido ao devedor “*solicitar el precurso de acredores*”, isto é, amplia-se o prazo para apresentação à insolvência e é notificado ao tribunal competente a sua declaração de insolvência de que o mesmo encetou negociações e posteriormente, chegar a um acordo de refinanciamento, o designado “*acuerdo de refinanciación*”<sup>62</sup>. Findos os três meses desde a declaração, o respetivo devedor, fruindo ou não dos seus objetivos, deve posteriormente apresentar-se à insolvência num espaço de tempo de um mês, salvo se o mesmo já não incidir em situação de insolvência.

---

<sup>60</sup> Neste contexto, SERRA, Catarina, (2012), *Emendas à (lei da insolvência) Portuguesa – primeiras impressões*, in “Direito das Sociedades em Revista”, Vol. VII, Ano 4, Coimbra, Almedina, p.131 e ainda FERNÁNDEZ RODRIGUEZ, António, (2012), *Reflexiones sobre las Soluciones Preconcursoales*, in “Revista de Derecho Concursal e Paraconcursal”, n.º 16, La Ley, Madrid, pp. 115 a 125.

<sup>61</sup> Ley n.º 22/2003, de 9 de julio, Concursal, in <https://www.boe.es/boe/dias/2003/07/10/pdfs/A26905-26965.pdf>.

<sup>62</sup> Nesta matéria, VASCONCELOS, Miguel PESTANA de, (2013), *Modificaciones Recientes en el Derecho Concursal Portugués*, in “Revista de Derecho Concursal e Paraconcursal”, n.º 18, La Ley, Madrid, pp 437-443.

No mesmo sentido, o disposto no §270b da *Insolvenzordnung*<sup>63</sup> do direito alemão estabelece que no caso de o devedor proceder ao pedido de abertura em caso de insolvência ou sobreendividamento iminente, o tribunal de insolvência a pedido do devedor deverá fixar um prazo para a apresentação de um plano de insolvência, sendo que este não pode exceder os três meses.

Daqui decorre, desde logo, que as semelhanças entre os dois regimes jurídicos supramencionados e o regime jurídico português são notórias, mas no nosso ordenamento jurídico o PER distingue-se quanto à sua introdução constante na lei, visto que permite conceder-lhe um carácter autónomo, nomeadamente quanto aos mecanismos comuns de recuperação, ou seja, ao plano de insolvência.

Por outro lado, o nosso PER apresenta semelhanças a um outro regime, o Capítulo 11 (*Chapter 11*) integrado no *United States Bankruptcy Code* (EUA)<sup>64</sup>, onde determina-se que a recuperação e reorganização económica e financeira do devedor é originada no plano de recuperação aprovado pelos respetivos credores e posteriormente homologado pelo tribunal.

Não obstante, a lei americana estabelece uma tramitação e formalismos distintos em relação ao PER, apesar de que ambos materializam um instrumento de recuperação dirigido aos devedores para os mesmos conseguirem manter os seus ativos através de um plano de recuperação, incluindo o controle e aprovação dos credores e também do tribunal.

---

<sup>63</sup> In [https://www.gesetze-im-internet.de/inso/\\_270b.html](https://www.gesetze-im-internet.de/inso/_270b.html)

<sup>64</sup> O *Bankruptcy Code*, “Lei das Falências”, aprovado em 1978, e alterado já diversas vezes, é a lei uniforme que rege todos os pressupostos de falência nos Estados Unidos.

## **CAPÍTULO II – O PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO À LUZ DA REFORMA DE 2017**

### **1. Características, finalidades e formas processuais**

De acordo com o art.17.º-A, n.º 1, do CIRE, o PER destina-se a permitir a qualquer empresa que, comprovadamente, se encontre em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda seja suscetível de recuperação, ou seja, que a empresa estabeleça negociações com os seus credores, de modo a concluir com estes um acordo conducente à sua revitalização.

Com a reforma de 2017, o legislador tornou o acesso ao PER mais exigente. Neste sentido, além da declaração da empresa que ateste as condições necessárias para a sua recuperação, é necessário uma declaração subscrita, há não mais de 30 dias, por contabilista certificado ou por revisor oficial de contas (sempre que a revisão de contas seja legalmente exigida), que assegure que a empresa não se encontre em situação de insolvência atual (art.17.º-A, n.º 2, do CIRE).

Segundo LUÍS M. MARTINS, permite-se à empresa negociar com os credores de modo a alcançar um acordo que permita a sua revitalização, mantendo-se em atividade.<sup>65</sup>

Trata-se assim de um instrumento de viabilização económica dotado das seguintes características: é um processo pré-insolvencial, especial, híbrido, concursal, urgente e célere.<sup>66</sup>

Desde logo, o PER é um processo pré-insolvencial, cuja grande vantagem é a possibilidade de o devedor obter um plano de recuperação antes que este se torne efetivamente insolvente.<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup> MARTINS, Luís M., (2013), *Recuperação de Pessoas Singulares*, Coimbra, Almedina, p.20. No mesmo sentido, ANA ALVES LEAL e CLÁUDIA TRINDADE, (2017), *O processo especial para acordo de pagamento (PEAP): o novo regime pré-insolvencial para devedores não empresários*, in “Revista de Direito das Sociedades - Consulta Pública - Programa Capitalizar”, Ano IX - Número I, Coimbra, Almedina, p.70.

<sup>66</sup> De acordo com os ideais de LUÍS MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, (2017), *Recuperação de empresas: o processo especial de revitalização*, Coimbra, Almedina, pp.13 e 14.

<sup>67</sup> Com a Reforma de 2012, o CIRE mudou de paradigma, tendo agora como desiderato principal a recuperação, a revitalização da empresa em estado de pré-insolvência, relegando para segundo plano o que antes era o objetivo precípua do diploma – a liquidação como meio de sanear a economia de

Conforme o consagrado nos arts. 17.º-A e 17.º-I do CIRE, trata-se de um processo especial, primeiramente pelas suas normas próprias que lhe são aplicáveis e, depois, pelas disposições introdutórias que lhe são aplicadas, as quais se regem pelo art.1.º a 16.º do CIRE, sendo que, quando não sejam contrariadas as disposições do CIRE (art.17.º, n.º 1 e 17.º-A, n.º 3), aplicam-se as normas do CPC.

O PER é ainda caracterizado pela sua natureza híbrida<sup>68</sup>, na medida em que subsiste uma componente extrajudicial, desenvolvida pelo Administrador Judicial Provisório (AJP), e pela intervenção do juiz em certos momentos do processo<sup>69</sup>, pois só desta forma será simples e célere. Por outro lado, é também um processo concursal uma vez que todos os credores interessados na recuperação económica da empresa podem participar nas negociações. Porém, uma vez aprovado o plano de recuperação, são vinculados todos os credores, mesmo que não hajam reclamado créditos ou participado nas negociações (art.17.º-F, n.º 10, do CIRE).

Por último, o PER é um processo urgente por força do art.17.º-A, n.º 3, do CIRE, que revela a sua precedência sobre o serviço ordinário do Tribunal. Aliás, pretende-se que seja um processo célere, tanto nos prazos como na organização do procedimento, pois estando em causa a recuperação de um devedor que se encontra numa situação económico-financeira difícil, estará, forçosamente, numa verdadeira corrida contra o tempo, uma vez que quanto mais tempo se mantiver o devedor naquela situação mais difícil será a sua recuperação.

No que respeita às formas processuais do PER o legislador prevê a possibilidade de o devedor optar por duas modalidades distintas. Tal já existia no CIRE de 2012 e o legislador manteve-as no CIRE de 2017.

---

empresas que não geravam riqueza. (vide Ac. do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), proc. nº 6148/12.1TBURG.G1.S1, de 25-03-2014, relatado pelo Juiz Conselheiro FONSECA RAMOS).

<sup>68</sup> Segundo CATARINA SERRA, os processos híbridos “*combinam uma fase informal (ou negocial) e uma fase (judicial), acumulando, portanto, as vantagens de uma e de outra. As suas principais características são a homologação do acordo por uma autoridade independente (normalmente, o tribunal) e a produção, pelo acordo, de efeitos gerais, não obstante a oposição de alguns credores*”, in SERRA, Catarina (2016), *O Processo Especial de Revitalização na Jurisprudência*, Coimbra, Almedina, p.13

<sup>69</sup> Neste sentido, FÁTIMA REIS SILVA refere o seguinte: “*é um procedimento híbrido, no sentido em que, para alcançar a sua finalidade última, a recuperação do devedor, se trata de um processo extrajudicial, mas que exige a intervenção do tribunal em três momentos-chave: no seu início, na decisão da impugnação da lista provisória de créditos e no final (...)*”, in SILVA, Fátima Reis (2014), *Processo Especial de Revitalização – Notas Práticas e Jurisprudência Recente*, Porto Editora. p.17.



Deste modo, o PER confere a possibilidade de abertura das negociações, conforme previsto nos arts. 17.º-A a 17.º-G do CIRE, que permitem à empresa instituir negociações com os credores com o objetivo primordial de alcançar um acordo viável à sua recuperação. Contrariamente, a empresa poderá, através do PER, homologar acordos extrajudiciais de recuperação (art.17.º-I do CIRE), tornando esta modalidade numa via processual mais simples e célere em relação à modalidade abordada anteriormente.<sup>70</sup>

Na verdade, as duas formas processuais dependem da iniciativa exclusiva da empresa para submeter-se ao PER.<sup>71</sup> Contudo, em nosso entendimento, a segunda modalidade é a mais benéfica para o devedor na medida em que este não fica tão exposto publicamente, com as consequências negativas que daí podem decorrer, designadamente a nível de (má) publicidade face a terceiros e de risco de perda de eventuais futuros negócios.

## **2. Pressupostos de aplicação**

O CIRE de 2012 pressupunha que o regime do PER seria aplicável a todo “o devedor que, comprovadamente, se encontrasse em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda fosse suscetível de recuperação”.<sup>72</sup>

Com a reforma de 2017, os arts. 1.º, n.º 2 e 17.º-A, nrs.º 1 e 2, do CIRE, preveem que o regime do PER seja aplicado apenas às empresas, mantendo-se igualmente a imposição de a empresa ter que se encontrar em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda seja suscetível de recuperação.

Pode dizer-se que a legitimidade no recurso ao PER depende da observância de dois pressupostos, ou seja, um pressuposto objetivo e outro pressuposto subjetivo.

---

<sup>70</sup> Cfr. Art.17º-I do DL n.º 79/2017, de 30 de junho.

<sup>71</sup> LUÍS M. MARTINS, *Recuperação de Pessoas Singulares*, Vol. I, 2ª Edição, Coimbra, Almedina, 2013, p. 13.

<sup>72</sup> Cfr. Arts.1º, n.º 2 e 17º-A, nrs.º 1 e 2, do CIRE de 2012.

## **2.1 Pressupostos objetivos**

Como verificamos anteriormente, a reforma do CIRE de 2017 manteve os pressupostos de aplicação do PER, mas permitiu o seu acesso apenas a empresas.

Deste modo, só pode aceder ao PER, a empresa que se encontre numa situação económica difícil<sup>73</sup> ou de insolvência meramente iminente, suscetível de recuperação, como decorre do art.17.º-A, n.º 1, do CIRE.<sup>74</sup>

No entanto, a empresa tem de enfrentar uma crise económica pertinente que justifique a intervenção do PER, uma vez que não poderá encontrar-se numa situação de tal forma gravosa conducente à insolvência atual.<sup>75-76</sup>

Nos termos do art.17.º-B do CIRE define-se situação económica difícil<sup>77</sup> a empresa que enfrente dificuldade séria para cumprir pontualmente as suas obrigações, designadamente, por ter falta de liquidez ou por não conseguir obter crédito.<sup>78</sup>

No entendimento de LUÍS CARVALHO FERNANDES E JOÃO LABAREDA, a definição de situação económica difícil, prevista no art.17.º-B, não é suficientemente esclarecedora, sobretudo, quando utiliza o conceito indeterminado dificuldade séria. Deve considerar-se em situação económica difícil o devedor que, pela ponderação dos diversos fatores que relevem na sua vida económica concreta, nomeadamente pela sua liquidez e a capacidade de a obter e pela qualidade, consistência e evolução expectável das componentes do seu património, se encontre já, ou se anteveja já, na contingência

---

<sup>73</sup> Nos termos do antigo art.3, n.º 2, do CPEREF, aprovado pelo DL n.º 132/92, de 23 de abril, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 315/98, de 20 de outubro estaria em situação económica difícil, “a empresa que, não devendo considerar-se em situação de insolvência, indicie dificuldades económicas e financeiras, designadamente por incumprimento das suas obrigações”.

<sup>74</sup> PINHEIRO, Pedro Montes, (2013), *Segunda Oportunidade, um guia prático para trazer empresas de volta à vida (O Processo Especial de Revitalização (PER) passo a passo com todos os detalhes que você precisa para fazer renascer o seu negócio)*, 1ª Edição, Oficina do Livro, p.47.

<sup>75</sup> Segundo o Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), proc. n.º 1457/12.2TJPRT-A.P1, de 15-11-2012, relatado pelo Juiz Desembargador JOSÉ AMARAL, “a finalidade subjacente ao PER não é “ressuscitar o já insolvente”, pelo contrário, visa reanimar o devedor que “conserva ainda um sopro de vida, sendo necessário insuflar-lhe oxigénio indispensável para que se reative e reerga”.

<sup>76</sup> Nos termos do art.18º do CIRE, caso a empresa se encontre numa situação de insolvência atual tem o dever de se apresentar à insolvência.

<sup>77</sup> Nas palavras de SOVERAL MARTINS, “a dificuldade séria para cumprir pontualmente as obrigações não pode ser tão séria que implique uma impossibilidade de cumprir as obrigações vencidas. Nesse caso teremos já uma situação de insolvência atual.”, in MARTINS, Alexandre Soveral (2013), *O PER (Processo Especial de Revitalização)*, in AB INSTANTIA, p.19.

<sup>78</sup> Como refere JOÃO AVEIRO PEREIRA, “estão aqui em causa as obrigações vincendas”, in PEREIRA, João Aveiro (2013), *A revitalização económica dos devedores*, in “O Direito”, Ano 145, p.35.

efetiva de não cumprir pontualmente as suas obrigações ou, independentemente disso, e tratando-se de entidade abrangida na previsão do art.3.º, n.º 2, do CIRE, de apresentar um passivo manifestamente superior ao seu ativo<sup>79</sup>. Mais acrescenta o art.3.º, n.º 1, do CIRE, que caso o devedor se mostre impossibilitado de cumprir com as suas obrigações vencidas não pode recorrer ao PER.<sup>80</sup>

A consagração de um pressuposto de situação económica difícil traduz-se num carácter importante no sentido de que, quanto mais cedo a empresa se submeter a um processo de recuperação, maior será a sua probabilidade de reestabelecer a sua situação financeira.

Apesar não ser suficiente que o devedor se encontre em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente para poder recorrer ao PER, é igualmente exigível que aquele seja suscetível de recuperação.

Com a reforma de 2017, o legislador adotou um método de controlo sobre a viabilidade de recuperação da empresa que pretenda submeter-se à revitalização. Segundo o art.17.º-A, n.º 2, do CIRE, o PER pode ser utilizado por qualquer empresa que, mediante declaração escrita e assinada, ateste que reúne as condições necessárias para a sua recuperação e apresente declaração subscrita, há não mais de trinta dias, por contabilista certificado ou por revisor oficial de contas, sempre que a revisão de contas seja legalmente exigida, atestando que não se encontra em situação de insolvência atual.

Desta forma, é conferida uma maior credibilidade à declaração emitida da empresa que pretende dar início ao uso do procedimento e evitar o abuso na utilização deste.<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João (2015), *Código da Insolvência e Recuperação de Empresas Anotado*, 3ª edição (atualizada de acordo com o Decreto-Lei n.º 26/2015, de 6 de fevereiro, e o Código de Processo Civil), *Quid Juris* – Sociedade Editora Lda., p.144.

<sup>80</sup> Segundo o Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra (TRC), proc. n.º 716/11.6TBVIS.C1, de 08-05-2012, relatado pelo Juiz Desembargador ARTUR DIAS, “*I- De há muito que tem sido geral e pacificamente entendido pela doutrina e pela jurisprudência que, para caraterizar a insolvência, a impossibilidade de incumprimento não tem de abranger todas as obrigações vencidas do insolvente.*”

<sup>81</sup> De acordo com o Ac. do STJ, proc. n.º 1690/14.2TJCBR.C1.S1, de 3-11-2015 relatado pelo Juiz Conselheiro JOSÉ RAINHO, o devedor que recorra ao PER quando já se encontre numa situação de insolvência atual pratica uma “*violação não negligenciável das regras procedimentais e da norma legal basilar (a que define em que situações é admitido o processo de revitalização) que permite a realização ou preenchimento do seu conteúdo*” ou seja, “*uso ilegal e abusivo do procedimento implica a nulidade do negócio jurídico subjacente e, inclusivamente, a sua neutralização por excesso manifesto dos limites impostos pelo fim económico do direito*”.

Em nosso entendimento, o facto da suscetibilidade de recuperação da empresa ser atestada mediante declaração subscrita por contabilista certificado ou por revisor oficial de contas traduz-se num carácter fundamental, uma vez que estes são profissionais que possuem as competências necessárias para inquirir se a empresa poderá ou não ser recuperável.

Note-se que, caso a empresa adultere a sua situação financeira real, incorre em determinadas consequências, sendo que diferentemente do que acontece nos casos de pessoas singulares<sup>82</sup>, estas não estão obrigadas a apresentar-se à insolvência uma vez que esta situação não será qualificada como culposa (art.18 n.º 2 e 186º n.º 5, do CIRE), ao invés do que acontece se o devedor se tratar de pessoa coletiva e não se apresentar à insolvência (art.186º n.º 3, al. a), do CIRE) presume-se que esta ação é culposa, sendo qualificada como tal. Numa outra instância, o art.17.º-D, n.º 11, do CIRE, prevê que se a empresa reunir condições de recuperabilidade ser-lhe-ão imputadas aos seus administradores de direito e de facto a responsabilização pelos prejuízos causados aos credores, ou seja, os administradores incorrem no incumprimento da verificação da situação económica difícil ou da insolvência meramente iminente do devedor.<sup>83</sup>

Quanto ao conceito de insolvência meramente iminente, o legislador não dispõe de uma definição concreta, embora se refira à insolvência iminente no art.3.º, n.º 4, do CIRE, relacionando a insolvência atual à iminente, exclusivamente no caso de apresentação à insolvência pelo devedor. Com isto, no caso de o devedor se encontrar em situação de insolvência iminente, este pode apresentar-se à insolvência de modo a ver esta imediatamente declarada.

---

<sup>82</sup> Sobre este assunto detalhadamente, CONCEIÇÃO, Ana F. F. C. da, (2013), *Disposições específicas da insolvência de pessoas singulares no CIRE*, in “I Congresso de Direito da Insolvência”, Ed. Catarina Serra (coord.), Coimbra, Almedina, p.29-62.

<sup>83</sup> Nas palavras de LUÍS CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA existe apenas responsabilidade civil solidária dos administradores de direito ou de facto pelos prejuízos causados pela instauração indevida do PER em casos de dolo, aplicando-se analogicamente o disposto no art.22.º do CIRE, relativo a casos de pedidos infundados de declaração de insolvência ou de indevida apresentação, in FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA (2015), João, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 3ª edição (atualizada de acordo com o Decreto-lei n.º 26/2015, de 6 de fevereiro, e o Código de Processo Civil), *Quid Juris* – Sociedade Editora Lda., Lisboa, p. 139. Por outro lado, MENEZES LEITÃO entende que deve aplica-se o previsto no art.485.º, n.º 2, do CC, relativo à responsabilidade por informações indevidas, in LEITÃO, Luís Menezes (2014), *A responsabilidade pela abertura indevida do processo especial de revitalização*, in “II Congresso de Direito da Insolvência”, Coimbra, Almedina, p.150.

Todavia, a equiparação estabelecida no artigo supramencionado, apenas evidencia para efeitos de apresentação à insolvência pelo devedor, caso contrário, quando esta é estabelecida por outros legitimados, a equiparação da insolvência iminente à insolvência atual não tem lugar.

Tendo em conta que o CIRE não define concretamente o conceito de insolvência iminente, como referido anteriormente, entendemos a necessidade de recorrer tanto à doutrina<sup>84</sup> como à jurisprudência<sup>85</sup>.

Face a esta situação de insolvência iminente, a reforma de 2017 alude que os processos que os devedores podem recorrer são efetivamente o PER no caso de devedores empresários, ao invés do PEAP no caso de devedores que não sejam empresários.

Com efeito, é necessário que o devedor se encontre tanto em situação de insolvência iminente ou em situação económica difícil para recorrer ao PER, uma vez que torna-se inevitável a existência de suscetibilidade de recuperação.<sup>86</sup> Neste sentido, é exigido ao devedor uma declaração escrita e assinada por ele<sup>87</sup>, atestando que reúne as condições necessárias para a sua recuperação e apresente uma declaração subscrita por contabilista certificado ou por revisor oficial de contas, conforme o disposto no art.º 17.º-A, n.º 2, do CIRE.

---

<sup>84</sup> Conforme o predisposto no ponto 1.1.1 do capítulo I da presente dissertação.

<sup>85</sup> Ac. do TRG, proc. n.º 815/16.8T8GMR.G1, de 10-11-2016, relatado pelo Juiz Desembargador ANTÓNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA, “2) A iminência da insolvência caracteriza-se pela ocorrência de circunstâncias que, não tendo ainda conduzido ao incumprimento em condições de poder considerar-se a situação de insolvência já atual, com toda a probabilidade a vão determinar a curto prazo, exatamente pela insuficiência do ativo líquido e disponível para satisfazer o passivo exigível.”. Vide também, a este propósito Ac. do TRC, proc. n.º 7266/07.3TBLRA-H.C1, de 25-01-2011, relatado pelo Juiz Desembargador PEDRO MARTINS, “(...) situação de iminente impossibilidade de cumprir as suas obrigações vencidas”.

<sup>86</sup> Segundo CASANOVA e DINIS “a suscetibilidade de recuperação não pode ser entendida simplesmente como a possibilidade de o devedor, a curto prazo, passar a cumprir atempadamente as suas obrigações. Se assim fosse, todos os devedores estariam em última análise, em condições de recuperação, ainda que, com perdão total ou quase total das dívidas. O que se pretende é que é que seja possível ao devedor prosseguir com a atividade num cenário de normalidade e viabilidade económica e, portanto, com resultados de exploração previsivelmente positivos, ainda que não no imediato.” in CASANOVA, Nuno Salazar e DINIS, David Sequeira (2014), *PER - O Processo Especial de Revitalização*, Coimbra Editora, p.16.

<sup>87</sup> Em relação ao PEAP não é exigido a referida declaração, bem como também não exige que o devedor seja recuperável, pois o objetivo fundamental é estabelecer negociações com os credores “de modo a concluir com estes acordos de pagamento” (art.222º-A/1, *in fine*, na versão do Projeto).

Na nossa opinião, resta-nos concordar com a alteração que o legislador efetuou quanto a esta matéria, pois a declaração emitida pelo devedor para comprovar a suscetibilidade de recuperação é provida de força probatória de acordo com o art.17.º-A, n.º 2, do CIRE, a qual permite detetar o uso indevido deste procedimento. Posto isto, com o preenchimento da declaração pelo devedor entende-se que este reúne as condições necessárias para recorrer ao PER, pois não pretende incorrer em ilegalidades, visto que a maioria das empresas que se apresentam ao procedimento já se encontram insolventes, o que não era, nem é desejável.

## **2.2 Pressuposto subjetivo**

Apesar de até agora terem existido algumas opiniões controversas quanto aos pressupostos de recurso ao PER a reforma de 2017 fez questão de as esclarecer. Após a alteração do Decreto-Lei que regula o PER, a aplicação do procedimento era feita indistintamente, quer fossem pessoas coletivas, como singulares, o que causava algumas divergências entre doutrina e jurisprudência<sup>88</sup>. Se por um lado alguns autores entendiam que o PER se aplicava a qualquer devedor, titular ou não de uma empresa, como é o caso de MENEZES LEITÃO que afirma que pode recorrer “*qualquer devedor, pessoa coletiva, independentemente de ser empresário ou não* (art.17º-A, n.º 1, do CIRE)”, caso este “*se encontre em situação económica difícil* (art.17º-B do CIRE) *ou de insolvência meramente iminente* (art.3.º, n.º 4, do CIRE), *mas que ainda seja suscetível de recuperação*”. Por outro lado, na visão de CARVALHO FERNANDES, NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS<sup>89</sup>, o processo de revitalização apenas aplica-se a empresas ou devedores empresários<sup>90</sup>, salvaguardando as pessoas singulares através de um plano de pagamento (PEAP).

Acreditamos que, a última posição doutrinal referida enquadra-se melhor no âmbito da aplicabilidade do procedimento, pois podemos observar que o pressuposto subjetivo do PER delimita que a empresa poderá optar pela via judicial aquando de um

---

<sup>88</sup> Segundo o entendimento do Ac. do STJ, proc. n.º 1430/15.9T8STR.E1.S1, de 10-12-2015, relatado pelo Juiz Conselheiro PINTO DE ALMEIDA, a aplicabilidade do procedimento já era exclusiva de devedores empresários.

<sup>89</sup> CASANOVA, Nuno Salazar e DINIS, David Sequeira (2014), *PER - O Processo Especial de Revitalização*, Coimbra Editora, p.19.

<sup>90</sup> Cfr. Art.5º do CIRE.

processo especial de revitalização<sup>91</sup>. Assim a lei consagra que o PER é destinado apenas para empresas<sup>92</sup> de modo a que possa ser estabelecida uma relação entre esta e os credores com o intuito de obter uma revitalização da mesma.

Apesar de não haver um conceito jurídico uniforme de empresa<sup>93</sup>, PAULO OLAVO CUNHA expõe que *“a empresa é uma organização produtiva ou mediadora de riqueza, que exerce de forma estável, a sua atividade económica em função do mercado a que se dirige”*, embora o direito comercial assuma que a empresa é a entidade que propõe o exercício do comércio, revelando-se pela sua constituição, comunicando a terceiros a qualidade profissional do comerciante, e ainda pelo exercício da sua atividade<sup>94</sup>. Mais acrescenta COUTINHO DE ABREU que o conceito de empresa revela duas interpretações distintas, isto é, no sentido subjetivo consideram-se *“empresas como sujeitos jurídicos que exerçam uma atividade económica”*, ao invés do sentido objetivo consideram-se *“empresas como instrumentos ou estruturas produtivo-económicos objetos de direitos e negócios”*<sup>95</sup>.

Assim em conformidade com o legislador e enquadrando as doutrinas supramencionadas entendemos que o conceito mais adequado ao termo empresa encontra-se definido no art.5.º do CIRE como *“toda a organização de capital e de trabalho destinada ao exercício de qualquer atividade económica”*, o que permite observar que esta noção de empresa assume uma índole bastante abrangente.

Contudo, a jurisprudência destaca que para determinar o conceito de empresa é importante que exista uma *“organização de capital e de trabalho que se materialize na produção/troca de bens materiais e/ ou imateriais ou serviços oferecidos contra retribuição”*<sup>96</sup>.

---

<sup>91</sup> Cfr. Art.1º, n.º 2, do CIRE.

<sup>92</sup> Cfr. Art.17º-A, n.º 2, do CIRE.

<sup>93</sup> ABREU, Jorge Coutinho de (1996), *Da empresarialidade (As empresas no Direito)*, Coimbra, Almedina.

<sup>94</sup> Ainda neste sentido e nos termos do art.230.º do Código Comercial, a sociedade é considerada como comercial desde que se proponha à realização de atos de comércio ou de uma atividade económica empresarial, in CUNHA, Paulo Olavo (2016), *Direito Empresarial para Economistas e Gestores*, 2ª Edição, Coimbra, Almedina, p.136 e 159.

<sup>95</sup> ABREU, Jorge Coutinho de (2018), *Curso de Direito Comercial*, Vol. I, 11ª Edição, Coimbra, Almedina, p. 220.

<sup>96</sup> Ac. do TRP, proc. n.º 365/13.4TBMTS.P1, de 03-02-2014, relatado pelo Juiz Desembargador MANUEL DOMINGOS FERNANDES.

Porém, as empresas podem ser consideradas como microempresas, pequenas empresas, médias empresas e grandes empresas, embora o PER seja direcionado especialmente para as pequenas e médias empresas.

### **3. Tramitação do processo**

Para que o processo se inicie, consoante os termos do art.17.-C, n.º 1, do CIRE, é necessário que a empresa e os credores manifestem a sua vontade por meio de declaração escrita para realização das negociações conducentes à revitalização, sendo para isso necessário a aprovação do plano de recuperação. Deste modo, como referimos anteriormente, para que a empresa seja suscetível de recuperação, esta não poderá encontrar-se em situação de insolvência atual, sendo que deve contemplar os pressupostos abordados anteriormente, ou seja, a empresa deve encontrar-se em *situação económica difícil* ou *de insolvência meramente iminente*.

Numa primeira fase, o requerimento deverá ser apresentado no tribunal competente para apreciar e decidir sobre a sua insolvência, aplicando-se, os arts.7.º, n.º 1, 17.º-C, n.º 3, do CIRE e art.128.º, n.º 1, al. a), da LOSJ<sup>97</sup>, devendo ser acompanhado de: a) declaração escrita<sup>98</sup> de manifestação da vontade da empresa e dos credores ou ainda credores que não estejam relacionados com a empresa<sup>99</sup>, mas que sejam titulares, pelo menos, de 10% dos créditos não subordinados<sup>100</sup> (art.17.º-C, n.º 1 e 3, al. a), do CIRE) – apesar de se referir a uma única declaração, é manifesto que, por força do art.17.º-A, n.º 2, do CIRE, tenha obrigatoriedade de ser apresentada uma declaração subscrita, há não mais de trinta dias, por contabilista certificado ou por revisor oficial de contas, sempre que a revisão de contas seja legalmente exigida; b) cópia dos documentos elencados no n.º 1 do art.24.º (art.17.º-C, n.º 3, al. b), do CIRE); c) de uma

---

<sup>97</sup> Aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto e posteriormente alterada pela Lei n.º 40-A/2016, de 22 de dezembro. Assim, compete aos juízos do comércio preparar e julgar os processos de insolvência e os processos de revitalização.

<sup>98</sup> A assinatura da declaração tem como objetivo impedir que a empresa desista de avançar com o requerimento e que por fim, os credores revoguem essa mesma declaração.

<sup>99</sup> Cfr. Art.49º, n.º 2, do CIRE.

<sup>100</sup> Contrariamente, aos credores subordinados, referidos no art.48.º do CIRE, o seu acordo é considerado irrelevante para efeitos do processo de revitalização, não sendo assim contabilizados para efeitos do limiar mínimo de 10% dos credores, *in* LEITÃO, Luís Menezes (2018), *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 10ª Edição, Coimbra, Almedina, p.80.



proposta de plano de recuperação acompanhada, pelo menos da descrição da situação patrimonial, financeira e relictiva da empresa (art.17.º-C, n.º 3, al. c), do CIRE).

Após recebido o requerimento<sup>101</sup>, o Juiz nomeia de imediato, por despacho, o administrador judicial provisório (AJP) - (art.º 17.º-C, n.º 3, al. a), n.º 5 e remissão para os arts. 37.º e 38.º do CIRE) aplicando-se o disposto nos arts. 32.º a 34.º do CIRE com as devidas adaptações e disso notifica imediatamente a empresa (art.17.º-C, nrs.º 4 e 5, do CIRE)<sup>102-103</sup>, ao invés do que acontecia no regime anterior, o Juiz quando proferia despacho liminar, não tinha que verificar a existência dos pressupostos de que dependia o PER, nem mesmo o eventual abuso do direito e fraude à lei<sup>104</sup>. Deste modo, o legislador optou por revogar o despacho liminar, conseguindo assim obter um acesso ao procedimento mais rigoroso.

No nosso parecer, a exclusão da fase liminar do processo apresentou-se significativa na medida em que o acesso ao PER é atualmente objeto de grande averiguação externa e independente, levando a que a probabilidade da empresa seja reduzida quanto à aplicação dos pressupostos exigidos.

Segundo NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUEIRA DINIS, o Juiz deveria recusar a nomeação de administrador judicial provisório e encerrar o processo, quando o PER fosse, manifestamente, improcedente ou ocorresse, de forma evidente, exceções dilatórias insupríveis de que devesse conhecer oficiosamente, concluindo que não competia ao Juiz proceder a uma análise preliminar sobre se o devedor se encontrava em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente

---

<sup>101</sup> De acordo com o art.17.º-C, n.º 6, do CIRE, o requerimento deve dispor que a empresa e os credores, detenham pelo menos, créditos no valor de 5% dos créditos relacionados, ou mediante requerimento fundamentado da empresa, o juiz reduza o limite de 10% a que se refere o n.º 1, levando em consideração na apreciação do pedido o montante absoluto dos créditos relacionados e a composição do universo de credores.

<sup>102</sup> Segundo o art.17º-E, n.º 2, do CIRE existe a possibilidade de o Juiz indeferir liminarmente o requerimento e consequentemente não nomeação do administrador judicial provisório.

<sup>103</sup> Da mencionada remissão resulta que a nomeação do AJP é registada oficiosamente, com base na respetiva certidão, para efeito remetida pela secretaria, nos diversos registos a que o devedor esteja sujeito, in LEITÃO, Luís Menezes (2018), *Código da Insolvência e Recuperação de Empresas Anotado*, 10ª Edição, Coimbra, Almedina, p.82.

<sup>104</sup> De acordo com o Ac. do TRP, proc. n.º 1457/12.2TJPRT-A.P1, de 15-11-2012 relatado pelo Juiz Desembargador JOSÉ AMARAL, o juiz, ao proferir o despacho, recorível, a que alude o a segunda parte da al. a), do n.º 3 do art.17º-C do CIRE, não tem necessidade de o juiz observar a existência dos requisitos materiais e nem o eventual recurso abusivo.

iminente, mas que fosse suscetível de recuperação, apesar de que pudesse rejeitar o PER em caso de manifesta inviabilidade<sup>105</sup>.

Contrariamente à maioria da doutrina, ALEXANDRE SOVERAL MARTINS<sup>106</sup> apresenta algumas dúvidas quanto a essa nomeação, sustentando a analogia do disposto no art.27.º do CIRE, que prevê uma apreciação liminar no âmbito do processo de insolvência.<sup>107</sup>

Em nosso entender, e concordando com a posição doutrinal de LUÍS MENEZES LEITÃO, é necessário que o Juiz proceda a uma apreciação liminar, ainda que restrita, nesta fase, nomeando apenas o AJP caso o pedido cumpra os requisitos legais, ou seja, a apresentação indevida de um processo de revitalização pode inclusivamente justificar a responsabilização do devedor que recorreu abusivamente a este processo<sup>108</sup>.

No entanto, a empresa deverá comunicar de imediato e por meio de carta registada a notificação do despacho da nomeação do AJP a todos os seus credores que não subscreveram a declaração, informando que estão a decorrer as negociações com vista à sua revitalização, convidando-os a participar, caso assim o entendam, nas negociações em curso e consignando que a documentação respeitante ao requerimento inicial e a proposta de plano de recuperação já se encontram presentes na secretaria judicial, para consulta (art.17.º-D, n.º 1, do CIRE)<sup>109</sup>. Neste sentido, o art.17.º-D, n.º 1 e o art.º 17.º-C, n.º 5, do CIRE, ressalva que a referida notificação é imediata e a obrigação de informar todos os seus credores inicia-se com a notificação da empresa.

---

<sup>105</sup> CASANOVA, Nuno Salazar e DINIS, David Sequeira (2014), *PER – O Processo Especial de Revitalização*, Coimbra Editora, p.33.

<sup>106</sup> MARTINS, Alexandre Soveral (2017), *Um curso de Direito da Insolvência*, 2ª Edição, Coimbra, Almedina, pp. 512 e 513.

<sup>107</sup> No mesmo sentido, CARVALHO FERNANDES e JOÃO LABAREDA sustentam a analogia do art.27º, nº1, al. b), pelo facto de, “antes do indeferimento, o juiz, na falta de documentos que o devedor está encarregado de juntar com o requerimento, deve proferir despacho de aperfeiçoamento, concedendo a possibilidade de corrigir o vício.”, in FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João (2015), *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 3ª Edição (atualizada de acordo com o Decreto-lei n.º 26/2015, de 6 de fevereiro, e o Código de Processo Civil), *Quid Juris – Sociedade Editora Lda.*, Lisboa, p. 146.

<sup>108</sup> LEITÃO, Luís Menezes (2014), *A responsabilidade pela abertura indevida do processo especial de revitalização*, in “II Congresso de Direito da Insolvência”, Coord. Catarina SERRA, Coimbra, Almedina, pp.143-151.

<sup>109</sup> Vide Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães (TRG), proc. n.º 31/14.3T8VPC.G1, de 14-01-2016 (Relator Juiz Desembargador FRANCISCO CUNHA XAVIER) e ainda Ac. do TRG, proc. n.º 2021/16.2T8VCT.G1, de 09-02-2017 (Relatora Juíza Desembargadora ANA CRISTINA DUARTE).

Assim, o Novo Regime do Fundo de Garantia Salarial (FGS) (art.1º, n.º 2, al. b)), anexo ao Decreto-Lei n.º 59/2015, de 21 de abril, estabelece que após a nomeação, o AJP deve notificar o fundo da apresentação do requerimento inicial, integrado com a cópia dos documentos que o acompanham, bem como o despacho que o nomeou. Além disso, e por força da remissão do art.17.º-C, n.º 4 para o art.32.º, n.º 3, do CIRE, a remuneração do AJP deve ser fixada pelo juiz no próprio ato de nomeação e nos termos da Portaria n.º 51/2005, de 20 de janeiro.

No entanto, a empresa aquando do requerimento e no decorrer do despacho de nomeação pode indicar o AJP, especialmente em atos de gestão que requeiram conhecimentos especiais por parte deste, sendo que deve constar na lista oficial de administradores de insolvência. Deste modo permite-se que se eleve um grau de confiança e de articulação entre ambos, garantindo assim a tomada de decisões atempadamente. Com isto, a referida nomeação pela empresa visa que o AJP detenha um prévio conhecimento da sua atividade, do seu grupo económico e igualmente do setor onde se insere. Além disso, um dos fatores fundamentais a ter em consideração é a proximidade geográfica da sede da empresa como o domicílio profissional do AJP, bem como da comarca onde consta o processo<sup>110</sup>.

No nosso entendimento, a indicação concedida pela empresa na nomeação do AJP é notável, tanto pelas considerações supramencionadas, particularmente pelos conhecimentos específicos que cada empresa exige, como pelo facto de se conseguir garantir um melhor sucesso do processo de revitalização, sem prejuízo de a decisão caber ao Juiz.

### **3.1 Suscetibilidade de recurso do despacho inicial**

Após o despacho proferido pelo Juiz, de indeferimento do requerimento inicial ou de nomeação do AJP, é necessário apurar se este é suscetível de recurso ou não e, no caso de ser, quem poderá recorrer do mesmo, se a empresa ou a empresa e os credores.

No nosso entendimento, o despacho de indeferimento do requerimento inicial é suscetível de recurso ao invés do despacho de nomeação do AJP, uma vez que no

---

<sup>110</sup> Vide Ac. do TRG, proc. n.º 7370/16.7T8GMR-A.G1, de 30-03-2017, relatado pela Juíza Desembargadora MARIA JOÃO MARQUES PINTO DE MATOS.

primeiro caso se existir uma decisão desfavorável para o devedor e não existindo qualquer disposição legal que o proíba, a empresa poderá recorrer dele.

Contudo, sendo a empresa a única com legitimidade para iniciar o PER, só a mesma poderá recorrer do procedimento, retirando a intervenção de qualquer credor. Ainda que seja necessário a manifestação da vontade da empresa e de credores para dar início ao procedimento, este último não frui de competência de sujeito processual. Neste sentido, estabelece o art.17.º-G, n.º 5, do CIRE, que a empresa pode pôr termo às negociações em qualquer momento e circunstância, independentemente de qualquer causa, não existindo fundamento para que os credores recorram do despacho que recusa o acesso ao processo.

Poderá ainda referir-se que, no âmbito do despacho de nomeação do AJP, sendo a empresa a única com legitimidade processual para dar início ao PER, é manifestamente visível que não existem vencidos. Na verdade, o despacho de nomeação do AJP não poderá ser suscetível de recurso, embora existam algumas controvérsias na jurisprudência<sup>111</sup>, que entendam que é aceitável o recurso do mesmo.

No entendimento de CATARINA SERRA, o despacho de nomeação do AJP não é recorrível, uma vez que não há vencidos. A autora acrescenta ainda que, em contrapartida, não se vê impedimento que o despacho de recusa seja suscetível de recurso, pela empresa, conforme os termos do art.14.º do CIRE e art.644.º, n.º 1, al. a), do CPC<sup>112</sup>.

Tendo em conta que o início do processo de revitalização pode surgir com determinados efeitos prejudiciais para alguns credores, em virtude do efeito de *standstill*<sup>113</sup>, deve atender-se que os credores nunca poderão ficar numa situação menos favorável ao invés da que tinham anteriormente, conforme dispõe o art.216.º, n.º 1, al. a) *ex vi* art.17.º-F, n.º 5, do CIRE.

---

<sup>111</sup> O Ac. do TRP proc. n.º 1457/12.2TJPRT-A.P1, de 15/11/2012, relatado pelo Juiz Desembargador JOSÉ AMARAL, admitiu o recurso do despacho de administrador judicial provisório, interposto por um credor.

<sup>112</sup> SERRA, Catarina (2018), *Lições de Direito da Insolvência*, Coimbra, Almedina, p.385.

<sup>113</sup> No entendimento de SORAIA CARDOSO, este efeito visa um «*período de graça*» ao devedor para que este possa negociar sem ser interrompido por “ações de cobrança de dívidas” que impediriam a sua recuperação» in CARDOSO, Soraia Filipa Pereira (2016), *Processo Especial de Revitalização – O Efeito de Standstill*, Coimbra, Almedina, p.46.

### **3.2 Efeitos de nomeação do Administrador Judicial Provisório (AJP)**

Do despacho de nomeação de AJP decorrem importantes efeitos substantivos e processuais os quais analisaremos de seguida.

#### **3.2.1 Efeitos substantivos**

Com o despacho de nomeação de AJP, a empresa fica impedida de praticar atos de especial relevo<sup>114</sup>, tal como definidos no art.161.º, nrs.º 2 e 3, do CIRE, sem que previamente obtenha autorização por parte do AJP (art.17.º-E, n.º 2, do CIRE).

Ao invés do que acontece no processo de insolvência, a empresa, no PER, não fica privada dos poderes de administração e disposição do seu património para a generalidade dos atos, tendo apenas de requerer a sua devida autorização.

Nas palavras de NUNO CASANOVA e DAVID DINIS, esta diferença do processo de insolvência faz todo o sentido em sede de PER, ou seja, no caso de ainda não existir declaração de insolvência do devedor, este não deverá ser privatizado dos seus atos de administração e disposição dos bens<sup>115</sup>.

Com base no disposto do art.17.º-E, n.º 3, do CIRE, a referida autorização deverá ser requerida por escrito ao AJP e concedida pela mesma forma. Doutro modo, o AJP deverá responder ao pedido do devedor no prazo de cinco dias, sendo que a falta de resposta do mesmo corresponde à declaração de recusa de autorização para a realização do ato, de acordo com o art.17.º-E, nrs.º 4 e 5, do CIRE.

Porém, na prática atos de especial relevo que não se encontrem elencados no art.161.º, n.º 3, do CIRE, e consequentemente sem autorização do AJP, constatamos que existe opiniões divergentes na doutrina, dividindo-se entre nulidade e ineficácia do ato.

Assim, entendemos que em concordância com a maioria da doutrina, estamos perante um ato ineficaz, por remissão do art.17.º-C, n.º 3, al. a), do CIRE para o art.34.º do CIRE, e posterior remissão do art.34.º para o art.81.º, n.º 6, do CIRE. Apesar disso, podemos verificar que os negócios são válidos, embora o negócio seja ineficaz mas com

---

<sup>114</sup> Definem-se como sendo atos que podem afetar a suscetibilidade de recuperação da empresa, ou mesmo riscos que podem ter consequências na tramitação subsequente do processo.

<sup>115</sup> CASANOVA, Nuno Salazar e DINIS, David Sequeira (2014), *PER- Processo Especial de Revitalização*, Coimbra Editora, p.110.

a aprovação do AJP poderão manter o referido negócio<sup>116</sup>, permitindo assim que os interesses do devedor e dos credores sejam acautelados.

Por último, conforme o disposto no art.17.º-E, n.º 7, do CIRE, prevê-se a suspensão de todos os prazos de prescrição e de caducidade oponíveis pela empresa, durante todo o tempo em que perdurem as negociações e até à prolação dos despachos de homologação, de não homologação, caso não seja aprovado plano de recuperação até ao apuramento do resultado da votação ou até ao encerramento das negociações.

Neste sentido, acrescenta o art.17.º-E, n.º 8, do CIRE, que não é possível suspender a prestação de um conjunto de serviços públicos<sup>117</sup> enquanto perdurarem as negociações, ou seja, em conformidade com LUÍS MENEZES LEITÃO entendemos que na ausência do fornecimento dos serviços públicos, os fornecedores desses serviços perdem, durante a fase das negociações, a faculdade de recorrer à exceção de não cumprimento do contrato (arts.428.º e ss. do CC) e até à resolução por incumprimento (art.801.º, n.º 2 do CC) evitando uma suspensão da atividade da empresa, sendo que poderia prejudicar a negociação com os credores para a sua revitalização<sup>118</sup>.

### **3.2.2 Efeitos Processuais**

Do despacho de nomeação do AJP resultam igualmente efeitos processuais. Desde logo, tem como efeito obstar a instauração de quaisquer ações para cobrança de dívidas contra a empresa durante o período de negociações, suspendendo<sup>119</sup>, durante esse período, todas as ações em curso com idêntica finalidade quanto à empresa e extinguindo as mesmas logo que seja aprovado e homologado o plano de recuperação, salvo se preveja a sua continuação (art.17.º-E, n.º 1, do CIRE). É de realçar que a produção destes efeitos se encontra sob o efeito de *standstill*, ou seja, o processo obsta à instauração de quaisquer ações para cobrança de dívidas desfavoravelmente ao devedor, suspendendo quanto a este, as ações em curso com a mesma finalidade.

---

<sup>116</sup> *Idem ibidem*, p.114.

<sup>117</sup> Nos termos do art.222º-E, n.º 8 do CIRE, não pode ser suspensa a prestação dos seguintes serviços públicos essenciais: a) serviço de fornecimento de água; b) serviço de fornecimento de energia elétrica; c) serviço de fornecimento de gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados; d) serviço de comunicações eletrónicas; e) serviços postais; f) serviço de recolha e tratamento de águas residuais; g) serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos.

<sup>118</sup> Nesta matéria, LEITÃO, Luís Menezes (2018), *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 10ª Edição, Coimbra, Almedina, p.88.

<sup>119</sup> Decorre do art.269º, n.º 1, al. d), do CPC a suspensão da instância.

Neste intuito, entendemos que o legislador ao consagrar o referido período de *standstill* pretendeu de certa forma impedir tentativas de cobrança de créditos, na medida em que favorecia as negociações com os credores e naturalmente a recuperação da empresa, o que poderia comprometer essa recuperação. Na verdade, o legislador no que se refere a ações para cobrança de dívidas pretendeu delimitar o efeito de *standstill* tanto às ações executivas como declarativas.

Do mesmo modo, dispõe o art.17.º-E, n.º 6, do CIRE, aquando da publicação do despacho de nomeação do AJP no portal *Citius*, suspendem-se os processos em que tenha sido requerida a insolvência da empresa, desde que não haja proferida sentença declaratória da insolvência. Aliás, os processos serão extintos logo que seja aprovado e homologado o plano de recuperação.

Em analogia com SOVERAL MARTINS<sup>120</sup> entendemos que a suspensão não é possível caso já tenha sido proferida sentença declaratória da insolvência do devedor, ou seja, justifica-se pelo facto de o PER se aplicar aos casos de situação económica difícil ou de insolvência iminente e não aos casos de insolvência atual. Com isto, obtida uma sentença em que declara a empresa como insolvente, excetua-se a possibilidade de a mesma puder recorrer a um plano de recuperação visto que não são preenchidos os requisitos referidos.

### **3.3 Reclamação de créditos, lista provisória, impugnações e período de negociação**

Como referi anteriormente, após a publicação do despacho de nomeação do AJP, os credores dispõem do prazo de vinte dias, contados da publicação na plataforma *Citius* desse mesmo despacho, para reclamar os seus créditos. Como tal, se os devedores não procederem à reclamação dos créditos isso indicará “*a falta de interesse em participar em qualquer negociação ou mesmo em votar a medida apresentada*”<sup>121</sup>.

---

<sup>120</sup> MARTINS, Alexandre Soveral (2017), *Um curso de Direito da Insolvência*, 2ª Edição Revista e Atualizada, Coimbra, Almedina, p.523.

<sup>121</sup> CALVETE, Jorge (2014), *O papel do Administrador Judicial Provisório no Processo Especial de Revitalização*, in “I Colóquio de Direito da Insolvência de Santo Tirso”, Coimbra, Almedina, pp. 59 e 60.

No nosso entendimento e em conformidade com NUNO SALAZAR CASANOVA e DAVID SEQUERIA DINIS<sup>122</sup>, entre o prazo que os credores dispõem para reclamar os créditos e o momento da publicação do despacho de nomeação do AJP suscita algumas dúvidas, ou seja, se o prazo dos vinte dias que os credores dispõem para reclamar os créditos já tiver excedido, estes ficam sujeitos, em termos de efeitos de votação, a que o seu voto não possua relevância, uma vez que a homologação do plano apenas inclui as reclamações apresentadas pelos seus credores. Apesar disso, não existe impedimento de participar nas negociações aos credores que porventura não tenham reclamado os seus créditos.

Segundo MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO entende-se que a reclamação de créditos visa constatar o número de credores que podem negociar, votar e ainda apurar a base de cálculo das maiorias necessárias<sup>123</sup>.

No entanto, os referidos prazos são perentórios e contínuos, sendo que não suspendem durante as férias judiciais - art.138º, n.º 1, do CPC *ex vi* art.17.º, n.º 1, do CIRE, uma vez que o processo tem natureza urgente e não há lugar a dilações. No que respeita às reclamações dos créditos, estas são realizadas por meio de requerimento, seguido dos documentos probatórios elencados no art.128.º do CIRE e por último remetido ao AJP (art.17.º-D, n.º 2, do CIRE).

Após o término do prazo para a reclamação de créditos por parte dos credores, inicia-se um novo prazo de cinco dias para o AJP elaborar uma lista provisória de créditos (art.17.º-D, n.º 2, do CIRE)<sup>124</sup>. Esta é apresentada na secretaria judicial e publicada na plataforma *Citius*<sup>125</sup>, podendo ou não<sup>126</sup> ser impugnada no prazo de cinco

---

<sup>122</sup> CASANOVA, Nuno Salazar e DINIS, David Sequeira (2014), *PER - O Processo Especial de Revitalização*, Coimbra Editora. p.45.

<sup>123</sup> EPIFÂNIO, Maria do Rosário (2015), *O Processo Especial de Revitalização*, Coimbra, Almedina, pp.46 e 47.

<sup>124</sup> A lista provisória de créditos deve ser redigida, de acordo, com o disposto no art.129º do CIRE.

<sup>125</sup> De acordo com MENEZES LEITÃO, “o art.5º do D.L. nº 79/2017, de 30 de junho, determina a substituição do Portal Citius por um portal a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça, sendo que a partir da data da disponibilização ao público do referido Portal, (...) todas as referências feitas no CIRE ao CITIUS são consideradas feitas a esse novo portal”, in LEITÃO, Luís Menezes (2018), *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 10ª Edição, Coimbra, Almedina, p.83,

<sup>126</sup> Acrescenta MENEZES LEITÃO que “com base na jurisprudência entende-se não ser aplicável à impugnação da lista provisória de créditos no PER a norma do art.139º, n.º 5, do CPC, sendo que no caso de se exceder os cinco dias úteis previstos na legislação, a referida lista converte-se em lista definitiva de créditos”, in LEITÃO, Luís Menezes (2018), *Código da Insolvência e da Recuperação de*



dias úteis, dispondo o Juiz de mesmo prazo para decidir sobre as referidas impugnações<sup>127-128</sup> (art.17.º-D, n.º 3, do CIRE).

Porém, no que respeita à verificação de créditos surgem algumas dúvidas quanto ao prazo relativo às impugnações e de acordo com CATARINA SERRA, esse prazo aludido no art.17.º-D, n.º 3, do CIRE leva a crer que exista uma hipótese de verificação de créditos, embora se existir seja sumária e abreviada<sup>129</sup>. Neste sentido, a jurisprudência tem-se igualmente dividido quanto ao facto de existir lugar a uma verificação ou não de créditos. Se por um lado prevê-se que haja uma verificação de créditos tendo em conta o disposto no art.17.º-G, n.º 7, do CIRE<sup>130</sup>, por outro lado, os créditos não podem ser verificados ou graduados no âmbito da impugnação destes no PER<sup>131</sup>, ao invés do processo de insolvência (art.146.º do CIRE) em que existe a possibilidade de uma ação de verificação posterior de créditos<sup>132</sup>.

Em conformidade com FÁTIMA REIS SILVA, se as normas que regulam o PER previssem uma possibilidade de instaurar uma ação de verificação posterior de créditos, essa mesma seria incompatível com os trâmites do processo, tendo em conta os prazos apertados para a reclamação dos créditos, para a apresentação da lista provisória, para a posterior decisão das impugnações e por último para a conclusão das negociações<sup>133</sup>. A autora acrescenta ainda que existindo um pedido de verificação

---

*Empresas Anotado*, 10ª Edição, Coimbra, Almedina, p.84. Neste sentido, o Ac. do TRP, proc. n.º 622/13.0TBCHV-A.P1 de 4-02-2014, relatado pela Juíza Desembargadora ANABELA DIAS DA SILVA.

<sup>127</sup> Vide por analogia o art.130º, n.º1, do CIRE.

<sup>128</sup> Segundo o Ac. do TRP, Proc. n.º 353/14.3TBAMT.P1, de 24-03-2015, relatado pela Juíza Desembargadora MARIA GRAÇA MIRA, “a decisão sobre as impugnações visa somente computar o quórum deliberativo, mas não é necessária para a aprovação e homologação do plano e não em força de caso em julgado fora do PER”.

<sup>129</sup> SERRA, Catarina (2016), *O Processo Especial de Revitalização na Jurisprudência*, Coimbra, Almedina, p.74 a 77.

<sup>130</sup> Ac. do TRL, proc. n.º 1390/13.0TBTVD-A.L1-6, de 20-02-2014, relatado pela Juíza Desembargadora FÁTIMA GALANTE.

<sup>131</sup> Ac. do TRG, proc. n.º 3695/12.9TBBERG-C.G1, de 02-05-2013, relatado pelo Juiz Desembargador ANTERO VEIGA.

<sup>132</sup> Ac. do TRL, proc. n.º 1567/13.9TYLSB-I.L1-7, de 07-06-2016, relatado pela Juíza Desembargadora ROSA RIBEIRO COELHO e Ac. do TRP, proc. n.º 1218/12.9TJVNF-P.P1, de 10-04-2014, relatado pelo Juiz Desembargador JOSÉ MANUEL DE ARAÚJO BARROS.

<sup>133</sup> SILVA, Fátima Reis (2014), *Processo Especial de Revitalização – Notas Práticas e Jurisprudência Recente*, Porto Editora., p. 49.

posterior de crédito no âmbito do PER, este deve ser indeferido liminarmente nos termos do art.590.º, n.º 1, do CPC *ex vi* art.17.º do CIRE<sup>134</sup>.

Após concluído o prazo para a apresentação das impugnações, a empresa e os credores dispõem do prazo de dois meses para concluírem as negociações encetadas, o qual pode ser prorrogado uma só vez, por um mês, mediante acordo prévio e escrito entre o AJP nomeado e a empresa (art.17.º-D, n.º 5, do CIRE). Estas negociações devem reger-se de acordo com o disposto no art.17.º-D, nrs.º 6 a 11, do CIRE e igualmente pelos nrs.º 8 e 9 do mesmo artigo desenvolvendo-se entre a empresa e os seus credores sob a orientação e fiscalização do AJP, mediante convenção, ou na falta de acordo, pelas regras definidas pelo administrador judicial provisório.

Contudo nos termos do art.17.º-D, n.º 10, do CIRE, os intervenientes das negociações devem atuar em conformidade com os princípios orientadores aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2011, de 25 de outubro, acarretando que a empresa tenha a obrigação de prestar toda a informação pertinente aos seus credores e ao AJP, para que as mesmas ocorram de forma transparente e equitativa. A referida informação deve ser sempre atualizada e completa, sob pena de se concluir estar a atuar de modo incorreto nos termos do n.º 11 do art.17.º-D do CIRE.

Nesta perspetiva, MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO<sup>135</sup> estabelece que tal facto pode ser fundamento para que haja recusa da homologação do plano (art.17.º-F, n.º 7 e art.215.º do CIRE).

### **3.4 Aprovação e Homologação do plano de recuperação**

O processo negocial estabelecido entre a empresa e os credores pode concluir-se com a aprovação (por unanimidade ou por maioria dos votos) ou não de um plano de recuperação.

Deste modo e nos termos do art.17.º-F, n.º 1, do CIRE, a empresa até ao fim das negociações deposita no tribunal a versão final do plano de revitalização, acompanhada de todos os elementos previstos no art.195.º, sendo de imediato publicada no portal *Citius* a indicação desse depósito. Logo no prazo de cinco dias subsequentes à

---

<sup>134</sup> *Idem ibidem*, p.49.

<sup>135</sup> EPIFÂNIO, Maria do Rosário (2015), *O Processo Especial de Revitalização*, Coimbra, Almedina.

publicação da referida versão final, qualquer credor pode alegar nos autos o que tiver por conveniente quanto ao plano depositado pela empresa, nomeadamente circunstâncias suscetíveis de levar à não homologação do mesmo, dispondo a empresa de cinco dias após o termo do primeiro prazo para, querendo, alterar o plano em conformidade, e, nesse caso, depositar a nova versão (art.17.º-F, n.º 2, do CIRE). Sendo assim, é definido pelo art.17.º-F, n.º 3, do CIRE que uma vez concluído o prazo que é disposto à empresa para proceder à alteração do plano de revitalização, é publicado no portal *Citius* um anúncio advertindo da junção ou não junção da nova versão do plano, ao qual no prazo de votação de dez dias qualquer interessado pode solicitar a não homologação do plano, nos termos e para os efeitos dos arts. 215.º e 216.º do CIRE.

Ora, de acordo com o n.º 6 do art.17.º-F do CIRE, a referida votação é realizada por escrito com as necessárias adaptações do art.211.º do CIRE, sendo os votos remetidos ao AJP que elabora um documento com o resultado da votação e remete-o para o tribunal.

Assim, considerado o plano de recuperação aprovado por unanimidade dos votos, este é remetido de imediato ao processo, para o juiz proceder à homologação ou recusa do mesmo, o qual deve ser acompanhado da documentação que comprova a sua aprovação, atestada pelo AJP, produzindo o plano de recuperação, em caso de homologação, de imediato, os seus efeitos (art.17.º-F, n.º 4, do CIRE).

Por outro lado, e caso o plano de recuperação seja aprovado, por maioria dos votos<sup>136</sup> considera-se o disposto nos termos do n.º 5, al. a) e b) do art.17.º-F e art.212.º, n.º 1, do CIRE.

Apesar de o legislador não prever expressamente a intervenção da empresa na aprovação do acordo, a doutrina defende que é necessário.

No entendimento de LUÍS FERNANDES e JOÃO LABAREDA a empresa deve necessariamente aprovar e subscrever o acordo de revitalização, sob pena deste não poder ser homologado<sup>137</sup>. Em conformidade com os autores entendemos que para dar

---

<sup>136</sup> Neste sentido, LEITÃO, Luís Menezes (2018), *Código da Insolvência e Recuperação de Empresas Anotado*, 10ª Edição, Coimbra, Almedina, p.91.

<sup>137</sup> FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João (2015), *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 3ª Edição (atualizada de acordo com o Decreto-Lei n.º 26/2015, de 6 de fevereiro, e o Código de Processo Civil), *Quid Juris* – Sociedade Editora Lda., Lisboa, p.165.

início ao PER, é necessário que a empresa manifeste a sua vontade, e que nos termos do art.17.º-G, n.º 5, do CIRE, esta pode pôr termo às negociações a todo o tempo.

Seguidamente, no prazo de dez dias após a receção da documentação que comprova a aprovação do plano de revitalização pelos credores, o Juiz decide se homologa ou recusa o plano de recuperação, aplicando-se com as devidas adaptações o disposto nos arts. 194.º a 197.º, no n.º 1 do art.198.º e nos arts. 200.º a 202.º, 215.º e 216.º *ex vi* n.º 7 do art.17.º-F do CIRE.

Seja como for, a decisão de homologação vincula a empresa e todos os credores, mesmo que não hajam reclamado os seus créditos ou participado nas negociações, nomeadamente, quanto aos créditos constituídos à data em que foi proferido o despacho da nomeação do AJP (n.º 10 do art.17.º-F do CIRE).

Aliás, o art.17.º-F, n.º 11, do CIRE estabelece nomeadamente, que a empresa deve suportar as custas de todo o processo de homologação.

### **3.5 Não homologação do plano de recuperação**

O processo negocial pode terminar sem existir acordo quanto ao plano de recuperação, ou seja, primeiramente no caso da empresa ou a maioria dos credores prevista no n.º 5 do art.17.º-F do CIRE concluírem antecipadamente que não é possível alcançar um acordo (art.17.º-G, n.º 1, do CIRE); seguidamente no caso em que seja ultrapassado o prazo definido para as negociações, previsto no n.º 5 do art.17.º-D *ex vi* art.17.º-G, n.º 1, do CIRE<sup>138</sup>; e, por último, pela iniciativa da empresa que, nos termos do n.º 5 do art.17.º-G do CIRE, “*pode pôr termo às negociações a todo o tempo*”.

Como tal, se o PER terminar por algum destes factos, a empresa só poderá voltar a recorrer ao mesmo, após o prazo de dois anos, conforme dispõe o n.º 6 do art.17.º-G do CIRE.

---

<sup>138</sup> Neste sentido, SOVERAL MARTINS, afirma que este preceito deixa a seguinte dúvida, “*o encerramento do processo negocial é a mesma coisa que o encerramento do processo especial de revitalização?*”. Como tal, o art.17.º-G, n.º 1, do CIRE dispõe que o administrador judicial provisório deve comunicar o encerramento do processo negocial ao processo. Desta forma, o autor entende que “*uma coisa é o processo negocial, e outra o processo especial de revitalização, não devendo o encerramento do processo negocial confundir-se com o encerramento do processo de revitalização*”, in MARTINS, Alexandre, Soveral (2013), *O P.E.R (Processo Especial de Revitalização)*, AB INSTANTIA, Revista do Instituto do Conhecimento AB, Coimbra, Almedina, Ano 1, n.º 1, pp. 36 e 37.

Nos primeiros casos supramencionados e nos termos do n.º 1 do art.17.º-G do CIRE, o processo negocial é encerrado perante comunicação do AJP ao processo, e posterior publicação no portal *Citius*. Tal comunicação deverá ser feita preferencialmente por meios eletrónicos (art.17.º-G, n.º 1, do CIRE).

Quanto ao último caso, se a empresa presumir que deve pôr termo às negociações, esta deverá comunicar tal facto ao administrador judicial provisório, a todos os seus credores e ao tribunal, por meio de carta registada (art.17.º-G, n.º 5, do CIRE).

No entanto, encerrado o processo e admitindo que a empresa não está insolvente, o encerramento do processo especial de revitalização acarreta a extinção de todos os seus efeitos.<sup>139</sup>

Apesar disso, no caso da empresa se encontrar insolvente<sup>140</sup>, o AJP, após ouvir a mesma e os seus credores, deve emitir parecer neste sentido e em caso afirmativo, requerer a sua insolvência, aplicando-se com as necessárias adaptações o disposto no art.28.º do CIRE *ex vi* n.º 4 do art.17.º-G do CIRE. Desta forma o processo especial de revitalização é apensado ao processo de insolvência (n.º 4 do art.17.º-G do CIRE), permitindo, assim, um novo prazo para a reclamação de créditos (previsto na alínea j) do n.º 1 do art.36.º do CIRE<sup>141</sup>) quer para os que foram reclamados quer para os que não tenham sido reclamados no âmbito do n.º 2 do art.17.º-D do CIRE.

### **3.6 Garantias convencionadas e financiamentos**

No que respeita às garantias aludidas no art.17.º-H, n.º 1, do CIRE, estas consistem em garantias convencionadas que ocorrem entre a empresa e os seus credores durante o processo especial de revitalização, com a particular finalidade de proporcionar à empresa os meios financeiros necessários para o desenvolvimento da sua atividade, sendo que as mesmas se mantêm no caso de o processo ser remetido para a insolvência da empresa.

Acresce que, nos termos do n.º 2 do referido artigo, no decurso do processo, os credores que financiem a atividade da empresa disponibilizando-lhe capital para a sua

---

<sup>139</sup> Cfr. Art.17.º-G, n.º 2, do CIRE.

<sup>140</sup> Cfr. Art.17.º-G, n.º 3, do CIRE.

<sup>141</sup> O prazo de reclamação de créditos é de 30 dias.

revitalização gozam de privilégio creditório<sup>142</sup> mobiliário geral, graduado antes do privilégio creditório mobiliário geral concedido aos trabalhadores. No entanto, a norma do art.120.º, n.º 6, do CIRE, pressupõe a insusceptibilidade das garantias convencionadas à resolução em benefício da massa insolvente dos negócios jurídicos celebrados no âmbito do PER<sup>143</sup>.

No entendimento de SOVERAL MARTINS<sup>144</sup>, esta matéria permanece com algumas lacunas, uma vez que a lei não é clara quanto à origem das referidas garantias, levantando questões de relevo maior, ou seja, *“fala-se de garantias e de financiamento que resultam do plano de recuperação ou que resultam de outros acordos alcançados no processo? Ou basta que se trate de garantias e de financiamentos acordados enquanto está pendente o processo especial de revitalização, ainda que fora do mesmo?”*.

Assim, em conformidade com o autor e com o disposto no art.120.º, n.º 6, do CIRE, entendemos como sendo garantias e financiamentos acordados no âmbito do PER os financiamentos negociados no âmbito do mesmo, pois são os financiamentos de capital com vista à revitalização do processo.

Por outro lado, este autor esclarece ainda que a aplicação do art.17.º-H do CIRE será menos insegura, nomeadamente, se as garantias e financiamentos constem do plano de recuperação conducente à revitalização, aprovado e homologado.

Por último, e não descurando do referido, o autor afirma que o art.17.º-H do CIRE não é suficientemente esclarecedor se a proteção que o mesmo confere pressupõe que o art.17.º-E, n.º 2, do CIRE tenha sido cumprido, uma vez que é exigida a autorização do AJP quanto aos atos de especial relevo. No entanto, entendemos que o AJP não prejudica o financiamento e as garantias que a empresa venha a estabelecer no plano de recuperação caso se verifique a legalidade dos termos e o consentimento dos seus credores.

---

<sup>142</sup> Nos termos do art.733.º do CC, o privilégio contraditório *“é a faculdade que a lei, em atenção à causa do crédito, concede a certos credores, independentemente do registo, de serem pagos com preferência a outros”*.

<sup>143</sup> LEITÃO, Luís Menezes (2018), *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 10ª Edição, Almedina, Coimbra, pp. 95 e 194.

<sup>144</sup> MARTINS, Alexandre de Soveral (2017), *Um Curso de Direito da Insolvência*, 2ª edição revista e atualizada, Almedina, Coimbra, pp. 528-531.

#### **4. Homologação de acordos extrajudiciais de recuperação de empresas**

Até ao momento temos vindo analisar o processo especial de revitalização em que ocorre o período de abertura de negociações. No entanto, existe uma segunda via processual mais abreviada e rápida em relação à prevista nos arts. 17.º-A a 17.º-H do CIRE, isto é, a homologação de acordos extrajudiciais de recuperação. Além disso, esta modalidade simplifica a obtenção de um acordo de recuperação, uma vez que a empresa já possui antecipadamente a aprovação dos credores.

Importa esclarecer que apesar de o processo ser extrajudicial, a empresa deve possuir a condição de se encontrar “*numa situação económica difícil*” ou “*numa situação de insolvência meramente iminente*”, como decorre do n.º 2, do art.1.º do CIRE.

Desta forma, o processo inicia-se de forma diferente do que até agora temos tratado, devendo a empresa apresentar, em vez de uma declaração de vontade, um acordo extrajudicial de recuperação, assinado pela mesma e por credores que representem pelo menos a maioria dos votos prevista no n.º 5 do art.17.º-F do CIRE, e acompanhado dos documentos previstos no n.º 2 do art.17.º-A e no n.º 1 do art.24.º do CIRE. Por esta razão, e conforme resulta do n.º 7 do art.17.º-I do CIRE, a empresa pode igualmente requerer a apensação de PER, nos termos do n.º 7 do art.17.º-C do CIRE, quando este, encontrando-se igualmente em fase liminar, tenha sido instaurado ao abrigo do presente artigo<sup>145</sup>.

Após recebidos os documentos, o Juiz, nos termos do n.º 2, do art.17.º-I do CIRE, nomeia um administrador judicial provisório por despacho, cabendo à secretaria publicar no portal *Citius* a lista provisória de créditos, conforme dispõe a alínea b) do n.º 2 do art.17.º-I do CIRE, e notificar os credores que não intervieram no acordo e que constam da lista de créditos relacionados pela empresa, encontrando-se este disponível para consulta na secretaria do tribunal.

Seguidamente, em virtude da remissão do n.º 3 do art.17.º-I, para o art.17.º-D, nrs.º 2 a 4, do CIRE, os credores intervenientes dispõem do prazo de vinte dias a contar

---

<sup>145</sup> LEITÃO, Luís Menezes (2018), *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 10ª Edição, Almedina, Coimbra, p. 97.

da publicação do portal *Citius* do despacho de nomeação do AJP para reclamar os seus créditos. Essas reclamações devem ser remetidas ao AJP, que dispõe de cinco dias para elaborar uma lista provisória de créditos, apresentando-a na secretaria e publicando-a no portal *Citius*. É de referir ainda que essa lista pode ser impugnada no prazo de cinco dias úteis. Terminado o prazo para impugnações, o Juiz dispõe de idêntico prazo para decidir sobre as mesmas, caso contrário, a lista de créditos converte-se em definitiva<sup>146</sup>.

Deste modo, o Juiz procede, no prazo de dez dias, à análise do acordo extrajudicial, homologando-o se a votação respeitar a maioria dos votos exigida (n.º 5 do art.17.º-F do CIRE), a menos que se verifique causa de não homologação oficiosa ou a requerimento dos interessados (art.215.º e art.216.º *ex vi* art.17.º-I, n.º 4, do CIRE).

No caso de o juiz homologar o acordo, aplica-se pela remissão do n.º 6 do art.17.º-I o disposto no n.º 7 do art.17.º-F do CIRE, sendo que esta decisão vincula a empresa e os credores, mesmo que não hajam reclamado os seus créditos ou até mesmo não tenham participado nas negociações (art.17.º-F, n.º 10, do CIRE).

Em resultado dos nrs.º 5 e 6 do art.17.º-I do CIRE, cessam os efeitos do processo, caso o Juiz não homologue o acordo<sup>147</sup>, podendo a empresa ser declarada em situação de insolvência, se for o caso dos nrs.º 2 a 4 e 7 do art.17.º-G e art.17.º-F, n.º 8, do CIRE.

## **5. Encerramento do PER e cessação de funções do AJP**

O Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho, aditou ao regime do PER o art.17º-J do CIRE, o qual estabelece o momento em que se considera encerrado o processo e naturalmente até que altura o AJP se mantém em funções.

Desta forma, o legislador considera encerrado o processo especial de revitalização após o trânsito em julgado da decisão de homologação do plano de recuperação ou após o cumprimento do disposto nos nrs.º 1 a 5 do artigo 17.º-G do CIRE nos casos em que não tenha sido aprovado ou homologado plano de recuperação (art.17.º-J, n.º 1, al. a) e b), do CIRE).

---

<sup>146</sup> *Idem Ibidem*, p.97.

<sup>147</sup> O n.º 9 do art.17.º-F do CIRE vem acrescentar ainda que é admissível o recurso da decisão de não homologação.



No que respeita à cessação de funções do AJP (art.17º-J, n.º 2, do CIRE), entendemos que este cessa as suas funções após ser proferida decisão de homologação do plano de recuperação ou em casos em que não tenha sido aprovado ou homologado o plano de recuperação, só após o encerramento do processo<sup>148</sup>.

Segundo o Parecer do Conselho Consultivo do Instituto dos Registos e do Notariado surge a questão de saber se existe formalização legal para o registo da cessação de funções do AJP, no âmbito do PER. Neste sentido, a unidade do sistema jurídico-registal demanda que se efetue o registo de cessação de funções como acontece com outras situações no Código de Registo Comercial (CRCom.) em que a previsão de um registo de designação é seguida do registo de cessação de funções. Pelo que, conclui-se que o n.º 5 do art.17º-C do CIRE ao remeter para o disposto no art.38.º do CIRE reporta-se ao regime de publicidade previsto para a nomeação do administrador de insolvência, abrangendo deste modo quer a nomeação, quer a cessação de funções (art.9.º, al. 1), do CRCom.)<sup>149</sup>.

---

<sup>148</sup> No mesmo sentido o parecer do Conselho Consultivo do Instituto dos Registos e do Notariado (IRN), n.º C. Co.18/2017 STJ-CC, Relatora BLANDINA SOARES, datado de 15-12-2017.

<sup>149</sup> *Ibidem*, p.4.

## **CAPÍTULO III - O PER E OUTROS INSTRUMENTOS PREVISTOS NO CIRE**

### **1. Reserva do PER a empresas**

Feita uma abordagem à reforma legislativa do “novo” processo especial de revitalização importa agora focar a nossa atenção nas duas questões fundamentais do presente estudo. Primeiramente, numa das medidas de reestruturação empresarial, inserida pelo Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho, no Programa Capitalizar, ou seja, a medida n.º 24, que visa a reserva do PER às empresas. Em seguida, abordaremos a introdução de novos instrumentos de recuperação de empresas no CIRE, nomeadamente, o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas que vem acompanhado pela figura do Mediador de Recuperação de Empresas.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho, verificamos que uma das alterações mais significativas que o legislador realizou no âmbito da recuperação de empresas foi a reserva do PER às empresas, *“permitindo aos particulares continuarem a dispor de um instrumento mais simplificado, destinado a obter um acordo de pagamento com os seus credores”*<sup>150</sup>, o designado Plano Especial para Acordo de Pagamento (PEAP).

Nesse sentido e como referi anteriormente no ponto 1.2.1 do Capítulo I, as alterações efetuadas ao regime das insolvências e da recuperação de devedores em 2012 e a sua consequente aplicação permitiram detetar determinados aspetos que careciam de intervenção legislativa, nomeadamente no âmbito da utilização do PER, uma vez que parte da jurisprudência e da doutrina admitiam que o PER poderia ser utilizado *“por todo o devedor que, mediante declaração escrita e assinada, atestasse que reunia condições necessárias para a sua recuperação”*<sup>151</sup>.

Na verdade, as expectativas da nova reforma legislativa do PER ficaram aquém do previsto, visto que o legislador apenas substituiu o termo *devedor* pelo termo *empresa*.

---

<sup>150</sup> Comunicado do Conselho de Ministros, de 16 de março de 2017, disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/comunicado-de-conselho-de-ministros?i=79> (consultado em 7 de setembro de 2017).

<sup>151</sup> Cfr. Art.17.º-A, n.º 2, da Lei n.º 16/2012, de 20 de abril.

Desta forma, abandonou-se como referência do PER a ampla noção de devedor que remetia para todos os sujeitos passivos da insolvência e reservou-se este a empresas, designadamente, enquanto “*organização de capital e de trabalho destinada ao exercício de qualquer atividade económica*”, tais como definidas no art.5.º do CIRE. Em alternativa, estabeleceu-se que os devedores de qualquer outra natureza, nomeadamente as pessoas singulares não titulares de empresa, poderão requerer ao tribunal o PEAP, que se encontra previsto nos arts. 222.º-A a 222.º-I do CIRE.

Contudo, DAVID DE OLIVEIRA FESTAS atesta que com esta medida propõe-se o acolhimento, como referência para a delimitação do âmbito de aplicação do PER, da (latíssima) noção geral de empresa do CIRE, que, em boa verdade, não abrange apenas pessoas singulares e coletivas (com personalidade jurídica), como também sociedades, associações ou entidades sem personalidade jurídica, desde que, em qualquer um desses casos, exerçam uma atividade económica com substrato empresarial, ainda que essa atividade não seja exercida a título profissional, nem revista natureza comercial<sup>152</sup>.

No nosso entendimento, a nova reforma em matéria do PER mostrou-se favorável particularmente no âmbito de aplicação subjetiva deste a empresas, ou seja, colocou-se termo à controvérsia que há já muito se verificava tanto na doutrina como na jurisprudência, e prevaleceu o entendimento que não é aplicável a pessoas singulares não titulares de empresa.

Não obstante à nossa opinião, em sentido divergente o acórdão do Tribunal da Relação de Évora dispõe que “*o regime do PER aplica-se a qualquer devedor, seja ele pessoa singular, pessoa coletiva, património autónomo, titular de empresa ou não*”<sup>153</sup>.

---

<sup>152</sup> FESTAS, David de Oliveira (2017), *Alterações a introduzir no Processo Especial de Revitalização (17.º-A a 17.º-I)*, in “Revista de Direito das Sociedades – Consulta Pública do Programa Capitalizar”, Ano IX – Número I, Coimbra, Almedina, p.37.

<sup>153</sup> Ac. do Tribunal da Relação de Évora (TRE), proc. n.º 371/15.4T8STR.E1, de 05-11-2015, relatado pela Juíza Desembargadora ALEXANDRA MOURA SANTOS. Nesta matéria, vide também o Ac. do TRC, proc. n.º 3876/15.3T8ACB.C1, de 07-04-2016 (relatado pelo Juiz Desembargador JORGE ARCANJO), Ac. do TRG, proc. n.º 2588/15.2T8GMR.G1, de 25-02-2016 (relatado pelo Juiz Desembargador FRANCISCO XAVIER), Ac. do TRG, proc. n.º 2588/15.2T8GMR.G1, de 25-02-2016 (relatado pelo Juiz Desembargador FRANCISCO XAVIER), Ac. do TRE, proc. n.º 1234/15.9STR.E1, de 10-09-2015 (relatado pela Juíza Desembargadora ELISABETE VALENTE), Ac. do TRE, proc. n.º 1518/14.3T8STTR.E1, de 09-07-2015 (relatado pela Juíza Desembargadora CONCEIÇÃO FERREIRA), Ac. do TRP, proc. n.º 2112/15/7T8STS.P1, de 16-12-2015 (relatado pelo Juiz Desembargador FERNANDO SAMÕES).

Neste sentido, o referido acórdão enumera um artigo do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) que vem igualmente defender que “*o PER é aplicável a todos os devedores e não só a alguns com determinadas características*”<sup>154</sup>.

### **1.1 Plano Especial de Acordo de Pagamento**

Tendo em conta que as pessoas singulares não titulares de empresas viram o seu acesso restringido ao PER<sup>155</sup>, podendo apenas recorrer ao “novo” mecanismo, o PEAP<sup>156</sup>, importa agora abordar quais as principais diferenças entre os dois regimes, uma vez que são figuras jurídicas muito próximas.

Primeiramente importa referir que à semelhança do PER, o PEAP tem como objetivo principal permitir ao devedor estabelecer negociações com os respetivos credores, de modo a celebrar um acordo de pagamento com estes. Porém, se no caso do PER propõe-se um acordo conducente à revitalização da empresa (art.17.º-A, n.º 1 do CIRE), no PEAP o legislador apenas faz menção ao objetivo de estabelecer negociações com os respetivos credores de modo a concluir um acordo de pagamento (art.222.º-A, n.º 1, do CIRE)<sup>157</sup>. Neste seguimento ANA ALVES LEAL e CLÁUDIA TRINDADE entendem que se encontram aparentemente afastadas do PEAP, as ideias de recuperabilidade e de revitalização do devedor não empresário<sup>158</sup>.

No entanto, o PEAP apresenta-se como um plano dotado de idênticas características ao regime do PER, ou seja, é um processo pré-insolvencial, especial,

---

<sup>154</sup> PEREIRA, João Aveiro (2014), *A revitalização económica dos devedores*, E-book - *Processo de Insolvência e Ações Conexas*”, p. 46, in <http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Processo%20insolvencia%20acoes%20conexas.pdf>.

<sup>155</sup> Sobre a inaplicabilidade do PER às pessoas singulares não titulares de empresas, vide o Ac. do STJ, Proc. n.º 65/16.3T8STR.E1.S1, datado de 18-10-2016, relatado pelo Juiz Conselheiro JÚLIO GOMES.

<sup>156</sup> Para além do PEAP, os devedores pessoas singulares não empresárias poderão contar com um instrumento pré-insolvencial de proteção de âmbito mais restrito, ou seja, o PERSI, vocacionado para situações de incumprimento de contratos de crédito bancário, em que o mutuário seja um consumidor, in <http://www.tri.mj.pt/PDF/O%20Processo%20Especial%20para%20Acordo%20de%20Pagamento%20PEAP.pdf> (consultado pela última vez em 9 de novembro de 2018).

<sup>157</sup> O Projeto da reforma do CIRE, vem acrescentar ao art.1.º do CIRE um n.º 3, determinando que tratando-se de devedor de qualquer outra natureza em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, este pode requerer ao tribunal processo especial para acordo de pagamento, previsto nos artigos 222.º-A a 222.º-J do CIRE.

<sup>158</sup> Neste sentido, LEAL, Ana Alves e TRINDADE, Cláudia (2017), *O processo especial para acordo de pagamento (PEAP): o novo regime pré-insolvencial para devedores não empresários*, in “Revista de Direito das Sociedades, Consulta Pública do Programa Capitalizar”, Ano IX – Número I, Coimbra, Almedina, pp.70 e 71.

híbrido, urgente, concursal e célere, nos termos supramencionados detalhadamente no ponto 1 do Capítulo II do presente estudo.

Acresce que o PEAP é igualmente um processo judicial, na medida em que processa os seus termos em tribunal. Este procedimento inicia-se com a apresentação de um requerimento ao tribunal, devidamente assinado pelo devedor e, pelo menos, um dos credores para iniciar as negociações com os restantes visando a aprovação de um acordo de pagamento.

O referido acordo deve conter uma proposta de reestruturação do passivo dos devedores, prevendo uma possível redução das prestações mensais, juros e ocasionalmente uma absolvição de certa parte do capital das dívidas. Aliás é ainda previsto que esse acordo descreva as alterações decorrentes para a esfera jurídica dos credores, bem como estabelecer as medidas levadas a cabo para a sua realização e posteriormente incluir os componentes essenciais para a aprovação pelos credores e a homologação do respetivo Juiz.

Embora em ambos os regimes seja necessário que o devedor se encontre comprovadamente em *situação económica difícil* ou em *situação de insolvência meramente iminente* (art.222.º-A, n.º 1 e art.º17-A, n.º 1, do CIRE), só no regime do PER<sup>159</sup> é que se exige que o devedor seja ainda *suscetível de recuperação* ( *in fine* n.º 1 do art.17.º-A do CIRE). Porém, no PEAP para comprovar a situação do devedor é apenas necessário uma simples declaração escrita e assinada pelo mesmo (art.222.º-A, n.º 1, do CIRE), ao contrário do PER, onde é necessário que o devedor apresente uma declaração subscrita, há não mais de 30 dias, por contabilista certificado ou por revisor oficial de contas, sempre que a revisão de contas seja legalmente exigida, atestando que não se encontra em situação de insolvência atual (art.17.º-A, n.º 2, do CIRE).

Relativamente ao requerimento de abertura do processo, no âmbito do PEAP, compete ao devedor apresentá-lo junto do tribunal (art.222.º-C, n.º 3, do CIRE), sendo necessário manifestação da vontade por parte do devedor e pelo menos um dos seus credores, por meio de declaração escrita (assinada por todos os declarantes e igualmente datada), de encetar negociações conducentes à elaboração de um acordo de pagamento, ao invés do PER, a referida declaração deve ser subscrita, além da empresa, por credor

---

<sup>159</sup> Neste sentido, *idem ibidem*, p.80.

ou credores, que não estando especialmente relacionados com a empresa, sejam titulares, pelo menos, de 10% de créditos não subordinados (art.17.º-C, n.º 1, do CIRE).

No PEAP não se atesta a exigência de o devedor empresário fazer acompanhar no requerimento uma proposta de plano de recuperação, incluindo, pelo menos, a descrição da situação patrimonial, financeira e reiditícia da empresa (art.17.º-C, n.º 3, al. c), do CIRE).

### ***1.1.1 Homologação Judicial de acordos extrajudiciais no PEAP***

O legislador aprova que no PEAP ocorra, tal como no PER a admissão de um procedimento mais ágil face às negociações e consequente aprovação do acordo, o qual se materializa extrajudicialmente. Aliás, deve ser realizado apenas antes da entrada do requerimento em tribunal.

Nos termos do art.222.º-I do CIRE, o procedimento inicia-se com a apresentação por parte do devedor do acordo obtido, assinado pelo mesmo e pelos credores detentores de pelo menos a maioria dos votos pressuposta para o PEAP (art.222.º-F, n.º 3, do CIRE). Por conseguinte, o acordo ao abrigo do art.222.º-I, n.º 1, do CIRE deve fazer-se acompanhar dos documentos previstos no n.º 2 do art.222.º-A do CIRE.

Além disso, o disposto no último artigo apenas alude a um documento, isto é, a uma declaração escrita e assinada pelo devedor a qual ateste que o mesmo afirme preencher os requisitos obrigatórios ao recurso ao PEAP. Do mesmo modo, a secretaria deve notificar os respetivos credores não intervenientes no acordo mas que constem da lista de créditos relacionados pelo devedor (art.222.º-I, n.º 2, al. a), do CIRE), partindo do princípio que essa mesma lista integra os documentos acompanhantes do requerimento inicial<sup>160</sup>.

Apesar de o legislador não fundamentar a suficiência do documento aludido no art.222-A, n.º 2, do CIRE para a homologação do acordo extrajudicial leva a que entendamos que o devedor deve-se fazer acompanhar também dos documentos

---

<sup>160</sup> In <http://www.trl.mj.pt/PDF/O%20Processo%20Especial%20para%20Acordo%20de%20Pagamento%20PEAP.pdf>, p.23 (consultado pela última vez em 9 de novembro de 2018).

constantes do art.222.º-C, n.º 3, al. b), do CIRE. Repare-se que no PER este facto ocorre de igual forma quanto à homologação judicial do acordo extrajudicial<sup>161</sup>.

## **2. Regime extrajudicial de recuperação de empresas (RERE)**

No âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016, de 18 de agosto, que aprovou o Programa Capitalizar, e em conformidade com a Proposta de Lei n.º 84/XIII, foi criado um novo mecanismo de recuperação de empresas - o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE). Logo, em consequência do debate parlamentar<sup>162</sup>, o Decreto da Assembleia da República n.º 185/XIII, procedeu à criação do RERE, consagrando-se assim na Lei n.º 8/2018, de 2 de março<sup>163</sup>.

Conforme se entende da exposição de motivos da Proposta de Lei n.º 84/XIII, o novo mecanismo de recuperação visa permitir que *“um devedor que se encontre em situação económica difícil ou de insolvência iminente poderá encetar negociações com todos ou alguns dos seus credores com vista a alcançar um acordo – voluntário, de conteúdo livre e, por regra, confidencial - tendente à sua recuperação”*<sup>164</sup>.

Na verdade, trata-se de um processo extrajudicial de natureza exclusivamente negocial, que tem como objetivo a concretização de um acordo celebrado entre o devedor e todos ou alguns dos seus credores, dispensando deste modo, de qualquer intervenção judicial ou administrativa, e não supondo sequer a mediação obrigatória do mediador de recuperação de empresas. Aliás, é realizado em conformidade com a recomendação da Comissão Europeia (C(2014) 1500 final - 2014/135/EU)<sup>165</sup>

---

<sup>161</sup> Cfr. Art.17.º-I, n.º 1 do CIRE.

<sup>162</sup> In <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=41397> (consultado pela última vez em 20 de outubro de 2018).

<sup>163</sup> A presente Lei também alterou o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) e o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) e ainda definiu *“a responsabilidade por dívidas tributárias dos administradores judiciais e titulares de órgãos de administração de uma pessoa coletiva ou ente fiscalmente equiparado, que sejam investidos nessas funções na sequência de acordo celebrado nos termos do RERE, da aprovação de plano de revitalização homologado no âmbito de Processo Especial de Revitalização (PER) ou de plano de recuperação aprovado no âmbito de processo de insolvência”*, in art.1.º, al. c) da Lei n.º 8/2018, de 2 de março.

<sup>164</sup> Proposta de Lei n.º 84/XIII, de 18 de maio de 2017, publicada em Diário da República, II série, n.º 115/XIII/2, em 25 de maio de 2017.

<sup>165</sup> A referida recomendação expõe na sua íntegra que o seu objetivo primordial é *“assegurar que empresas viáveis com dificuldades financeiras, independentemente da sua localização na União, tenham acesso às legislações nacionais em matéria de insolvência que lhes permitam reestruturar-se numa fase precoce com vista a evitar a sua insolvência, e, assim, maximizar o valor total para os credores, empregados, proprietários e a economia em geral.”*.

(Recomendação) e com a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho (COM (2016) 723 final – Proposta de Diretiva<sup>166</sup>) respeitante aos quadros jurídicos em matéria de reestruturação preventiva, à concessão de uma segunda oportunidade e às medidas destinadas a aumentar a eficiência dos processos de reestruturação, insolvência e quitação e que altera a Diretiva 2012/30/EU.<sup>167</sup>

## **2.1 Aplicação objetiva**

Nos termos do art.2.º, n.º 1, da Lei n.º 8/2018, de 2 de março, encontra-se estipulado o âmbito objetivo de aplicação do RERE, ou seja, regulam-se os termos e os efeitos das negociações do acordo de reestruturação compreendido entre o devedor e um ou mais dos seus credores. Além do mais, é necessário que os participantes manifestem, expressa e unanimemente, a sua vontade de se submeter nas negociações e no acordo de reestruturação.

Da mesma forma, o n.º 2 do art.2.º da presente Lei acrescenta que a reestruturação da empresa através de um acordo traduz-se na *“alteração da composição, das condições ou da estrutura do ativo ou do passivo de um devedor, ou de qualquer outra parte da estrutura de capital do devedor, incluindo o capital social, ou uma combinação destes elementos, incluindo a venda de ativos ou de partes de atividade, com o objetivo de permitir que a empresa sobreviva na totalidade ou em parte”*.

No entanto, para a obtenção do acordo de reestruturação é necessário que os intervenientes recorram à mediação de recuperação de empresas, solicitando junto do IAPMEI, I.P. a intervenção de um mediador de recuperação de empresas<sup>168</sup>.

## **2.2 Aplicação subjetiva**

Quanto ao âmbito subjetivo do RERE, este diz respeito empresas e entidades que integram o respetivo procedimento, nomeadamente o devedor<sup>169</sup>, os credores e outros

---

<sup>166</sup> In <https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2016/PT/COM-2016-723-F1-PT-MAIN-PART-1.PDF> (Consultada pela última vez em 21 de outubro de 2018).

<sup>167</sup> DUARTE, Diogo Pereira (2017), *Comentários aos artigos 1.º a 5.º e 31.º a 33.º do projeto: aspetos gerais e disposições transitórias*, in “Revista de Direito das Sociedades - Consulta Pública do Programa Capitalizar” Ano IX – Número I, Coimbra Almedina, p.170.

<sup>168</sup> O mediador de recuperação de empresas deverá intervir de acordo com o Estatuto do Mediador de Recuperação de Empresas, aprovado pela Lei n.º 6/2018, de 22 de fevereiro.

<sup>169</sup> De acordo com os termos do art.35.º, n.º 1, do RERE, os devedores que, a título provisório, se encontrem em situação de insolvência aferida nos termos do n.º 3 do art.3.º podem recorrer ao RERE,



intervenientes, tais como os sócios do devedor, o comité dos credores, os assessores (financeiros, legais, técnicos), e o mediador de recuperação de empresas. Além destes, existem outros intervenientes mesmo que não tenham subscrito o protocolo de negociação, ou seja, a Segurança Social, a Autoridade Tributária e as Organizações representativas dos trabalhadores.

Neste sentido, o art.3.º do RERE determina quais as entidades e empresas que podem recorrer a este mecanismo de recuperação (art.2.º, n.º 1, do CIRE), salvo as pessoas singulares que não sejam titulares de empresa.

Com efeito, nos termos do art.3.º, n.º 2, do RERE e art.1.º, n.º 2, do CIRE é imprescindível que a empresa, a entidade ou a pessoa singular titular de empresa se encontre em situação económica difícil ou em situação de insolvência iminente. Note-se que o legislador optou por excluir as pessoas singulares não titulares de empresas da aplicação subjetiva do RERE.

Apesar de que não existir um regime autónomo e extrajudicial para a recuperação das pessoas singulares não titulares de empresas, estas não ficam impedidas de tal meio, pois, como referi anteriormente, dispõem do PEAP como meio de recuperação.

Importa salientar que, no âmbito de aplicação subjetiva do procedimento, existem dois critérios essenciais, tais como, a via da autonomia patrimonial e a via da personalidade jurídica, sendo que nesta última a obtenção da personalidade jurídica nas empresas prevê a realização do registo junto da Conservatória do Registo Comercial (art.3º, n.º 1, al. a), do CRCCom). No que respeita ao primeiro critério, entendemos o seu propósito, pois na eventualidade de uma entidade não efetuar o registo, mas em contrapartida constituir-se como sociedade (art.960.º do CC), esta poderá levar a obrigações que podem implicar que a mesma fique numa situação económica difícil ou de insolvência iminente. Ora, se o RERE não respeitasse o critério da autonomia patrimonial, a sociedade em questão ficaria impedida de recorrer ao mesmo.

---

dispensando de apresentação da declaração (que assegura que não se encontram em situação de insolvência) prevista na al. a) do n.º 2 do art.19.º. No entanto, o regime transitório, pelo prazo de 18 meses após a entrada em vigor do RERE, suscita alguma incoerência no facto de que um devedor em situação de insolvência possa beneficiar deste mesmo regime, ao invés do regime geral que exclui a situação de insolvência como condição de acesso ao RERE.

## **2.3 Tramitação**

O presente procedimento deve iniciar-se após um diagnóstico económico-financeiro da empresa, para que permita aos credores, ao mediador de recuperação de empresas, se nomeado, analisar a situação económica da empresa e compreender quais os pressupostos nos quais poderá basear-se o acordo de reestruturação – art.15.º, n.º 1, do RERE.

Da mesma forma que é necessário que o devedor e um ou mais credores representem, pelo menos, 15% dos créditos não subordinados e assinem um protocolo de negociação, depositando-o na Conservatória do Registo Comercial situada na sede do devedor (art.57.º e art.16.º, n.º 1, do CRCom.). Aliás, com o depósito do protocolo inicia-se um prazo de 3 meses (máximo) para as negociações.

Assim, os devedores, enquanto representantes máximos, deverão compreender qual o momento para o início do RERE, bem como o benefício deste enquanto mecanismo de recuperação.

### ***2.3.1 Protocolo de negociação***

A submissão ao RERE possui natureza voluntária, no qual o devedor pode convocar todos ou apenas alguns dos seus credores de modo a alcançar o acordo de reestruturação. Aliás, para que as negociações do acordo fiquem sujeitas ao RERE é necessário analisar determinados factos. Antes de mais, é essencial que seja celebrado um protocolo de negociação. Como tal, esse protocolo deve ser assinado pelo devedor e por credores que representem, pelo menos, 15% do passivo não subordinado<sup>170</sup> e posteriormente proceder ao seu depósito eletrónico junto da Conservatório do Registo Comercial.

Em razão disso, o art.7.º n.º 1, do RERE alude que o conteúdo do referido protocolo é estabelecido pelas partes, devendo as mesmas respeitar o preenchimento dos requisitos elencados no mesmo artigo<sup>171</sup>. Aliás, um dos principais requisitos que deve

---

<sup>170</sup> Para o preenchimento deste requisito deve ser junta uma declaração de contabilista certificado ou por revisor oficial de contas emitida há 30 dias ou menos (n.º 4 do art.6.º do RERE).

<sup>171</sup> É obrigatório conter no protocolo de negociação os seguintes elementos: a) Identificação das partes; b) prazo máximo acordado para as negociações, com o limite de três meses; c) o passivo total do devedor apurado de acordo com o disposto no n.º 3 do art.3.º, al. d), a responsabilidade pelos custos inerentes ao processo negocial; e) o acordo relativo à não instauração pelas partes, de processos judiciais de natureza

constar do presente protocolo é a declaração dos credores quanto à não instauração de processos de natureza judicial contra o devedor, ou seja, esta declaração permite que durante o período das negociações, inclusive o seu depósito, nenhum credor logre intentar qualquer ação executiva isoladamente contra o devedor.

Por outro lado, os requisitos elencados no n.º 2 do art.7.º do RERE e o seu posterior preenchimento permitem que as partes deliberem a confidencialidade a conferir ao acordo de negociação, salvo acordo unânime em contrário. Note-se que a confidencialidade não prejudica o direito de qualquer entidade integrante do acordo de reestruturação obter uma cópia dos documentos arquivados na Conservatória do Registo Comercial (n.º 5 do art.8.º do RERE).

Durante o prazo das negociações<sup>172</sup> - <sup>173</sup> qualquer credor do devedor tem legitimidade para, a todo o tempo, aderir ao protocolo de negociação, através de uma declaração de adesão (art.7.º, n.º 5, do RERE)<sup>174</sup>.

Contudo, o protocolo de negociação pode ser alterado apenas e através de protocolo de alteração (art.7.º, n.º 7, do RERE), mediante requerimento com consentimento de todas as partes que o subscreveram inicialmente ou que posteriormente a ele tenham aderido.

### **2.3.2 Acordo de reestruturação**

Nos termos do art.19.º, n.º 1, do RERE, o conteúdo do acordo<sup>175</sup> é fixado livremente pelas partes, compreendendo as medidas destinadas à recuperação do

---

executiva contra o devedor no decurso do prazo acordado para as negociações; a data e as assinaturas reconhecidas das partes. O n.º 3 do art.7.º do RERE acrescenta ainda que é obrigatório: a) a certidão do registo comercial do devedor ou o código de acesso online e estatutos (se aplicável); b) documentos de prestação de contas do devedor dos últimos três exercícios; c) declaração detalhada quanto ao passivo do devedor; d) lista de todos os processos judiciais e arbitrais nos quais o devedor seja parte; e) justificação para a não apresentação de algum dos documentos mencionados, se não forem apresentados com o protocolo de negociação.

<sup>172</sup> No decurso das negociações caso o devedor seja declarado insolvente, as mesmas encerram-se automática e imediatamente.

<sup>173</sup> O art.6.º, n.º 4, do RERE acrescenta que o prazo das negociações resultantes do protocolo de negociação não pode exceder três meses contados desde a data em que for requerido o depósito do protocolo junto da Conservatória do Registo Comercial.

<sup>174</sup> Segundo o n.º 6 do art.7.º do RERE, “*apenas se admitem adesões integrais ao protocolo de negociação, considerando-se não escritas as adesões parciais ou sujeitas a condição, bem como as adesões que incidam apenas sobre parte dos créditos que o credor detém sobre o devedor.*”.

<sup>175</sup> Nos termos do n.º 1 do art.21.º do RERE, “*a existência e conteúdo do acordo de reestruturação é confidencial, salvo se as partes acordarem expressamente no texto do acordo (em todo ou em parte) em*

devedor, nomeadamente os termos da reestruturação da atividade económica deste, do seu passivo, da estrutura legal, dos novos financiamentos a conceder a este e das novas garantias a prestar ao mesmo. É igualmente acompanhado de uma declaração emitida por um Revisor Oficial de Contas, atestando que o devedor não se encontra em situação de insolvência, tendo em conta o disposto nos nrs.º 1 a 3 do art.3.º do CIRE, e ainda certificando o passivo total deste, apurado de acordo com o disposto no n.º 3 do art.3.º do RERE. (art.19.º do RERE e ainda art.8.º, n.º 1, al. g), da Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho (COM (2016) 723 final<sup>176</sup>).

O legislador prevê ainda que a acompanhar o acordo deve constar uma lista de todas as ações judiciais em curso contra o devedor causadas por entidades que sejam parte do mesmo, de modo a que este produza efeitos processuais sobre os processos decorrentes (art.19.º, n.º 2, al. b), do RERE).

Contudo, o presente acordo pode incidir sobre a totalidade ou parte dos créditos que sejam detidos pelos credores nele participantes, sendo que só produzem efeitos nos direitos de crédito nele consagrados de que sejam titulares os credores que o subscreverem<sup>177</sup>, já que os direitos de crédito de terceiros não participantes no acordo não se alteram.

Acresce que, o legislador visa permitir que as partes beneficiem do poder de optar pelo acordo que melhor satisfaz os interesses dos credores sem consequente prejuízo da recuperação económica do devedor, caso contrário poderia colocar em causa o princípio da autonomia privada, bem como o sucesso da sua recuperação.

No que concerne à forma do acordo, encontra-se elucidada no art.20.º, n.º 1, do RERE, que este deve ser reduzido a escrito e o seu conteúdo integralmente aceite, ainda que através de termo de adesão, sendo indispensável o reconhecimento da assinatura por parte dos subscritores.

---

*conferir-lhe publicidade*”. Acresce que a confidencialidade do presente acordo cessa na medida para efeitos de extinção dos processos judiciais como previsto no art.25.º e comunicação à AT como previsto no art.27.º do RERE (n.º 2 do art.21.º do RERE).

<sup>176</sup> In <https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2016/PT/COM-2016-723-F1-PT-MAIN-PART-1.PDF> (consultado pela última vez em 28 de outubro de 2018), p. 47.

<sup>177</sup> No caso de o devedor ser subscrito por 1/3 do total dos créditos com direito de voto e deste modo recolher 2/3 da totalidade dos votos emitidos e metade destes corresponderem a créditos não subordinados, este pode iniciar um PER com vista à homologação judicial do acordo submetido ao RERE.

De igual modo que, a nosso ver, os titulares de garantias sobre as obrigações do devedor ou condevedores devem assinar o conteúdo do acordo de reestruturação, implicando a necessidade do reconhecimento das suas assinaturas.

Assim, o art.22.º do RERE estabelece que alcançado o acordo e igualmente assinado pelas partes, este encontrar-se-á sujeito a depósito eletrónico na Conservatória do Registo Comercial<sup>178-179</sup>, conforme requerimento do devedor ou de qualquer credor, segundo o Processo Especial de Depósito do RERE.

### **2.3.2.1 Efeitos do acordo**

Quanto aos efeitos do acordo e nos termos do art.23.º n.º 1, do RERE, estes produzem efeitos entre o devedor e cada um dos credores após o depósito do acordo na Conservatória do Registo Comercial, constituindo título executivo relativamente às obrigações pecuniárias assumidas pelo devedor.

Acresce que a produção dos efeitos do acordo de reestruturação é apenas vindouro<sup>180</sup>, tendo impacto no âmbito das garantias, processuais, societários e fiscais e que analisaremos seguidamente.

#### **2.3.2.1.1 Efeitos sobre as garantias e *new money***

No presente caso, se o acordo de reestruturação influenciar as garantias pré-existentes, é imprescindível que o consentimento dos seus beneficiários conste em anexo ao acordo. Contudo, para a constituição de novas garantias ou modificações às garantias prestadas pelo devedor, não se exige a necessidade de anexar ao acordo, embora, haja essa hipótese.

---

<sup>178</sup> O depósito do acordo na Conservatória do Registo Comercial determina a suspensão (apenas quanto aos credores que são parte no acordo) dos processos executivos, que respeitem a créditos incluídos no acordo, e dos processos de insolvência desde que a mesma não tenha sido declarada, *in* PLMJ Advogados, SP, RL, - Nota Informativa (2018), Reestruturação & Contencioso Financeiro – *O Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE)*, p.2, *in* [https://www.plmj.com/xms/files/newsletters/2018/Marco/O\\_Regime\\_Extrajudicial\\_de\\_Recuperacao\\_de\\_Empresas.pdf](https://www.plmj.com/xms/files/newsletters/2018/Marco/O_Regime_Extrajudicial_de_Recuperacao_de_Empresas.pdf) (consultado pela última vez em 21 de outubro de 2018).

<sup>179</sup> Nos termos do n.º 3 do art.22.º do RERE, o acordo de reestruturação que seja depositado nos termos do n.º 1 do mesmo artigo é automaticamente comunicado à Autoridade Tributária, mediante via eletrónica, nos termos do Processo Especial de Registo do RERE.

<sup>180</sup> Cfr. Art.23.º, n.º 2 do RERE.

Acresce que para a formalização destas garantias é necessário que as mesmas observem as regras gerais que lhe sejam aplicáveis, conforme consta do art.24.º do RERE.

No entanto, o art.28.º do RERE estabelece que se o devedor for declarado insolvente na execução do acordo de reestruturação, em regra geral, os negócios jurídicos que hajam compreendido a disponibilização ao devedor de novos créditos pecuniários e a constituição, por este, de garantias respeitantes a tais créditos pecuniários são considerados insuscetíveis de resolução em benefício da massa insolvente, desde que os negócios jurídicos se encontrem expressamente previstos no acordo de reestruturação ou no protocolo de negociação.

#### **2.3.2.1.2 Efeitos Processuais**

No que concerne aos efeitos processuais elencados no art.25.º do RERE, o depósito do acordo de reestruturação junto da Conservatória do Registo Comercial implica a imediata extinção dos processos judiciais declarativos, executivos ou de natureza cautelar, que se refiram a créditos incluídos no acordo, bem como dos processos de insolvência, salvo se a mesma ainda não tenha sido declarada, mas que hajam sido instaurados contra o devedor por entidade que seja parte no acordo de reestruturação.

Para reforçar a contingência destes efeitos, acrescenta-se que nos casos em que hajam sido instaurados processos por mais do que uma entidade, estes só se produzem relativamente às entidades acordantes (art.25.º, n.º 2, do RERE).

Segundo CATARINA SERRA, o tipo e a finalidade da ação deixam de ser relevantes no regime do acordo<sup>181</sup>, visto que o n.º 1, do art.25.º, do RERE determina que com a exceção dos processos laborais, os processos em curso, nomeadamente os que respeitam a créditos incluídos no acordo, extinguem-se imediatamente, sejam eles declarativos, executivos ou cautelares. A autora acrescenta ainda que no art.25.º, n.º 1,

---

<sup>181</sup> De acordo com CATARINA SERRA, é admitido no art.25.º, n.º 1, do RERE, que o acordo possa conter uma regra diferente da legalmente prevista, o que significa que a norma tem caráter supletivo. Além disso, o facto de as partes conseguirem determinar um destino alternativo para os processos permite, que as mesmas disponham, no acordo, que os processos relativos a créditos que necessitem de definição jurisdicional não se extingam e possam continuar, *in* SERRA, Catarina (2018), *Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas – Análise (e) Crítica*, Coimbra, Almedina, p.130.

do RERE, fala-se em “*processos judiciais declarativos, executivos ou cautelares*”, contrariamente ao art.11.º, n.º 2, do RERE fala-se em “*ações executivas para pagamento de quantia certa*” e “*ações destinadas a exigir o cumprimento de ações pecuniárias*”, o que leva a querer que os efeitos processuais do acordo tenham maior alcance do que os efeitos processuais do regime da negociação<sup>182</sup>.

Embora o n.º 3 do art.25.º do RERE manifeste a exclusão dos processos laborais (declarativos, executivos ou cautelares), os mesmos não cessam nem suspendem face ao acordo de reestruturação, salvo convenção em contrário.

Resulta ainda do mesmo artigo que compete ao Conservador do Registo Comercial comunicar no prazo de 3 dias úteis o depósito do acordo de reestruturação aos processos judiciais identificados na lista de processos judiciais anexa ao mesmo, informando-os do respetivo depósito.

#### **2.3.2.1.3 Efeitos Fiscais e Societários**

Como se referiu, o depósito do acordo produz igualmente efeitos fiscais, desde que compreenda a reestruturação de créditos correspondentes a pelo menos 30% do total do passivo não subordinado do devedor, conferindo às partes nos termos do art.27.º do RERE os benefícios fiscais<sup>183</sup> aplicáveis aos processos de insolvência nos arts.268.º a 270.º do CIRE, designadamente em sede de IRS, IRC, IS e IMT.

Note-se que alguma das partes subscritoras do acordo podem requerer, de forma fundamentada, à AT este efeito fiscal, que pode ser aceite e consequentemente produza efeitos ainda que a percentagem total do passivo não subordinado não seja inferior a 30%.

---

<sup>182</sup> *Idem ibidem*, p.130.

<sup>183</sup> Conforme resulta do art.2.º, n.º 1, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os benefícios fiscais são “*medidas de carácter excecional instituídas para tutela de interesses públicos extrafiscais relevantes que sejam superiores aos da própria tributação que impedem*”. Além disso, originam sempre a perda de receitas fiscais, constituindo, verdadeiras “despesas fiscais” (art.2.º, n.º 3, do Estatuto dos Benefícios Fiscais). Segundo CATARINA SERRA, “*se o legislador os consagrou é porque considerou que os interesses públicos relacionados com a recuperação de empresas e o desenvolvimento da economia deviam prevalecer sobre os interesses públicos de natureza exclusivamente patrimonial ou financeira do Estado e entidades equiparadas*”, in SERRA, Catarina (2018), *Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas – Análise (e) Crítica*, Coimbra, Almedina, p.132.

Porém, os credores que detenham créditos subordinados do devedor, apenas podem beneficiar dos pressupostos previstos nos art.268.º a 270.º do CIRE, mediante autorização específica da AT, a pedido do credor ou do devedor.

Em relação aos benefícios fiscais, nomeadamente no âmbito do RERE, não se prevê pelo disposto do art.27.º, n.º 3, do RERE que o seu reconhecimento seja automático, embora se exija que o acordo deva ser acompanhado de uma declaração emitida por revisor oficial de contas a certificar que o acordo compreende a reestruturação dos créditos correspondentes a, pelo menos, 30% do total do passivo não subordinado e que, em virtude daquele, a situação financeira da empresa fique mais equilibrada, seja pelo aumento da proporção do ativo sobre o passivo, ou pelos capitais próprios do devedor serem superiores ao capital social.

Contrariamente, no processo de insolvência, e no entendimento de CARLOS PAIVA e MÁRIO JANUÁRIO<sup>184</sup>, o reconhecimento destes benefícios fiscais é reconhecido automaticamente e não depende de procedimentos administrativos para o seu reconhecimento por parte da Autoridade Tributária, uma vez que é ao tribunal que compete reconhecer a isenção no caso de venda judicial, e por outro lado, ao notário no caso de venda extrajudicial.

Relativamente à produção dos efeitos societários, resultantes do acordo de reestruturação, esta torna-se visível desde que as modificações dos estatutos sejam concretizadas com as formalidades necessárias para a sua execução, ou seja, o depósito do acordo junto da Conservatória não é suficiente para que o registo à modificação seja possível (art.26.º do RERE).

### **2.3.2.2 Articulação com o PER**

Nos termos do art.29.º do RERE, o legislador consagra uma breve articulação entre o RERE e o PER.

Assim, em resultado do acordo de reestruturação e subscrição dos credores que representem pelo menos um terço do total dos créditos e detenham dois terços da totalidade dos votos emitidos, correspondentes a créditos não subordinados, a empresa

---

<sup>184</sup> PAIVA, Carlos e JANUÁRIO, Mário (2014), “*Os Benefícios Fiscais nos Impostos Sobre o Património*”, Coimbra, Almedina, p.155.



pode iniciar um PER com vista à homologação judicial do acordo de reestruturação. Neste caso deve-se certificar que o acordo cumpre o previsto no n.º 4 do art.17.º-I do CIRE, ou seja, que o requisito do quórum está assegurado.

Segundo MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO na eventualidade do processo de homologação ser aprovado pelo juiz os credores ficariam relacionados, independentemente de aqueles não serem inerentes às negociações. Com isto, os credores deveriam ser notificados da sentença conforme o art.37.º do CIRE, bem como da sua publicitação e registo de acordo com o art.38.º do CIRE.

No nosso entendimento, a publicação da homologação no portal *Citius* só deveria ser efetuada quando o acordo de reestruturação o consentisse. Assim sendo, e em conformidade com os objetivos consagrados pelo legislador, cumpríamos, particularmente, o princípio da confidencialidade<sup>185</sup>.

## **2.4 RERE versus PER**

Ao longo do presente estudo temos observado inúmeras semelhanças e diferenças entre o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas e o Processo Especial de Revitalização.

Primeiramente, pode-se afirmar que em ambos os regimes é necessário que o devedor requerente se encontre em situação económica difícil ou em situação de insolvência iminente, mas enquanto o PER pode ser utilizado por qualquer empresa, o RERE apenas pode ser requerido pelos devedores previstos no art.2.º, n.º 1, do CIRE, salvo as pessoas singulares não titulares de empresa e empresas previstas no art.2.º, n.º 2, do CIRE. Aliás, o RERE pode igualmente ser utilizado por devedores que se encontrem em situação de insolvência após um período transitório de 18 meses desde a data de entrada do regime.

Em segundo lugar, os dois regimes procedem da vontade conjunta do devedor e dos credores titulares de créditos não subordinados, sendo que no PER essa vontade é apresentada pelo devedor e credores titulares de, pelo menos, 10% dos créditos não

---

<sup>185</sup> De acordo com o art.21.º, n.º 1, do RERE, “a existência e conteúdo do acordo de reestruturação é confidencial, salvo se as partes acordarem expressamente no mesmo em conferir-lhe publicidade, no todo ou em parte”.

subordinados, ao invés do RERE que exige 15% dos créditos não subordinados do passivo do devedor.

Por outro lado, é permitido tanto no PER como no RERE a intervenção de todos os credores, embora no PER o plano de recuperação vincule todos os credores, mesmo aqueles que não o aprovaram, no RERE os direitos de crédito e as respetivas garantias dos credores apenas podem ser afetados caso os respetivos titulares façam parte no acordo.

Além disso, determina-se nos dois regimes o impedimento de o devedor praticar atos de especial relevo durante o período das negociações, sendo que no PER essa prática de atos é possível através do consentimento do AJP, ao contrário do RERE que é permitida no protocolo de negociação ou até por todos os credores através do comité de credores.

Por último, é admitido em ambos os regimes a obtenção de benefícios fiscais em sede de IRC, IMT e Imposto de Selo, mas, no PER esses benefícios fiscais encontram-se subordinados apenas ao disposto dos arts. 268.º a 270.º do CIRE, enquanto, no RERE, esses benefícios só são admitidos no caso de o acordo de reestruturação compreender a reestruturação de créditos de, pelo menos, 30% do total do passivo não subordinado do devedor.

Aliás, é permitido à Autoridade Tributária, mediante requerimento de algum dos subscritores do acordo de reestruturação, consentir que este produza os efeitos previstos nos arts. 268.º a 270.º do CIRE.

### **3. O Estatuto do Mediador de Recuperação de Empresas**

No seguimento do novo Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE), surgiu a criação do Mediador de Recuperação de Empresas como figura fundamental para melhorar a taxa de sucesso dos respetivos processos de reestruturação empresarial, nomeadamente através da adoção de medidas reservadas à recuperação de empresas em dificuldade, favorecendo especialmente o recurso a instrumentos de negociação extrajudicial.

Assim, em conformidade com o Programa Capitalizar e em articulação com outras medidas já aprovadas, foi aprovado pela Lei n.º 6/2018, de 22 de fevereiro, o estatuto do mediador de recuperação de empresas (Estatuto do MDR)<sup>186</sup>.

De acordo com o art.2.º do presente estatuto, o mediador é a pessoa incumbida de prestar assistência a uma empresa devedora que, de acordo com o previsto no CIRE, se encontre em *situação económica difícil* ou em *situação de insolvência iminente*, designadamente em negociações com os seus credores com vista a alcançar um acordo extrajudicial de reestruturação para a sua recuperação.

Além disso, o legislador estabeleceu nos termos do art.18.º do estatuto do MRE que compete ao mediador analisar a situação económico-financeira do devedor, pelo que entendemos ser este quem melhor se adequa para auxiliar a empresa na elaboração de uma possível proposta de acordo de reestruturação.

### **3.1 Requisitos gerais**

Nos termos do art.3.º do Estatuto do MRE, encontram-se estabelecidos os requisitos específicos para capacitar alguém a exercer as funções de mediador de recuperação de empresas.

Logo, o acesso à atividade de mediador deve respeitar os seguintes requisitos<sup>187</sup>:

a) *“Ter uma licenciatura e experiência profissional adequada ao exercício da atividade com um mínimo de 10 anos em funções de administração ou direção ou gestão de empresas, auditoria económico-financeira ou reestruturação de créditos”*<sup>188</sup>;

b) *Frequentar com aproveitamento ação de formação em mediação de recuperação de empresas, nos termos a definir por portaria dos membros do*

---

<sup>186</sup> PLMJ Advogados, SP, RL (2018), Nota Informativa – Recuperação de Crédito – *Estatuto do Mediador de Recuperação de Empresas*, in [https://www.plmj.com/xms/files/newsletters/2018/Fevereiro/Estatuto\\_do\\_Mediador\\_de\\_Recuperacao\\_de\\_Empresas.pdf](https://www.plmj.com/xms/files/newsletters/2018/Fevereiro/Estatuto_do_Mediador_de_Recuperacao_de_Empresas.pdf) (consultado pela última vez em 30 de outubro de 2018).

<sup>187</sup> Cfr. Art.3º, nrs.º 1 e 2, do Estatuto do MRE.

<sup>188</sup> De acordo com o n.º 2 do art.3.º do Estatuto dos Administradores Judiciais (Lei n.º 22/2013, de 26 de fevereiro) “*considera-se licenciatura e experiência profissional adequadas ao exercício da atividade aquelas que, apreciadas conjuntamente, atestem a existência de formação de base e experiência do candidato na generalidade das matérias sobre que versa o exame de admissão*”.

*Governo responsáveis pelas áreas da justiça e da economia, ministrada por entidade certificada pela Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ);*

*c) Não se encontrar em nenhuma situação de incompatibilidade para o exercício da atividade;*

*d) Ser pessoa idónea para o exercício da atividade de mediador (conceito de idoneidade previsto no art.5.º do Estatuto do MRE). ”*

No entanto, o n.º 3 do art.3.º do presente Estatuto estabelece que de igual forma podem os administradores judiciais<sup>189</sup> e os revisores oficiais de contas exercer funções de mediador de recuperação de empresas salvo se estiverem inscritos no IAPMEI, I.P.<sup>190</sup> e que frequentem e obtenham com aproveitamento a ação de formação em mediação de recuperação de empresas, ministrada por entidade certificada pela DGPJ.

### **3.2 Nomeação do Mediador**

Conforme dispõe o art.14.º, n.º 2, do Estatuto do MRE, o devedor interessado na intervenção de mediador de recuperação de empresas<sup>191</sup> deve apresentar requerimento eletrónico junto do IAPMEI, I.P., acompanhado da informação empresarial simplificada dos últimos três anos.

Deste modo, o IAPMEI, I.P. no prazo de cinco dias a contar da receção do pedido deve nomear um mediador que conste das listas oficiais de mediadores de recuperação de empresas.

A referida nomeação atenta a um fator fundamental, ou seja, o fator geográfico da sede da empresa que solicite a nomeação, pois o IAPMEI, I.P. irá consultar a lista de

---

<sup>189</sup> No entendimento de A. BARRETO MENEZES CORDEIRO, “*parte considerável do conteúdo do Estatuto do Mediador de Recuperação de Empresas encontra a sua inspiração no Estatuto do Administrador Judicial.*”, in CORDEIRO, A. Barreto Menezes (2017), *Resposta à consulta pública relativa ao projeto de proposta de lei que estabelece o Estatuto do Mediador de Recuperação de Empresas*, in “Revista de Direito das Sociedades - Consulta Pública do Programa Capitalizar”, Ano IX – Número I, Coimbra Almedina, p.162.

<sup>190</sup> O IAPMEI, I.P. assume um papel essencial em todo o Estatuto do Mediador de Recuperação de Empresas, desde a sua nomeação até ao regime sancionatório previsto nos artigos 23.º e seguintes, in CORDEIRO, A. Barreto Menezes (2017), *Resposta à consulta pública relativa ao projeto de proposta de lei que estabelece o Estatuto do Mediador de Recuperação de Empresas*, in “Revista de Direito das Sociedades - Consulta Pública do Programa Capitalizar”, Ano IX – Número I, Coimbra Almedina, p.162.

<sup>191</sup> Nos termos do art.16º, n.º 1, do Estatuto do MRE, a intervenção do mediador é facultativa – princípio da voluntariedade, uma vez que ocorre sempre por iniciativa da empresa interessada.

mediadores de recuperação de empresas do centro de apoio empresarial da zona geográfica da sede do requerente.

Regra geral, a nomeação do mediador é efetuada por ordem sequencial da lista, voltando o último a ser nomeado quando todos os anteriores hajam sido nomeados.

Com efeito, o IAPMEI, I.P. pode não seguir a ordem sequencial da lista de mediadores relativa à zona geográfica da sede da empresa caso se observe os factos do n.º 6 do art.14.º do Estatuto. Neste sentido, o IAPMEI, I.P., em conformidade com o disposto no n.º 5 do art.4.º do Estatuto, pode designar um mediador que considere deter a experiência e meios adequados de entre aqueles que se seguem na ordem da lista, mas não necessariamente aquele que imediatamente se segue.

Importa salientar que, se o mediador recusar a nomeação por parte do IAPMEI, I.P., este não pode voltar a ser nomeado até que a ordem de nomeação volte à sua posição na lista, salvo se a recusa se fundamente no referido do n.º 3 do art.13.º do Estatuto. A presente recusa fundamenta-se em particularmente em três razões, ou seja, primeiramente no caso de o mediador considerar que não dispõe de tempo adequado face ao desenrolamento de outros processos de mediação em que esteja envolvido; seguidamente na inexistência de meios, tendo em conta as características da empresa; e por último, no facto de ocorrerem alguma das situações de impedimento ou de incompatibilidade previstos na lei.

### ***3.2.1 Listas Oficiais de Mediadores de Recuperação de Empresas***

Nos termos do art.6.º n.º 1, do Estatuto do MRE, cada Centro de Apoio Empresarial que o IAPMEI, I.P. dispõe deve conter uma lista pública de mediadores de recuperação de empresa que intervêm na sua zona de jurisdição.

Como tal, o n.º 4 do art.6, do Estatuto do MRE determina que a inscrição nas listas oficiais não investe os inscritos na qualidade de agente, nem garante o pagamento de qualquer remuneração por parte do IAPMEI, I. P., ou de qualquer outra entidade pública, com exceção do previsto no n.º 5 do artigo 22.º. Além do mais, a inscrição deve ser solicitada ao IAPMEI, I.P., nomeadamente por meios eletrónicos e mediante requerimento acompanhado dos elementos aludidos no art.7.º do mesmo estatuto.

Contudo, o legislador estabelece no art.16.º, n.º 1, do Estatuto do MRE que na eventualidade de o mediador integrar uma sociedade de auditoria, consultoria ou outra pessoa coletiva, a aludida lista deve indicar a qualidade do mediador<sup>192</sup>, bem como a sua identificação.

---

<sup>192</sup> O mediador no exercício das suas funções deve cumprir os deveres em conformidade com o previsto no art.13.º do Estatuto do MRE.

## **CAPÍTULO IV- O PAPEL DA GESTÃO NA RECUPERAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE EMPRESAS COMERCIAIS**

### **1. Nota Introdutória**

Antes de iniciarmos o presente capítulo importa aludir que, no seio do tecido empresarial, são cada vez mais as empresas que entram em dificuldades, levando a que estas fiquem em situação de pré-insolvência, seja pelo facto de já não serem viáveis ou até mesmo pelo aumento da concorrência.

Desta forma, a gestão empresarial tem assumido um papel importantíssimo, nomeadamente no processo especial de revitalização, uma vez que os gestores da empresa devem primordialmente manter a atividade corrente do estabelecimento.

Como tal, os deveres que assistem os profissionais da administração de empresas não advêm apenas com o início do referido processo, ou seja, na generalidade antecedem-no e posteriormente prolonga-se em sede de recuperação de empresas.

Importa salientar que a utilização do processo especial de revitalização acarreta determinados benefícios, nomeadamente por ser uma das principais ferramentas de gestão a nível da reestruturação financeira empresarial.

Tendo em conta o papel da gestão durante o processo de recuperação, achamos por bem proceder a uma análise crítica de alguns documentos que retratam a evolução trimestral dos processos de falência, insolvência e recuperação de empresas nos tribunais judiciais de 1ª instância, antes e após a entrada do DL n.º 79/2017, de 30 de junho.

#### **1.1 A gestão da empresa no PER**

A gestão da empresa no âmbito do processo especial de revitalização não é tão linear, como aparenta, isto é, no que respeita a decisões que pela sua relevância pressupõem um grande impacto na empresa, é essencial a intervenção do administrador judicial provisório.

Além do mais, o administrador judicial provisório é um órgão que tem experiência em situações empresariais desta dimensão e sabe como preparar um mecanismo que permita à empresa não suspender a sua atividade. O papel do AJP na gestão da empresa é fundamental, uma vez que permite que a empresa através do PER

deixe de se preocupar com questões de dívidas ou até mesmo ameaças de pedido de insolvência por parte dos credores.

Em razão disso, o art.33.º, n.º 1, do CIRE estabelece que o administrador judicial provisório deve providenciar pela manutenção e preservação do património da empresa, bem como pela continuidade da exploração da empresa. Aliás, esta continuidade só deve acontecer caso se considere que a suspensão da atividade não seja vantajosa tanto para os credores como para a empresa.

Apesar do AJP intervir na gestão da empresa, salvo melhor opinião, não significa que esta fique excluída da mesma, pois nada melhor que a equipa de gestão que se encontra em funções e que conhece melhor a empresa para identificar as suas dificuldades e posteriores soluções para a sua revitalização.

Segundo PEDRO PINHEIRO, esta é uma diferença significativa face à situação de insolvência, uma vez que a manutenção da gestão tem de ser especificamente solicitada no âmbito do pedido de insolvência pela empresa e requerer deferimento do juiz<sup>193</sup>. Nesta situação, é importante assumir que a situação de dificuldade em que a empresa se encontra não advém de comportamentos dolosos por parte dos gestores, ao invés da situação de insolvência, que não se coloca em sede de PER qualquer consideração quanto à qualificação da insolvência.

Relativamente à gestão corrente da empresa existem duas situações aparentemente diferentes, mas na verdade são idênticas, ou seja, quando a empresa se encontra em PER esta fica impedida de praticar atos de especial relevo sem prévia autorização do AJP (art.17.º - E, n.º 2, do CIRE com remissão para o art.161.º do CIRE). Contrariamente ao processo de insolvência compete ao administrador de insolvência fiscalizar a administração da massa insolvente pela empresa, não prejudicando a manutenção do mesmo (art.226.º do CIRE).

---

<sup>193</sup> PINHEIRO, Pedro Montes, (2013) *Segunda Oportunidade, um guia prático para trazer empresas de volta à vida (O Processo Especial de Revitalização (PER) passo a passo com todos os detalhes que você precisa para fazer renascer o seu negócio)*, 1º Edição, Oficina do Livro, p. 103.



## **1.2 A importância dos sócios e dos gestores na gestão das sociedades comerciais**

De acordo com PAULO OLAVO CUNHA, a participação dos sócios na vida social e no exercício da atividade económica da sociedade depende evidentemente do tipo de sociedade envolvido.

Em razão disso, destaca-se que a importância dos gestores das empresas na administração da sociedade varia em relação à intervenção dos sócios no controlo dos negócios sociais, ou seja, no caso de grandes sociedades comerciais, nomeadamente sociedades anónimas, os administradores assumem uma importância significativa no desempenho da sociedade, sobretudo pela competência de gestão alargada. Note-se que, distintamente, no caso de sociedades por quotas, existe uma reduzida autonomia dos gerentes das mesmas<sup>194</sup>.

Na verdade, PAULO OLAVO CUNHA admite que se compararmos os termos do art.405.º, n.º 2, do CSC com os termos do art.259.º do CSC, concluímos que, por um lado, os acionistas apenas intervêm em matéria de gestão, salvo se estiver legal ou contratualmente previsto ou expressamente solicitada, pela administração, a sua participação no processo decisório respeitante a atos de administração, no domínio das sociedades por quotas, enquanto que os gerentes devem praticar os atos que forem necessários ou convenientes para a realização do objeto social, respeitando as deliberações dos sócios (art.259.º, n.º 2, do CSC), ou seja, os sócios apenas podem dar-lhes instruções sobre o modo como administrar a sociedade<sup>195</sup>.

Entre outros aspetos, salienta-se que em ambos os tipos de sociedades<sup>196</sup>, o equilíbrio entre o órgão de gestão e o coletivo dos sócios é igualmente notável, uma vez que aos gestores é reconhecido um papel fundamental, nomeadamente quanto a decisões da sociedade.

---

<sup>194</sup> CUNHA, Paulo Olavo (2014), *Os deveres dos gestores e dos sócios no contexto da revitalização de sociedades*, in “II Congresso de Direito da Insolvência”, Coimbra, Almedina, p.212.

<sup>195</sup> *Idem ibidem*, p. 213.

<sup>196</sup> Nestes tipos de sociedades, a gestão é exercida particularmente por quem não é acionista.

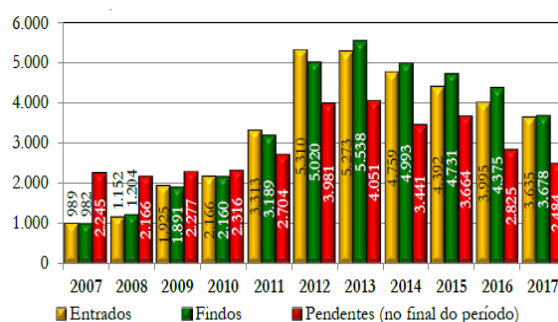
## 2. Estatísticas dos processos de falência, insolvência, recuperação de empresas, processos especiais de revitalização e processos especiais para acordo de pagamento nos tribunais judiciais de 1ª instância

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho, decorreram significativas alterações no âmbito dos processos de falência, insolvência, recuperação de empresas e processos especiais de revitalização.

De tal modo que pretendeu-se reforçar a transparência e a credibilização do processo especial de revitalização enquanto instrumento de recuperação, criando-se um PER dirigido principalmente às empresas.

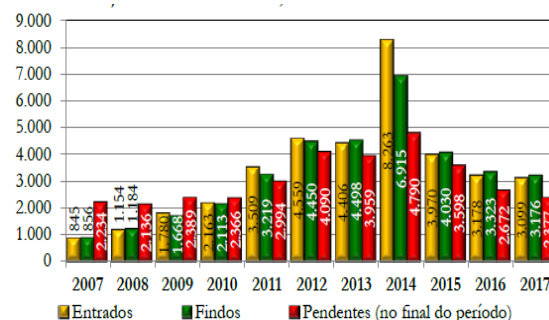
No entanto, essas medidas refletiram-se no tecido empresarial português, como se pode observar pelos dados estatísticos relativos ao 2.º trimestre<sup>197</sup> e 3.º trimestre<sup>198</sup> de 2017, disponibilizados pela Direção-Geral da Política de Justiça que de seguida analisaremos.

Assim, podemos verificar através dos dados estatísticos relativos aos processos de falência, insolvência, recuperação de empresas e processos especiais de revitalização que no terceiro trimestre de 2017, o número de processos entrados diminuiu, face ao registado no segundo trimestre de 2017.



**Figura 1** - Processos de falência, insolvência e recuperação de empresas nos tribunais de 1ª instância, 2º trimestre

**Fonte:** Destaque Estatístico Trimestral – 2.º Trimestre, DGPJ (2017), p.1



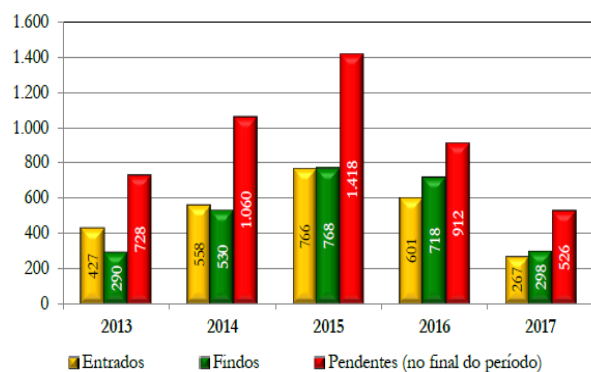
**Figura 2** - Processos de falência, insolvência e recuperação de empresas nos tribunais de 1ª instância, 3º trimestre

**Fonte:** Destaque Estatístico Trimestral – 3º Trimestre, DGPJ (2017), p.1

<sup>197</sup> [http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej\\_pt/destaques4485/estatisticas-trimestrais9009/downloadFile/file/Insolvencias\\_trimestral\\_20171024.pdf?nocache=1509451059.47](http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485/estatisticas-trimestrais9009/downloadFile/file/Insolvencias_trimestral_20171024.pdf?nocache=1509451059.47) (consultado em 31-10-2018).

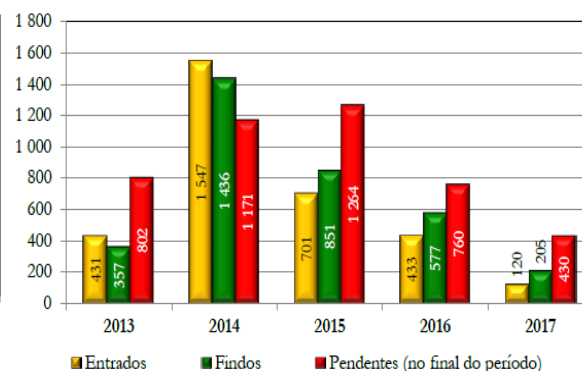
<sup>198</sup> [http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej\\_pt/destaques4485/estatisticas-trimestrais4806/downloadFile/file/Insolvencias\\_trimestral\\_20171030\\_002.pdf?nocache=1517399798.64](http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485/estatisticas-trimestrais4806/downloadFile/file/Insolvencias_trimestral_20171030_002.pdf?nocache=1517399798.64), (consultado em 31-10-2018).

Quanto ao movimento dos processos especiais de revitalização<sup>199</sup> nos tribunais de 1ª instância, podemos verificar no 3.º trimestre, com a observação da figura 4 que entraram 120 processos (menos 147 que no 2.º trimestre de 2017), tendo findado 205 (menos 93 que no 2.º trimestre de 2017). No final do 3.º trimestre de 2017, encontravam-se pendentes 430 destes processos (menos 96 que no final do 2.º trimestre de 2017).



**Figura 3** - Processos Especiais de Revitalização nos tribunais judiciais de 1ª instância, 2º trimestre

**Fonte:** Destaque Estatístico Trimestral – 2º Trimestre, DGPI (2017), p.5



**Figura 4** - Processos Especiais de Revitalização nos tribunais judiciais de 1ª instância, 3º trimestre

**Fonte:** Destaque Estatístico Trimestral – 3º Trimestre, DGPI (2017), p.5

A duração média dos processos especiais de revitalização no 3.º trimestre de 2017 consistia em 185,0 dias (correspondendo a cerca de 6 meses e 5 dias), mantendo-se idêntica à do 2.º trimestre de 2017, em que essa duração consistia em 184,8 dias (cerca de 6 meses e 5 dias).

Relativamente aos termos dos processos especiais de revitalização no 2.º trimestre de 2017 podemos verificar que 45,5% destes processos terminaram por acordo e 54,5% terminaram por outros motivos. Por outro lado, no terceiro trimestre de 2017, podemos constatar que houve um acréscimo de 0,7% relativo aos processos findos por acordo, contrariamente aos processos findos por outros motivos, em que se verificou um decréscimo de 0,7%.

<sup>199</sup> Estes processos apenas existem desde 20 de maio de 2012, resultantes da Lei n.º 16/2012, de 20 de abril.



**Figura 5** – Termos dos processos especiais de revitalização no 2º trimestre de 2017

**Fonte:** Destaque Estatístico Trimestral – 2º Trimestre, DGPI (2017), p.5



**Figura 6** - Termos dos processos especiais de revitalização no 3º trimestre de 2017

**Fonte:** Destaque Estatístico Trimestral – 3º Trimestre, DGPI (2017), p.5

No que respeita ao tipo de pessoas envolvidas nos processos especiais de revitalização, no 3.º trimestre de 2017 (figura 8), as empresas de direito privado correspondia a uma proporção de 69,0% do total de processos (mais 4% do que no 2.º trimestre de 2017 (figura 7)), enquanto as pessoas singulares correspondiam a uma proporção de 30,4% desse total (menos 4,1% do que no 2.º trimestre de 2017).



**Figura 7** - Tipo de pessoa envolvida nos processos especiais de revitalização no 2º trimestre de 2017

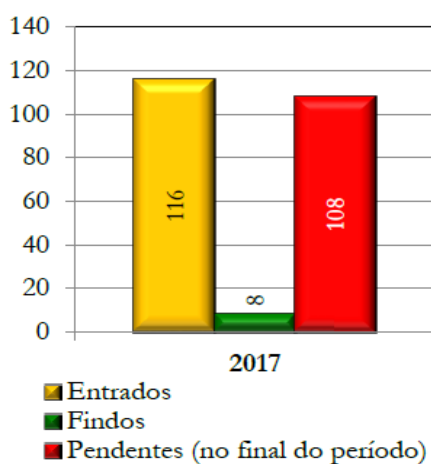
**Fonte:** Destaque Estatístico Trimestral – 2º Trimestre, DGPI (2017), p.5



**Figura 8** - Tipo de pessoa envolvida nos processos especiais de revitalização no 3º trimestre de 2017

**Fonte:** Destaque Estatístico Trimestral – 3º Trimestre, DGPI (2017), p.5

Quanto aos processos especiais para acordo de pagamento<sup>200</sup> nos tribunais judiciais de 1ª instância, podemos verificar através da figura 9 que no 3.º trimestre de 2017, entraram 116 processos, sendo que apenas 8 findaram. No final do 3.º trimestre haviam ainda 108 processos pendentes.



**Figura 9** – Processos especiais para acordo de pagamento nos tribunais judiciais de 1ª instância, 3º trimestre

**Fonte:** Destaque Estatístico Trimestral – 3º Trimestre, DGPJ (2017), p. 6

---

<sup>200</sup> Estes processos apenas existem desde 1 de julho de 2017, em resultado do Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho.

## **CONCLUSÃO**

A Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, introduziu no ordenamento jurídico português um instrumento – o PER - que se afigurava, predominantemente, extrajudicial e visava a recuperação do devedor, em casos de pré-insolvência. De certo modo, pretendia-se permitir ao devedor a sua recuperação sem a consequência de o mesmo ser declarado insolvente.

Este instrumento caracteriza-se pela sua natureza híbrida, mediante uma componente extrajudicial desenvolvida quer pelo AJP, quer pelo juiz. Sendo que a intervenção do Juiz é, por norma ocasional.

O PER é um processo urgente, ou seja, célere e face à sua elevada flexibilidade tornou-se um verdadeiro caso de sucesso.

Em 2017 o legislador entendeu proceder a algumas alterações significativas face às controvérsias, quer jurisprudenciais, quer doutrinárias, à época existentes quanto à sua aplicabilidade subjetiva.

Além disso, as empresas continuavam a apresentar uma forte dependência de financiamento externo, o que permitia concluir pela sua não aptidão para se capitalizarem autonomamente.

O Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho, aprovou, assim, um conjunto de alterações ao CIRE e ao CSC, com vista a também adaptar a legislação da insolvência ao Regulamento Europeu, o qual favorece a recuperação e revitalização de empresas viáveis (Regulamento (UE) 2015/848 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de maio de 2015), embora a sua execução ainda padeça, em nosso entender, de alguns ajustes respeitantes à nossa realidade.

Com a reforma de 2017, concluímos que as principais alterações no âmbito do PER dizem respeito ao seu acesso, isto é, só pode ser utilizado por qualquer empresa (art.5.º do CIRE) que, mediante declaração escrita e assinada, ateste que reúne as condições necessárias para a sua recuperação e apresente declaração subscrita, há não mais de trinta dias, por contabilista certificado ou por revisor oficial de contas, sempre que a revisão de contas seja legalmente exigida, atestando que não se encontra em situação de insolvência atual (art.17.º-A, n.º 2, do CIRE).

Desta forma, entendemos que a referida declaração leva a que seja conferida uma maior credibilidade à situação económico-financeira da empresa, evitando até certo ponto o abuso na utilização deste mecanismo legal.

Na verdade, tanto o contabilista certificado como o revisor oficial de contas são profissionais com competências necessárias para averiguar se a empresa pode ou não ser recuperável.

Acreditamos ainda que a nova reforma mostrou-se favorável particularmente no âmbito de aplicação subjetiva deste instrumento a empresas, pondo termo à controvérsia existente quer na doutrina, quer na jurisprudência, e prevalecendo o entendimento de não ser aplicável a pessoas singulares não titulares de empresa, uma vez que não se justificava que estas recorressem ao PER.

Neste sentido, e embora não exista um regime autónomo e extrajudicial para a recuperação das pessoas singulares não titulares de empresas, o legislador reservou para estas o plano especial para acordo de pagamento, sendo este um regime muito próximo ao PER.

No entanto, o legislador no PEAP apenas menciona que este tem como objetivo estabelecer negociações com os credores de modo a concluir um acordo de pagamento (art.222.º-A, n.º 1, do CIRE) sendo apenas necessário uma declaração escrita e assinada pelo mesmo comprovando a sua situação financeira, ao invés do PER em que se propõe um acordo conducente à revitalização da empresa. Ora, se enquanto a empresa deve elaborar um plano de recuperação no âmbito do PER, o PEAP apenas se destina à homologação de um acordo de recuperação.

Neste sentido, o PER prevê duas modalidades processuais distintas, se por um lado subsiste a abertura das negociações conforme previsto nos arts. 17.º- A a 17.º- G do CIRE, que permitem à empresa instituir negociações com os credores com o objetivo primordial de alcançar um acordo viável à sua recuperação, por outro lado a empresa poderá, através do PER, homologar acordos extrajudiciais de recuperação (art.17.º-I do CIRE), tornando esta modalidade numa via processual mais simples e célere. Acredito que esta última seja a mais benéfica para a empresa na medida em que não fica demasiada exposta publicamente, com os prejuízos que daí podem decorrer.

No que respeita à tramitação do processo, o legislador de 2017 optou por revogar o despacho liminar, conseguindo assim obter um acesso ao procedimento mais célere.

No nosso parecer, a exclusão desta fase do processo apresentou-se, por um lado, significativa na medida em que o acesso ao PER é atualmente objeto de grande averiguação externa e independente, sem prejuízo de, na prática, o juiz proceder a uma apreciação liminar, ainda que restrita, nomeando apenas o AJP caso o pedido cumpra os requisitos legais.

A questão de saber se o despacho de indeferimento do requerimento inicial é suscetível de recurso foi também por nós abordada, sendo do nosso entendimento que o requerente poderá recorrer do mesmo.

Todavia, o facto de não existir um mecanismo de recuperação exclusivamente aplicável a empresas, originou que o legislador apesar das inúmeras alterações introduzidas no CIRE e no CSC, criasse um novo mecanismo - o RERE. Este diz respeito a um processo extrajudicial de natureza exclusivamente negocial, sendo que o seu objetivo é a concretização de um acordo entre o devedor e todos ou alguns dos seus credores, dispensando de certo modo qualquer intervenção judicial ou administrativa e não supondo sequer a mediação obrigatória do mediador de recuperação de empresas.

Porém, o surgimento deste mecanismo veio acompanhado da figura do Mediador de Recuperação de Empresas, isto é, pretende-se que o mesmo venha melhorar a taxa de sucesso dos respetivos processos de reestruturação empresarial.

No nosso entendimento, a figura do mediador de recuperação é até certo ponto equiparada à do AJP, na medida em que ambos têm como objetivo assistir a empresa devedora e auxiliá-la na elaboração de uma possível proposta de acordo/plano de recuperação.

Contudo, o RERE é um regime articulado com o PER na medida em que a empresa pode iniciar um PER com vista à homologação judicial do acordo de reestruturação.

Acresce que, entendemos que a publicação da homologação no portal *Citius* só deveria ser efetuada quando o acordo de reestruturação o consentisse, uma vez que, desta forma, ficaria cumprido, particularmente, o princípio da confidencialidade.



Acresce ainda que estes dois regimes apresentam algumas semelhanças e diferenças como referenciamos ao longo do presente estudo, designadamente em ambos os mecanismos o impedimento de o devedor praticar atos de especial relevo durante o período das negociações, sendo que no PER essa prática de atos é possível através do consentimento do AJP, ao contrário do RERE que é permitida no protocolo de negociação ou até por todos os credores através do comité de credores.

Entendemos, assim, que o RERE enquanto instrumento pré-insolvencial e extrajudicial, acompanhado pela figura do mediador de recuperação de empresas, mostra a sua capacidade de resolver questões de acordo com os problemas económicos das empresas.

Como referimos ao longo do trabalho, assumimos que a gestão empresarial tem adotado um papel importantíssimo, nomeadamente no PER, pois os gestores da empresa devem primordialmente manter a atividade corrente do estabelecimento. Aliás, como já analisamos, a utilização deste mecanismo acarreta determinados benefícios, especialmente por ser uma das principais ferramentas de gestão a nível da reestruturação financeira empresarial.

Contudo, cremos que esta gestão é feita principalmente pelo AJP, visto que é quem tem experiência em situações empresariais desta dimensão e sabe como preparar um “plano” que permita à empresa não suspender a sua atividade. Note-se que o PER permite que a empresa deixe de se preocupar com questões de dívidas ou até mesmo ameaças de pedido de insolvência por parte dos credores.

Acreditamos que independentemente da intervenção do AJP na gestão da empresa, a equipa de gestão interina do devedor é fundamental, por ser quem melhor conhece a empresa, tendo maior facilidade em identificar as suas dificuldades e posteriores soluções para a sua revitalização.

Em suma, destacamos que a reforma de 2017 já obteve resultados positivos quanto à instauração de processos de revitalização, como constatamos nas estatísticas disponibilizadas pela DGPI e ainda ao longo do presente estudo.

Apesar destes resultados, acreditamos que com o decorrer do tempo se poderá verificar uma melhoria crescente na aplicação desta reforma, sem prejuízo da correção de algumas lacunas ainda existentes.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ASCENSÃO, José Oliveira de (2005), *Insolvência: Efeitos sobre os negócios em curso*, in “Direito e justiça”, Vol.19, tomo 2, Lisboa.

CALVETE, Jorge (2014), *O papel do Administrador Judicial Provisório no Processo Especial de Revitalização*, in “I Colóquio de Direito da Insolvência de Santo Tirso”, Coimbra, Almedina.

CARDOSO, Soraia Filipa Pereira (2016), *Processo Especial de Revitalização – O Efeito de Standstill*, Coimbra, Almedina.

CASANOVA, Nuno Salazar e DINIS, David Sequeira (2014), *PER - O Processo Especial de Revitalização*, Coimbra Editora.

CONCEIÇÃO, Ana F. F. C. da (2013), *Disposições específicas da insolvência de pessoas singulares no CIRE*, in “I Congresso de Direito da Insolvência”, coord. Catarina Serra, Coimbra, Almedina.

CORDEIRO, A. Barreto Menezes (2017), *Resposta à consulta pública relativa ao projeto de proposta de lei que estabelece o Estatuto do Mediador de Recuperação de Empresa*, in “Revista de Direito das Sociedades - Consulta Pública do Programa Capitalizar”, Ano IX – Número I, Coimbra Almedina.

CUNHA, Paulo Olavo (2014), *Os deveres dos gestores e dos sócios no contexto da revitalização de sociedades*, in “II Congresso de Direito da Insolvência”, Coimbra, Almedina.

Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), *Destaque Estatístico Trimestral – 2º Trimestre de 2017, Estatísticas trimestrais sobre os processos de falência, insolvência e recuperação de empresas e sobre processos especiais de revitalização (2007-2017)*, disponível em [http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej\\_pt/destaques4485/estatisticas-trimestrais9009/downloadFile/file/Insolvencias\\_trimestral\\_20171024.pdf?nocache=1509451059.47](http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485/estatisticas-trimestrais9009/downloadFile/file/Insolvencias_trimestral_20171024.pdf?nocache=1509451059.47)

Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), *Destaque Estatístico Trimestral – 3º Trimestre de 2017, Estatísticas trimestrais sobre os processos de insolvência, processos especiais de revitalização e processos especiais para acordo de pagamento (2007-2017)*, disponível em [http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej\\_pt/destaques4485/estatisticas-](http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485/estatisticas-)

[trimestrais4806/downloadFile/file/Insolvencias\\_trimestral\\_20171030\\_002.pdf?nocache=1517399798.64](https://trimestrais4806/downloadFile/file/Insolvencias_trimestral_20171030_002.pdf?nocache=1517399798.64)

DUARTE, Diogo Pereira (2017), *Comentários aos artigos 1.º a 5.º e 31.º a 33.º do projeto: aspetos gerais e disposições transitórias*, in “Revista de Direito das Sociedades - Consulta Pública do Programa Capitalizar”, Ano IX – Número I, Coimbra, Almedina.

EPIFÂNIO, Maria do Rosário (2015), *O Processo Especial de Revitalização*, Coimbra, Almedina.

FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João (2015), *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 3ª Edição, *Quid Juris*, Lisboa.

FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João (1999), *Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e da Falência – Anotado*, *Quid Juris*, Lisboa.

FESTAS, David de Oliveira (2017), *Alterações a introduzir no Processo Especial de Revitalização (17.º-A a 17.º-I)*, in “Revista de Direito das Sociedades – Consulta Pública do Programa Capitalizar”, Ano IX – Número I, Coimbra, Almedina.

GONÇALVES, Renato (2017), *Recuperação de empresas – um desígnio continuado*, in “IV Congresso de Direito da Insolvência”, coord. Catarina SERRA, Coimbra, Almedina.

Conselho Consultivo do Instituto dos Registos e do Notariado (IRN), Parecer nº C. Co.18/2017 STJ-CC, Relator BLANDINA SOARES, datado de 15-12-2017, disponível em [http://www.irn.mj.pt/IRN/sections/irn/doutrina/pareceres/comercial/2017/pareceres-11-25-2017/downloadFile/attachedFile\\_6\\_f0/55\\_CC\\_2017-CCo18\\_2017\\_STJ\\_CC.pdf?nocache=1516635784.67](http://www.irn.mj.pt/IRN/sections/irn/doutrina/pareceres/comercial/2017/pareceres-11-25-2017/downloadFile/attachedFile_6_f0/55_CC_2017-CCo18_2017_STJ_CC.pdf?nocache=1516635784.67)

LEAL, Ana Alves e TRINDADE, Cláudia (2017), *O processo especial para acordo de pagamento (PEAP): o novo regime pré-insolvencial para devedores não empresários*, in “Revista de Direito das Sociedades - Consulta Pública do Programa Capitalizar”, Ano IX - Número I, Coimbra, Almedina.

LEITÃO, Luís Menezes (2018), *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 10ª Edição, Coimbra, Almedina.

LEITÃO, Luís Menezes (2015) *Direito da Insolvência*, 6ª Edição, Coimbra, Almedina.

LEITÃO, Luís Menezes (2014), *A responsabilidade pela abertura indevida do processo especial de revitalização*, in “II Congresso de Direito da Insolvência”, coord. CATARINA SERRA, Coimbra, Almedina.

MARTINS, Alexandre Soveral (2017), *Um curso de Direito da Insolvência*, 2ª edição Revista e Atualizada - reimpressão da edição de janeiro de 2016, Coimbra, Almedina.

MARTINS, Alexandre, Soveral (2013), *O P.E.R (Processo Especial de Revitalização)*, in “AB INSTANTIA, Revista do Instituto do Conhecimento”, Ano 1, n.º 1, Coimbra, Almedina.

MARTINS, Luís M. (2013), *Recuperação de Pessoas Singulares*, Vol. I, 2ª Edição, Coimbra, Almedina.

PAIVA, Carlos e JANUÁRIO, Mário (2014), *Os Benefícios Fiscais nos Impostos Sobre o Património*, Coimbra, Almedina.

PEREIRA, João Aveiro (2014), *O Processo de Insolvência e as Ações Conexas*, Revisão de Edgar Lopes Taborda e Joana Caldeira, Série: Formação Contínua, Edição Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, dezembro, in <http://www.cej.mj.pt>.

PEREIRA, João Aveiro (2013), *A revitalização económica dos devedores*, in “O Direito”, Ano 145, Coimbra, Almedina.

PINHEIRO, Pedro Montes, (2013), *Segunda Oportunidade, um guia prático para trazer empresas de volta à vida (O Processo Especial de Revitalização (PER) passo a passo com todos os detalhes que você precisa para fazer renascer o seu negócio)*, 1ª Edição, Oficina do Livro.

PLMJ Advogados, SP, RL, - Nota Informativa, Reestruturação & Contencioso Financeiro (2018) – O Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE), in [https://www.plmj.com/xms/files/newsletters/2018/Marco/O\\_Regime\\_Extrajudicial\\_de\\_Recuperacao\\_de\\_Empresas.pdf](https://www.plmj.com/xms/files/newsletters/2018/Marco/O_Regime_Extrajudicial_de_Recuperacao_de_Empresas.pdf) (consultado pela última vez em 21 de outubro de 2018).

PLMJ Advogados, SP, RL, - Nota Informativa – Recuperação de Crédito – *Estatuto do Mediador de Recuperação de Empresas* (2018), in [https://www.plmj.com/xms/files/newsletters/2018/Fevereiro/Estatuto\\_do\\_Mediador\\_de\\_Recuperacao\\_de\\_Empresas.pdf](https://www.plmj.com/xms/files/newsletters/2018/Fevereiro/Estatuto_do_Mediador_de_Recuperacao_de_Empresas.pdf) (consultado pela última vez em 30 de outubro de 2018). (consultado pela última vez em 19 de novembro de 2018).

SERRA, Catarina (2018), *Lições de Direito da Insolvência*, Coimbra, Almedina.

SERRA, Catarina (2018), *Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas – Análise (e) Crítica*, Coimbra, Almedina.

SERRA, Catarina (2016), *O Processo Especial de Revitalização na Jurisprudência*, Coimbra, Almedina.

SERRA, Catarina (2013), *Revitalização – A designação e o misterioso objecto designado. O Processo Homónimo (PER) e as suas ligações com a Insolvência (situação e processo) e com o SIREVE*, in “I Congresso de Direito da Insolvência”, Coimbra, Almedina.

SERRA, Catarina, (2012) *O Regime Português da Insolvência*, 5ª Edição, Coimbra, Almedina.

SERRA, Catarina (2012), *Emendas à (lei da insolvência) Portuguesa – primeiras impressões*, in “Direito das Sociedades em Revista”, Vol. VII, Ano 4, Coimbra, Almedina.

SERRA, Catarina (2010), *O Novo Regime Português da Insolvência – Uma Introdução*, 4ª Edição, Coimbra, Almedina.

SILVA, Fátima Reis (2014), *Processo Especial de Revitalização – Notas Práticas e Jurisprudência Recente*, Porto Editora.

VALÉRIO, Mafalda P. C. (2015), *O Processo Especial de Revitalização – Novo Paradigma no Direito da Insolvência*, coord. Maria do Rosário EPIFÂNIO.

VASCONCELOS, Luís Miguel Pestana de (2017), *Recuperação de empresas: o processo especial de revitalização*, Coimbra, Almedina.

VASCONCELOS, Luís M. Pestana de (2013), *Modificaciones Recientes en el Derecho Concursal Português*, in “Revista de Derecho Concursal e Paraconcursal”, n.º 18, La Ley, Madrid.

## **JURISPRUDÊNCIA**

### **Supremo Tribunal de Justiça**

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, Processo n.º 6148/12.1TBBRG.G1.S1, de 25 de março de 2014, relatado pelo Juiz Conselheiro FONSECA RAMOS, disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/dbc23f7dfb7dad5880257cae004974aa?OpenDocument>

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, Processo n.º 1690/14.2TJCBR.C1.S1, de 3 de novembro de 2015 relatado pelo Juiz Conselheiro JOSÉ RAINHO, disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/78c2493643b8772080257ef90044075a?OpenDocument>

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, Processo n.º 1430/15.9T8STR.E1.S1, de 10 de dezembro de 2015, relatado pelo Juiz Conselheiro PINTO DE ALMEIDA, disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/506140dbf2f60a0180257f1c0034bd17?OpenDocument>

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, Processo n.º 65/16.3T8STR.E1.S1, de 18 de outubro de 2016, relatado pelo Juiz Conselheiro JÚLIO GOMES, disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/8a612d7c1a65e49f802580510040cec2?OpenDocument>

### **Tribunal da Relação de Coimbra**

Acórdão do TRC, Processo n.º 7266/07.3TBLRA-H.C1, de 25 de janeiro de 2011, relatado pelo Juiz Desembargador PEDRO MARTINS, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/a78abea96764a8fb8025783e0053118e?OpenDocument>

Acórdão do TRC, Processo n.º 716/11.6TBVIS.C1, de 08 de maio de 2012, relatado pelo Juiz Desembargador ARTUR DIAS, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/25a3d46e1a32eb5180257a00004b8533?OpenDocument>

Acórdão do TRC, Processo n.º 3876/15.3T8ACB.C1, de 7 de abril de 2016, relatado pelo Juiz Desembargador JORGE ARCANJO, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/2e62311341a5b31f80257f9b003dd2bf?OpenDocument>

### **Tribunal da Relação de Évora**

Acórdão do TRE, Processo n.º 1518/14.3T8STTR.E1, de 09 de julho de 2015, relatado pela Juíza Desembargadora CONCEIÇÃO FERREIRA, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/9efb194188a9732780257e830052d37f?OpenDocument>

Acórdão do TRE, Processo n.º 1234/15.9STR.E1, de 10 de setembro de 2015, relatado pela Juíza Desembargadora ELISABETE VALENTE, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/58922798251f2d6180257eeb003af180?OpenDocument>

Acórdão do TRE, Processo n.º 371/15.4T8STR.E1, de 5 de novembro de 2015, relatado pela Juíza Desembargadora ALEXANDRA MOURA SANTOS, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/dff3e594f1eaeecd80257efa003e6283?OpenDocument>

### **Tribunal da Relação de Guimarães**

Acórdão do TRG, Processo n.º 3695/12.9TBBERG-C.G1, de 2 de maio de 2013, relatado pelo Juiz Desembargador ANTERO VEIGA, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/62cd0bb6ba28164080257b74004c16c0>

Acórdão do TRG, Processo n.º 31/14.3T8VPC.G1, de 14 de janeiro de 2016, relatado pelo Juiz Desembargador FRANCISCO CUNHA XAVIER, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/6eac249282e0172c80257f63005a6ad5?OpenDocument>

Acórdão do TRG, Processo n.º 2588/15.2T8GMR.G1, de 25 de fevereiro de 2016, relatado pelo Juiz Desembargador FRANCISCO XAVIER, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/-/19FA4746A681250780257FA30055C7E3>

Acórdão do TRG, Processo n.º 815/16.8T8GMR.G1, de 10 de novembro de 2016, relatado pelo Juiz Desembargador ANTÓNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/bce83d79968ab90b8025807a005aaaa3?OpenDocument>

Acórdão do TRG, Processo n.º 2021/16.2T8VCT.G1, de 09 de fevereiro de 2017, relatado pela Juíza Desembargadora ANA CRISTINA DUARTE, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/39308101c955adf6802580e200589672?OpenDocument>

Acórdão do TRG, Processo n.º 7370/16.7T8GMR-A.G1, de 30 de março de 2017, relatado pela Juíza Desembargadora MARIA JOÃO MARQUES PINTO DE MATOS, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/a0e6c13f850b658c8025812a00529fe3?OpenDocument>

### **Tribunal da Relação de Lisboa**

Acórdão do TRL, Processo n.º 1457/12.2TJPRT-A.P1, de 15 de novembro de 2012, relatado pelo Juiz Desembargador JOSÉ AMARAL, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/78926bb5813e880a80257ac300502d69?OpenDocument>

Acórdão do TRL, Processo n.º 1390/13.0TBTVD-A.L1-6, de 20 de fevereiro de 2014, relatado pela Juíza Desembargadora FÁTIMA GALANTE, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/82479d72775f1a9780257cdd00317172?OpenDocument>

Acórdão do TRL, Proc. n.º 1567/13.9TYLSB-I.L1-7, de 7 de junho de 2016, relatado pela Juíza Desembargadora ROSA RIBEIRO COELHO, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/-/A9753A9B018A411780257FF6007927BC>



### **Tribunal da Relação do Porto**

Acórdão do TRP, Processo n.º 1457/12.2TJPRT-A.P1, de 15 de novembro de 2012, relatado pelo Juiz Desembargador JOSÉ AMARAL, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/78926bb5813e880a80257ac300502d69?OpenDocument>

Acórdão do TRP, Processo n.º 4257/12.6TBVFR-B.P1 de 13 de maio de 2013, relatado pelo Juiz Desembargador CAIOMOTO JÁCOME, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/99270a4143baacc080257b8000289e5b?OpenDocument>

Acórdão do TRP, Processo n.º 622/13.0TBCHV-A.P1 de 4 de fevereiro de 2014, relatado pela Juíza Desembargadora ANABELA DIAS DA SILVA, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/d131d085f97c943680257c7e004df6a3?OpenDocument>

Acórdão do TRP, Processo n.º 1218/12.9TJVNF-P.P1, de 10 de abril de 2014, relatado pelo Juiz Desembargador JOSÉ MANUEL DE ARAÚJO BARROS, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/ffacc34d39d26dd180257cc4003a960f?OpenDocument>

Acórdão do TRP, Processo n.º 353/14.3TBAMT.P1, de 24 de março de 2015, relatado pela Juíza Desembargadora MARIA GRAÇA MIRA, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/5874f8dc4c6d726580257e45003cbb3b?OpenDocument>

Acórdão do TRP, Processo n.º 2112/15/7T8STS.P1, de 16 de dezembro de 2015, relatado pelo Juiz Desembargador FERNANDO SAMÕES, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/e94c0b954968fe8780257f4d00556ba2?OpenDocument>